

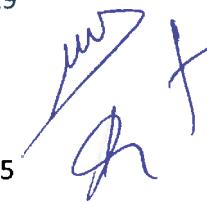
# **RELATÓRIO E CONTAS**

**2019**



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.

# Relatório de Gestão



## ÍNDICE



I. RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	7
2.1 CONTEXTO NACIONAL .....	7
2.2 CONTEXTO REGIONAL.....	8
3. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	9
3.1 ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL .....	9
3.2 RECURSOS HUMANOS .....	10
3.3 AÇÕES   QUOTAS PRÓPRIAS.....	14
3.4 SUCURSAIS .....	14
4. GOVERNANÇA.....	15
4.1 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO.....	15
4.2 ÓRGÃOS SOCIAIS .....	16
4.3 SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO..	17
4.4 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....	24
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	26
5.1 PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS E CONCESSÕES .....	26
5.2 EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA SDPS .....	31
6. INVESTIMENTOS .....	39
7. ANÁLISE ORÇAMENTAL E FINANCEIRA.....	40
7.1 DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	40
7.1.1 RECEITA.....	40
7.1.2 DESPESA.....	43
7.2 DESEMPENHO FINANCEIRO.....	48
7.2.1 ANÁLISE DO BALANÇO.....	48
7.2.2 ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	49
8. RISCOS E OPORTUNIDADES .....	51
8.1 RISCOS .....	51
8.2 OPORTUNIDADES.....	51
9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	52
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	52
11. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	53

M  
F  
a  
n  
ut

*O Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S. A. agradece aos colaboradores, fornecedores e comunidade em geral pela inestimável colaboração e apoio recebidos durante o mandato 2017-2019.*


## I. RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
CCC	Centro Cultural e de Congressos
CGSS	Clube de Golfe do Santo da Serra
IRAE	Indicador Regional de Atividade Económica
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
NCP	Norma de Contabilidade Pública
PG	Palheiro Golfe
PSG	Porto Santo Golfe
RAM	Região Autónoma da Madeira
SDPS	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SERAM	Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas

## 1. INTRODUÇÃO

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS) foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio<sup>1</sup>, com o objetivo de complementar a ação do Governo Regional e da Câmara Municipal local no desenvolvimento integrado e equilibrado daquela ilha, ao nível económico, social, desportivo e cultural.

É uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público, sendo que a 31 de dezembro de 2019 a sua estrutura societária era detida em 98,74% pela Região Autónoma da Madeira<sup>2</sup> e em 1,26% pelo Município do Porto Santo.

Sendo a SDPS uma empresa pública reclassificada, integrada no perímetro da Administração Pública Regional, por efeito das Contas Nacionais, a sua atuação pautou-se pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A preparação, apresentação e divulgação das contas da SDPS obedecem a diversos preceitos legais, imposta a entidades da sua natureza, nomeadamente o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Lei de Enquadramento Orçamental, as Instruções do Tribunal de Contas e o Código das Sociedades Comerciais.

É, pois, neste enquadramento e em conformidade com as disposições legais e estatuárias, que se submete à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório de Gestão e respetivos anexos, elaborados de acordo com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira<sup>3</sup> e no Código das Sociedades Comerciais<sup>4</sup>, que procura expor de forma fiel e clara a evolução dos negócios e a situação da empresa, face à atividade desenvolvida no ano económico de 2019.

As contas encontram-se espelhadas nas demonstrações financeiras determinadas pelo SNC - AP, e apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa.

Salienta-se que a SDPS encerrou o ano económico sem pagamentos em atraso, conferindo aos acionistas a certeza de uma evolução positiva da atividade da empresa.

<sup>1</sup> Alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09/01.

<sup>2</sup> Cuja tutela está acometida à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme determinado no Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 9/11.

<sup>3</sup> Cfr. Art. 14.º

<sup>4</sup> Cfr. Art. 65.º.

## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### 2.1 CONTEXTO NACIONAL

No ano de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,2% em volume, menos 0,4 pontos percentuais (p.p.) que no ano de 2018<sup>5</sup>.

A variação, face a 2018, deve-se essencialmente à diminuição da procura externa líquida, que registou um contributo de -0,6 p.p. para a variação em volume do PIB (-0,4 p.p. em 2018). O contributo da procura interna diminuiu para 2,7 p.p. (3,1 p.p. em 2018), refletindo o crescimento menos intenso do consumo privado.

De acordo com a estimativa rápida publicada pelo Instituto Nacional de Estatística<sup>6</sup>, a taxa de variação anual do Produto Interno Bruto<sup>7</sup> é a seguinte:

**Quadro 1 – Produto Interno Bruto**

	2017	2018	2019
Taxa de Variação anual (%)	3,5	2,6	2,2

Quanto ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego foi de 6,5%, tendo diminuído 0,5 p.p. relativamente a 2018.

No ano de 2019, a população empregada aumentou 1,0% em relação ao ano anterior, prolongando o ciclo de aumentos iniciado em 2014, embora com a desaceleração desta, iniciada em 2018.

**Quadro 2 – Emprego – Taxa de Variação**

	2017	2018	2019
Taxa de variação anual do Emprego <sup>8</sup>	3,3	2,2	1,0
Taxa de desemprego	8,9	7	6,5

Fonte: Estatísticas do Emprego, INE, 05.02.2020

<sup>5</sup> Fonte: INE, Destaque publicado a 28.02.2020.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Dados encadeados em volume (ano de referência = 2011).

<sup>8</sup> Emprego total em n.º de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais

## 2.2 CONTEXTO REGIONAL

De acordo com os dados mais recentes do Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE)<sup>9</sup>, referentes a novembro de 2019, revela que nos 11 meses a atividade económica regional manteve-se em terreno positivo e relativamente estabilizado, apresentando, contudo, crescimentos menos expressivos do que os registados em 2017 e 2018.

**Gráfico 1 – Indicador Regional de Atividade Económica**



**Fonte:** DREM – <https://estatistica.madeira.gov.pt/dre-2/cooperacaoestatistica/297-noticias/indicador-regional-de-atividade-economica-noticias/2365-17-02-2020.html>.

Ao nível do mercado de trabalho, observa-se uma descida do desemprego na RAM, sendo que em 2018 a taxa de desemprego era inferior a metade da taxa do ano 2014 (- 8 p.p.).

**Quadro 3 – Taxa de Desemprego**

Período	Madeira	Portugal
2014	15	13,9
2015	14,7	12,4
2016	12,9	11,1
2017	10,4	8,9
2018	8,8	7,0
2019	7,0	6,5

**Fonte:** Direcção Regional de Estatística e Instituto do Emprego

<sup>9</sup> O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE) é um instrumento de síntese que tem como objetivo facilitar o acompanhamento atempado da evolução da economia regional, nomeadamente no que se refere à sua direção e magnitude das flutuações, não se apresentando como um substituto de outras estatísticas oficiais, nomeadamente no que se refere à taxa de variação homóloga do Produto Interno Bruto (PIB).

### 3. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

#### 3.1 ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo foi constituída para conceber, promover, construir e gerir projetos, ações e empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural daquela ilha, tendo no seu escopo, a realização de fins de interesse público.

A sua constituição permitiu dotar aquele concelho de investimentos que contribuíram para o seu desenvolvimento, atraindo investimento privado que permitiu dinamizar a economia local, e proporcionar à população um conjunto de infraestruturas de lazer que contribuem para a sua qualidade de vida.

##### **Missão**

A missão da SDPS consiste em promover o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

##### **Visão**

A ação da SDPS visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos.

##### **Valores**

- Responsabilidade
- Compromisso
- Excelência
- Transparência
- Inovação

A estrutura organizacional da SDPS está estruturada de acordo com o seguinte organograma, que é comum às quatro sociedades de desenvolvimento.

**Figura 1 – Organograma da SDPS**

### 3.2 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2019 a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. era constituída por 54 colaboradores, conforme se apresenta abaixo.

**QUADRO 4 – CONSTITUIÇÃO DA SDPS**

Vínculo	N.º de Colaboradores
Pessoal do Quadro	49
Nomeação-Membros do Conselho de Administração <sup>10</sup>	5
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>

A evolução do efetivo durante o ano de 2019 foi a indicada no quadro seguinte:

<sup>10</sup> Dos 5 administradores, 3 são executivos e 2 não executivos. Desempenham funções em regime de acumulação nas 4 Sociedades de Desenvolvimento, devidamente autorizados nos termos legais.

### QUADRO 5 – VARIAÇÃO DA EVOLUÇÃO

Vínculo	31.12.2019	31.12.2018	Variação 2019/2018	
			Quantidade	%
Efetivos	49	49	-	-
Ativos	43	43	-	-

Durante o ano de 2019 a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. manteve o número de colaboradores.

Dos trabalhadores do quadro de pessoal, a 31 de dezembro de 2019, 6 encontram-se cedidos. No quadro seguinte, resume-se o tipo de cedências.

### QUADRO 6 – CEDÊNCIAS DE TRABALHADORES

N.º de Trabalhadores	Tipo de Cedência	Serviço de Destino
1	Ocasional	Madeira Parques Empresariais, S.A.
1	Nomeação	Assembleia Legislativa Regional
1	Nomeação	Vice-Presidência do Governo Regional
1	Interesse Público	Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo
1	Interesse Público	Secretaria Regional da Saúde
1	Ocasional	Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

A distribuição por categoria profissional resume-se no quadro seguinte:

### QUADRO 7 – CATEGORIAS PROFISSIONAIS

Categoria Profissional	31.12.2019	31.12.2018	Variação 2019/2018	
			Quantidade	%
Técnico Superior	7	7	-	-
Assistente Técnico	18	19	-1	-5,88
Assistente Operacional	24	25	+1	4,00
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>51</b>		

Do quadro anterior conclui-se que cerca de 86% do quadro de pessoal da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo continua a ser constituído por Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais.

### REGIME DE TRABALHO

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade de modo a manter operacionais todas as infraestruturas sob responsabilidade desta Sociedade.

No quadro abaixo, estão refletidos apenas os colaboradores ativos.

### QUADRO 8 – REGIME DE HORÁRIO

Regime de Horário	31.12.2019	31.12.2018	Variação 2019/2018	
			Quantidade	%
Fixo	41	42	-1	2,63
Isenção de horário de trabalho	4	5	1	4,00
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>47</b>		

No quadro seguinte, está resumida a distribuição dos efetivos por faixa etária.

#### QUADRO 9 – AEFETIVOS POR FAIXA ETÁRIA

Categoria Profissional	De 18 a 34	De 35 a 44	De 45 a 64	Mais de 65
Técnico Superior	0	4	2	0
Assistente Técnico	3	13	1	0
Assistente Operacional	3	9	14	0
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>26</b>	<b>17</b>	<b>0</b>

Do quadro anterior retiramos que a equipa de trabalho da Sociedade de Desenvolvimento da SDPS é relativamente jovem, com a maioria dos seus colaboradores com idades entre os 35 e os 44 anos.

#### ABSENTISMOS

No ano de 2019, registou-se uma situação de baixa por gravidez de risco e consequente licença parental.

#### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No que concerne à formação profissional, no ano de 2019 foram proporcionadas as seguintes ações:

- a) Atendimento e Relacionamento com o PÚBLICO – 2 participantes
- b) Regime Geral de Proteção de Dados – 1 participante
- c) Excel Avançado – 1 participante

No quadro abaixo, estão resumidas as ações de formação.

#### QUADRO 10 – AÇÕES DE FORMAÇÃO

Descrição	31.12.2019
Ações	3
Participantes	4

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

No âmbito das relações da empresa com o meio envolvente, no ano de 2019 a SDPS em colaboração com o Instituto de Emprego da Madeira proporcionou as seguintes atividades ocupacionais:

- Duas colaboradoras da limpeza para desempenharem funções no Campo de Golfe do Porto Santo;
- Dois assistentes operacionais na área da jardinagem para desempenhar funções no Campo de Golfe do Porto Santo;
- Uma rececionista para o Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo.

Com a colaboração da Direção Regional de Juventude e Desporto, a Sociedade de Desenvolvimento colocou 4 jovens nos meses de julho e agosto ao abrigo do Programa “Jovem em formação”, para desempenharem funções no Campo de Golfe e no Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo.

## 3.3 AÇÕES | QUOTAS PRÓPRIAS

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. não possui quotas próprias.

## 3.4 SUCURSAIS

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. não possui sucursais.

## 4. GOVERNANÇA

### 4.1 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Os objetivos colocados à gestão em 2019 e vertidos no Plano de Atividades aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral realizada a 17 de dezembro de 2018, foram os seguintes:

- 1. Contribuir para o desenvolvimento sustentado do Porto Santo, reforçando a gestão integrada de empreendimentos, envolvendo diferentes parceiros.**
  - Foi dada continuidade à parceria estabelecida com uma entidade hoteleira local que permitiu dinamizar o destino Porto Santo, mormente no segmento do Golfe, contribuindo positivamente para a diminuição dos efeitos da sazonalidade e dinamizando a economia local, com o aumento de turistas provenientes dos países da Escandinávia;
  - Foi materializado o Protocolo de Comercialização e Venda com a Associação de Promoção da Madeira, com o objetivo de promover a ilha do Porto Santo como destino turístico, beneficiando com o referido Protocolo através de candidatura, de condições de comparticipação financeira para o desenvolvimento de um conjunto de ações de promoção e marketing que têm como finalidade a promoção turística integrada do destino;
  - Celebração de protocolo com a Junta de Freguesia do Porto Santo e com a Associação Cultural e Recreativa do Espírito Santo, fomentando o acesso à cultura de toda a população e potenciando a utilização do Centro de Congressos do Porto Santo com a inerente receita.
- 2. Promover o equilíbrio económico-financeiro da empresa, racionalizando os custos e potenciando a receita.**
  - Aquisição de mercadorias para venda no Campo de Golfe do Porto Santo;
  - Conclusão do procedimento para a reabilitação do Edifício Baiana e Concessão de Exploração do Espaço de Restauração;
  - Aprovação de tarifários para a utilização das infraestruturas e equipamentos do Porto Santo, mormente o Clube de Ténis, o Campo de Golfe e o Centro de Congressos;
  - Conclusão do procedimento para a concessão de recuperação e exploração do emblemático edifício Baiana.

*(Handwritten signature)*

**3. Melhoria do modelo de gestão, orientando a empresa para os resultados e qualidade do serviço prestado.**

- (Handwritten signature)*
- Promoção da conservação essencial e indispensável das infraestruturas, procurando prestar o melhor serviço possível aos utilizadores dos empreendimentos;
  - Promover parcerias com *shateholders*, integradas numa perspetiva de gestão estratégica de médio longo prazo, visando a convergência e rentabilização de meios e serviços para melhorar a qualidade do campo de golfe;
  - Implementação da Estratégia de Promoção com vista à divulgação das infraestruturas e atividades desenvolvidas pela SDPS;
  - Implementação de procedimento interno para a cobrança de dívidas relativas à utilização de espaços tutelados pela SDPS,
- (Handwritten signature)*

**4. Concretizar o processo de fusão das quatro Sociedades de Desenvolvimento.**

- Foi dada continuidade aos trabalhos inerentes ao processo de fusão.

## 4.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

No ano económico de 2019 a composição dos órgãos sociais era a seguinte:

### | ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente:** José da Glória Rosado

**Secretário:** Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara

### | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

**Presidente:** Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

**Vogal Executivo:** Micaela Cristina Fonseca de Freitas Nunes<sup>11</sup>

**Vogal Executivo:** Francisco Renato Rodrigues da Silva

**Vogal Executivo:** Maria de Fátima Pita Carvalho Correia<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> De 01-01-2019 a 13-11-2019

<sup>12</sup> De 14-11-2019 a 31-12-2019

### | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVO

**Vogal Não Executivo:** Márcia Filipa Gonçalves Gomes

**Vogal Não Executivo:** António Paulo Andrade Costa

### | FISCAL ÚNICO

**Efetivo:** MGI & Associados – SROC, S.A., representada pela sócia Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira

**Suplente:** José Augusto Silva Mendes

## 4.3 SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÁREA DE TUTELA

**Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves**

---

### ÁREAS TUTELADAS

Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos

Gestão de Empreendimentos

### SÍNTESE CURRICULAR

#### | FORMAÇÃO ACADÉMICA |

Licenciatura em Gestão de Instituições Financeiras, pela Universidade da Madeira (1996 – 2000)

Formação Pedagógica de Formadores, pela Magna Voce (2006)

Pós-Graduação em Direitos do Consumidor, pela Universidade de Coimbra (2007 – 2008)

#### | ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL |

Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

#### | ATIVIDADE PROFISSIONAL ANTERIOR |

De outubro de 2017 a março de 2018

Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira

De maio de 2015 a agosto de 2017

*M*  
Presidente da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM

*G*  
De outubro 2004 a abril de 2015

*G*  
Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira

*+*  
De janeiro de 2000 a outubro de 2004

*+*  
Gestora de Clientes no Millennium BCP

*N*  
De julho de 1998 a novembro a 1999

*N*  
Estágio em Contabilidade

*N*  
De julho 1997 a setembro 1997

Apoiou nas Atividades de Secretaria e Faturação.

#### **Vogal Executivo: Micaela Cristina Fonseca de Freitas Nunes**

---

##### **ÁREAS TUTELADAS**

Unidade de Assessoria Jurídica, Contratação e Contencioso

Unidade de Gestão Financeira

##### **SÍNTESSE CURRICULAR**

###### **| FORMAÇÃO ACADÉMICA |**

Licenciatura em Gestão pela Universidade da Madeira (1997-2001)

Pós-Graduação em Gestão Estratégica do Turismo, Universidade da Madeira (2007)

Contabilista Certificado

###### **| ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL |**

Presidente do Conselho diretivo do Instituto de segurança social da Madeira, IPRAM

###### **| ATIVIDADE PROFISSIONAL ANTERIOR |**

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

De dezembro/16 a março/18

Diretora do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal do Funchal

De junho/15 a novembro/16

Técnica Superior na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, em regime de mobilidade

De fevereiro/15 a maio/15

Chefe da Divisão de Património e Controlo

De fevereiro/11 a fevereiro/15

Chefe da Divisão de Controlo de Gestão

De fevereiro/09 a janeiro/11

Técnica Superior na Câmara Municipal do Funchal, com as funções de coordenação dos projetos cofinanciados por fundos comunitários e dos processos de atribuição de subsídios

De julho/07 a fevereiro/09

Técnica Superior na Câmara Municipal do Funchal, com as funções de coordenação financeira e administrativa da Divisão de Mercados Municipais

De junho/06 a julho/07

Vogal do Conselho de Administração da empresa Frente MarFunchal, E.E.M.

De setembro/04 a maio/06

Técnica Superior na Câmara Municipal do Funchal, com as funções de coordenação financeira e administrativa do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros

De setembro/01 a setembro/04

Técnica Superior no Serviço Regional de Proteção Civil, com as funções de coordenação financeira dos projetos cofinanciados por fundos comunitários e da secção de contabilidade

---

#### **Vogal Executivo: Francisco Renato Rodrigues da Silva**

#### **ÁREAS TUTELADAS**

Unidade de Gestão dos Equipamentos e Infraestruturas

Unidade de Gestão de Recursos Humanos

#### **SÍNTESE CURRICULAR**

##### **| FORMAÇÃO ACADÉMICA |**

Licenciatura em EFD – Gestão de Desporto, pela Universidade da Madeira (1997 – 2003)

Mestrado em Atividade Física e Desporto, pela Universidade da Madeira (2009-2011)

Pós-Graduando em Administração e Políticas Públicas, pela Universidade Aberta (2018-2019)

**| ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL |**

Gestor Desportivo na Direção de Serviços de Apoio à Atividade Desportiva da Direção regional de Desporto

**| ATIVIDADE PROFISSIONAL ANTERIOR |**

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

De 2016 a março de 2018

Gestor Desportivo na Direção de Serviços de Apoio à Atividade Desportiva da Direção regional de Juventude e Desporto

Em 2013

Formação em Gestão de Projetos e Organizações Culturais.

De 2008 a 2016

Gestor Desportivo das Piscinas da Ribeira Brava e Centro Desportivo da Madeira

De 2004 a 2008

Gestor Desportivo na Direção Regional da Juventude e Desporto

De 2003 a 2004

Técnico Superior na Câmara Municipal do Funchal com as funções de coordenador de projetos desportivos.

**Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia**

---

**ÁREAS TUTELADAS**

Unidade de Assessoria Jurídica, Contratação e Contencioso

Unidade de Gestão Financeira

**SÍNTESE CURRICULAR**

**| FORMAÇÃO ACADÉMICA |**

Licenciatura em Política Social no ISCSP

Frequência da Licenciatura em Gestão na Universidade da Madeira

5.º Ano de Língua Francesa – *Alliance Française*

Pós-Graduação em Estudos Europeus, variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração no Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo

Pós-Graduação em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito na Universidade Clássica de Lisboa

Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal no Instituto Superior de Transportes

**|ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL|**

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

**|ATIVIDADE PROFISSIONAL ANTERIOR|**

De março de 2014 a dezembro de 2016 e de outubro de 2017 a outubro de 2019

Vogal Executiva do Conselho de Administração da APRAM-Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

De maio de 2010 a março de 2014

Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.

De março de 2001 a abril de 2010

Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.

De novembro de 1997 a fevereiro de 2001

Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP

De novembro de 1986 a agosto de 1991

Técnica Superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria Regional do Plano e na Direção Regional de Portos

De 1984 a 1985

Estágio Profissional na UBP-União de Bancos Portugueses

**Vogal Não Executivo: Márcia Filipa Gonçalves Gomes**

**|FORMAÇÃO ACADÉMICA|**

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1993 – 1998). Formação de jornalismo ministrado pelo CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (1999). Formação de Banca no Instituto de Formação Bancária (2000 - 2001).

Pós-Graduação em Direito do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente no CEDOUA – Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente (2002 – 2003).

**|ATIVIDADE PROFISSIONAL A 31.12.2019|**

Diretora do Gabinete Jurídico da Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração das Sociedades de Desenvolvimento.

De janeiro de 2017 a março de 2018

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

De 2014 a janeiro de 2016

Diretora de Capital Humano na sociedade «ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.»;

De 2012 a 2014

Diretora de Capital Humano na sociedade «IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços, S.A.»;

De 2011 a 2012

Responsável de Capital Humano na sociedade «IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços, S.A.»;

De outubro de 2009 a dezembro de 2009

Diretora de Capital Humano na sociedade «Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.»;

De junho de 2006 a 30 de setembro de 2009

Responsável de Recursos Humanos na sociedade «Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.»;

De abril de 2003 a maio de 2006

Consultora Jurídica no Parque Natural da Madeira, pertencente à Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais;

De dezembro de 2001 a abril de 2003

Consultora Jurídica no Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais;

De dezembro de 2000 a dezembro de 2001

Responsável de Conta de Particulares no Banco BPI, S.A.;

De 2002 a 2013

Formadora na área da Banca e dos Seguros no INETESE – Associação para o Ensino e Formação (Instituto Técnico de Banca e Seguros);

De 2002 a 2003

Formadora de Ensino Recorrente em Direito do Trabalho na Escola Secundária Gonçalves Zarco.

*[Handwritten signatures]*

**Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa**

---

**|FORMAÇÃO ACADÉMICA|**

Licenciatura em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (1980-1985).

*[Handwritten signature]*

**|ATIVIDADE PROFISSIONAL A 31.12.2019|**

Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração das Sociedades de Desenvolvimento.

De 2011 a 2016

Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus;

De 2007 a 2011

Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social;

De 1986 a 2007

Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social e Transportes;

De 1993 a 2007

Arquiteto/Consultor na elaboração de pareceres sobre projetos de Arquitetura de empreendimentos hoteleiros e similares no âmbito das competências da Direção Regional do Turismo, Secretaria Regional do Turismo e Cultura

De 1986 a 2007

Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;

De 1985 a 1986

Docente na Escola da Levada, das disciplinas de Projeto de Construção e de Medições e Custos, do Curso Técnico Profissional de Construção Civil (Pós-Laboral);

De 1979 a 1980

Docente na Escola Preparatória do Porto Santo, das disciplinas de Educação Visual e Físico-química;

Em 1979

Docente na Escola Preparatória da Achada, das disciplinas de Educação Visual.

#### 4.4 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são as seguintes:

##### ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente:** não aufera qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

**Secretário:** não aufera qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

##### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Os elementos executivos do Conselho de Administração são remunerados de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Governo nº 392/2015, de 27 de maio. Atendendo a que exercem funções nas quatro sociedades de desenvolvimento<sup>13</sup>, a sua remuneração é suportada em ¼ por cada uma delas.

No quadro seguinte apresentamos o resumo do total das remunerações processadas e pagas de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 ao Conselho de Administração.

**Quadro 11 – Remunerações Conselho de Administração**

Descrição	Nivalda Gonçalves	Micaela Nunes	Fátima Carvalho	Francisco Silva
Remuneração Base	9.526,92€	7.991,24€	1.533,32€	7.933,20€
Subsídio de Férias/Natal	1.587,82€	1.824,39€	-	1.322,20€
Subsídio de Alimentação	269,51€	279,06€	38,16€	265,94€
Despesas de Representação	4.011,36€	2.904,22€	-	3.340,32€
CGA/Segurança Social/AT	4.022,34€	3.035,95€	368,92€	2.991,46€
Comunicações	-	26,30€	-	27,44€
<b>TOTAL</b>	<b>19.417,95€</b>	<b>16.061,16€</b>	<b>1.960,40€</b>	<b>15.880,56€</b>

<sup>13</sup> Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. e Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A..

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVO**

Os elementos não executivos do Conselho de Administração são remunerados de acordo com o artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional 31/2013/M de 26/12.

No quadro seguinte apresentamos o resumo do total das remunerações processadas e pagas de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 aos membros não executivos do Conselho de Administração.

**QUADRO 12 – Resumo total das remunerações aos Membros não Executivos**

Descrição	Márcia Gomes	António Costa
Remuneração		
Base	1.983,36€	1. 983,36€
CGA/Segurança Social/AT	471,00€	471,00€
<b>TOTAL</b>	<b>2.454,36€</b>	<b>2.454,36€</b>

## **FISCAL ÚNICO**

O Fiscal único Efetivo aufera 6.000,00€/ano pela prestação de serviços. Ao valor incide a taxa de IVA em vigor.

## **NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS GESTORES**

Não se verificou a existência de qualquer negócio entre a empresa e os seus gestores, não sendo, por esse motivo, concedida qualquer autorização a esse propósito.

## 5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 5.1 PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS E CONCESSÕES

No Quadro 13 encontram-se listados os principais empreendimentos da SDPS com uma breve descrição dos mesmos.

#### Porto Santo

##### Edifício Serviços Públicos



A construção deste edifício teve como objetivo de reestruturar o setor público, até então disperso, contribuindo para uma maior eficácia de atendimento à população.

O edifício alberga, para além dos serviços da Câmara Municipal do Porto Santo, a Assembleia Municipal e a Loja Solidária da CMPS.

##### Centro Cultural e de Congressos



O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo tem como objetivo criar condições para a dinamização cultural da ilha. O edifício integra um auditório, com capacidade para 260 pessoas, dispondo de várias salas para apresentações, reuniões, "Workshops" e áreas expositivas. Conta ainda com zonas de serviços de apoio.

**Antigo Edifício de Serviços Públicos e  
Biblioteca**



O antigo edifício, que albergava os serviços públicos do Porto Santo, foi recuperado dando lugar à Biblioteca Municipal. No primeiro andar do edifício, efetuou-se uma adaptação dos espaços interiores para uma exposição permanente - Núcleo museológico de Jorge Brum do Canto. Na área da biblioteca houve uma renovação do espaço, com novos equipamentos de suporte aos arquivos e salas de leitura.

✓  
S  
+  
Anh

**Promenade - Passeio Dunar**



A "promenade" entre a Alameda Infante D. Henrique e a Avenida Goulart Medeiros corresponde a um percurso criado ao longo da duna, com o intuito de preservar totalmente a vegetação da mesma, dando continuidade à "promenade", que começa junto ao Mercado.

A promenade é de acesso público e livre.

**Mercado**



A Revitalização do Centro Histórico da Cidade integrou diversos projetos, nomeadamente o tratamento de espaços exteriores, mobiliário urbano, aparelhos de iluminação e sinalética. O Jardim do Infante e a Praça do Mercado criaram um espaço lúdico onde se enquadra um jardim infantil, um anfiteatro ao ar livre, espaços de restauração e uma área de pronto-a-vestir.

### Centro de Artesanato



O Centro de Artesanato do Porto Santo tem como propósito a comercialização de peças de construção artesanal, proporcionando aos visitantes um contacto com as formas de produção e técnicas de fabrico. Para além das lojas, o edifício está dotado de uma sala de exposições, um restaurante, um café e uma esplanada.

### Penedo do Sono



O Penedo do Sono inicialmente projetado para ser uma zona de bares e restauração. Existe um projeto para reconverter esta instalação num estabelecimento de alojamento local.

### Estádio dos Desportos de Praia



Esta infraestrutura que tinha como propósito inicial oferecer condições para a prática de desportos de praia, foi, em parte, adaptada e convertida em centro de mergulho e escola náutica de recreio.

### Parque de Campismo



O Parque de Campismo do Porto Santo fica situado na Fontinha, mesmo junto à praia.

O espaço, vedado, arborizado e ajardinado, dispõe de 300 alvéolos com capacidade para 800 pessoas.

Atualmente é necessário algum investimento para o reajustamento/manutenção daquele complexo.

*MW*

*R.*

*J*

*MT*

### Edifício a BAIANA



Edifício adquirido no âmbito das intervenções de Revitalização do Centro Histórico da Cidade.

O espaço necessita de obras significativas, apesar da intervenção realizada em 2017 de reforço da estrutura e substituição da cobertura, estando atualmente concessionado, sendo que serão feitas obras de requalificação e adaptação para a exploração pretendida.

### Complexo de Ténis



O Complexo de Campos de Ténis está dotado de equipamentos e condições para a realização de eventos desportivos e torneios da modalidade, sendo constituído por 1 campo principal e 5 secundários. Possui ainda 2 campos de "padel". A estrutura desportiva é apoiada por um "Club House", loja "Pró-Shop", bar/ restaurante, varandas sobre o estádio, sala de formação, sala de reuniões, enfermaria/gabinete médico e áreas de apoio aos atletas.

M  
J  
G  
F  
M

**Campo de Golfe**

O Campo de Golfe do Porto Santo contempla 18 buracos e ainda um circuito curto de "par" 3, desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m<sup>2</sup>, sendo apoiado por um "Club House".

A estrutura conta com um conjunto de serviços e espaços de lazer tais como restaurante, bar, sala de bilhar, sala de estar, loja "pro-shop", serviços administrativos, sauna, jacuzzi e banho turco.

Pela dimensão e importância do projeto e do resort/loteamento adjacente, este caso é tratado de modo autónomo, pela necessidade eventual redefinição do projeto imobiliário, de modo a ser encontrada a solução de rentabilização mais adequada.

**Centro Hípico do Porto Santo**

O Centro Hípico do Porto Santo é uma estrutura que tem funcionado em regime de concessão e que teve como propósito proporcionar aos turistas mais uma atividade desportiva e de lazer.

Está previsto o lançamento de um novo concurso de concessão de exploração, no qual estará compreendida a construção de um Eco-Hotel, para além da atividade hípica.

**QUADRO 11 – TOTAL DE EMPREENDIMENTOS, ESPAÇOS E CONCESSÕES**

Nº DE EMPREENDIMENTO	Nº DE ESPAÇOS	GESTAO PRÓPRIA	CONCESSÕES	DISPONÍVEIS
12	45	7	35	3

## 5.2 EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA SDPS

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo (CCC) integra um auditório com capacidade para 260 pessoas, bem como diversas salas e áreas de exposição.

Neste empreendimento, com características únicas na ilha, foram desenvolvidas várias iniciativas de índole cultural, nomeadamente exposições, conferências e espectáculos.

As exposições patenteadas no ano 2019 foram as seguintes:

**Quadro 14 – Exposições Temporárias Patentes no Centro Cultural e de Congressos**

**1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019**

Data	Exposição	Organização
14 a 28 de abril	Temática diversa	AAMA – Associação dos Amigos dos Animais
5 a 10 de maio	“Ações de sensibilização – Exposição dos trabalhos – Liga-te à Liga	Liga Portuguesa Contra o Cancro
17 a 27 de maio	Quinzena das Artes	Escola B+S Prof Dr. Francisco Freitas Branco – Grupo das Artes Visuais
9 a 23 de agosto	Expo Saúde e Proteção Civil	SRS
15 a 30 de Setembro	Temática diversa	AAMA – Associação dos Amigos dos Animais
31 de outubro a 3 de novembro	56º Aniversário – fotografia	Associação de Folclore do Porto Santo

O quadro seguinte exibe as atividades desenvolvidas no CCC:

**Quadro 15 - Atividades realizadas no Centro Cultural e de Congressos**

**1 de janeiro a 31 de dezembro 2019**

Data	Eventos	Organização	Promotor
13 de janeiro	Gravação televisiva	Programa público	RTP Madeira
1 e 8 de fevereiro	Educacional	Festival dos amigos da Irmã Wilson	Externato Nossa Senhora Conceição
7 de fevereiro	Informativo / Público	Jornadas da Madeira	JM
13 e 14 de março	Concerto musical	À descoberta da música	Secretaria Regional do Turismo
29 de março	Religioso / Público	Visita Pastoral	Paróquias do Porto Santo
2,3 e 4 de abril	Comercial / Formação	Expresso Perfeito	Delta Cafés

Data	Eventos	Organização	Promotor
10 de abril	Coro / Musical	Petite Messe Solennelle	CMPS
29 e 30 de abril	Ação de sensibilização	II encontro de prevenção de maus tratos na infância	CPCJ
11 de maio	Informativo / Político	Estados gerais do Porto Santo	PS Madeira
18 de maio	Informativo / Político	Assuntos Parlamentares	JPP
30 e 31 de maio	Congresso / Pedagógico	RS4E	Start Up Madeira
6 e 7 de junho	Teatro	"1º Ato Teatro de Escola"	Criamar
13 e 14 de junho	Teatro	"Histórias e Lendas com e sem emendas"	ATEF
15 de junho	Filme	"Jacinta"	Paróquias do Porto Santo
24 de junho	Comemorações	"Dia do Concelho do Porto Santo"	CMPS
28 de junho	Teatro / Comédia	"A venda do Canhota"	Associação 4 Litro
30 de junho	Formação / Campanha promocional	"Madeira Somos nós com Salvador Martinha"	SRTC
12 e 14 de julho	Teatro	"O Caudatório Real"	DRAPS Universidade Sénior
15 e 17 de julho	Informativo / Público	"Livro de Reclamações"	DRAPS
27 de julho	Informativo / Público	"Orçamento Regional"	Vice-Presidência DRET
9 de agosto	Conferência	EMIR	SRS
13 e 14 de agosto	Exposição	"Domínio Público Marítimo"	SRA
16 e 17 de agosto	Concerto Musical	"Saudades de Max"	SRTC
16 de agosto	Conferência	"Protocolo com os concessionários de venda – Smart Fossil Island"	Vice-Presidência DRET
31 de agosto	Espetáculo	"ATL Férias Felizes"	CPCJ
2 e 3 de setembro	Conferência	"Saúde no Porto Santo"	SRS
2 a 6 de setembro	Comercial	Viaturas Elétricas	Auto Zarco
12 a 14 de setembro	Festival Medieval	"Festival Colombo"	SRTC
14 de setembro	Informativo / Público	"Orçamento Participativo"	Vice-Presidência DRET
4,7,8 e 28 de outubro	Comercial	Aparelho Auditivo	ARTISOM
26 de outubro	Consulta	Apoio Psicológico	LPCC

Data	Eventos	Organização	Promotor
26 de outubro	Conferência / Político	Juventude Popular da Madeira “Porto da Honra aos Voluntários da LPCC”	CDS Madeira
8 de novembro	Social		LPCC
9 de novembro	Musical / Fados	“A minha voz”	CMPS
29 de novembro	Teatro	“Meu pé de laranja lima”	CMPS CPCJ
14 de dezembro	Teatro	“Tarefa de Natal”	CMPS

Os espetáculos realizados no ano 2019 foram os seguintes:

**Quadro 16 - Espetáculos realizados na Praça do Barqueiro, Promenade e Largo do Centro Cívico**

**1 de janeiro a 31 de dezembro 2019**

Data	Eventos	Organização	Promotor
31 de março	Religioso	Missa com o Novo Bispo da Madeira	Paróquias do Porto Santo
10 de maio	Desportivo	Corrida da Solidariedade para a inclusão	LPCC
23 de maio	Religioso	Missa	Escola dos Salesianos
21 de junho	Concerto Musical	Grupo “Matay”	CMPS
22 de junho	Concerto Musical	Grupo “HMB”	CMPS
13 de julho	Atuação Musical	XXII Concurso de Vozes Infantil	Junta de Freguesia do Porto Santo
2 de agosto	Espetáculo	“Ocean’s Dream Paradise Circus – 600 Anos”	CMPS
7 a 11 de agosto	Gastronómico	Festival do Petisco	CMPS
18 de agosto	Atuação Musical de Dança	XVII Encontro de Folclore no Porto Santo / VI Internacional	Junta de Freguesia do Porto Santo
12 a 14 de setembro	Festival Medieval	Festival Colombo	SRTC
28 de outubro	Desportivo – Ação de Prevenção	“XII Corrida das Mulheres – Onda Rosa”	LPCC
27 de novembro	Desportivo – Ação de prevenção	“Corrida dos Homens – Mês Azul”	LPCC

## RECEITA DO CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS

**Quadro 16 – Receita CCC**

Receitas	2019	2018	Variação 2019 / 2018	
			€	%
Receitas CCC	93 383 €	96 370 €	-2 987 €	-3,1%
Total Ano	93 383 €	96 370 €	-2 987 €	-3,1%

\*Valores sem IVA

## PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS

O parque de estacionamento do CCC com capacidade para 105 viaturas é explorado diretamente pela SDPS.

## RECEITA DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO

**Quadro 17 – Receita Parque de Estacionamento**

Receitas	2019	2018	Variação 2019 / 2018	
			€	%
Receitas Parque Estacionamento	26 910 €	22 389 €	4 521 €	20,2%
Total Ano	26 910 €	22 389 €	4 521 €	20,2%

\*Valores sem IVA

## PARQUE DE CAMPISMO

O parque de campismo do Porto Santo foi construído em 1983 pelo Governo Regional sendo um espaço com uma área total de 27.560,00 m<sup>2</sup>. A sua gestão foi afeta à SDPS em 2001 por Resolução do Conselho de Governo.

Este empreendimento abriu ao público em fevereiro de 2019.

O quadro seguinte exibe as atividades desenvolvidas no Parque de Campismo:

**Quadro 15 - Atividades realizadas no Parque de Campismo**

**1 de janeiro a 31 de dezembro 2019**

Data	Eventos	Organização	Promotor
19 de julho	Ação de Sensibilização	"Prevenção do Cancro da Pele"	LPCC
9 de agosto	Ação de Sensibilização	"Abandono dos Animais no Período de Férias"	AAMA

13 de agosto	Ação de Sensibilização	“Campanha – Com o sol não se brinca” “Manobras de Suporte Básico de Vida em Caso de Paragem Cardíaca”	LPCC
14 de agosto	Informativo / Público		EMIR
17 de agosto	Dança / Música	“Festa Colors Pxo”	Associação de basquete do Porto Santo

## RECEITA DO PARQUE DE CAMPISMO

Quadro 18 – Receita Parque de Campismo

Receitas	2019	2018	Variação 2019 / 2018	
			€	%
Parque de Campismo	14 151 €	12 956 €	1 194 €	9,2%
Total Ano	14 151 €	12 956 €	1 194 €	9,2%

\*Valores sem IVA

## COMPLEXO DE CAMPOS DE TÉNIS

O complexo de campos de ténis é constituído por um campo principal e cinco secundários, bem como, dois campos de padel.

## ATIVIDADES DESPORTIVAS DO COMPLEXO DE CAMPOS DE TÉNIS

Quadro 19 – Atividades Desportivas do Complexo de Ténis

1 de janeiro a 31 de dezembro 2019

Data	Evento	Promotor
Janeiro a agosto	Escolinhas de Ténis	SDPS
7 de janeiro	Grupo TALENTKADEMIET RINGKOEING SKJERN	Bendix Tours
15 de janeiro	Grupo de Tenistas Dinamarqueses	Bendix Tours
2 de fevereiro a 30 de junho	I edição da Liga de Inverno de Padel – nível 1 e nível 2	Associação “Os Profetas”
18 de março	Grupo de Tenistas Dinamarqueses	Bendix Tours
20 a 23 de março	Grupo “Claus Billbelle”	Bendix Tours
26 de março	Alunos de Educação Física	Secretaria Regional da Educação
11 de abril	Grupo de Alunos com Apoio Aocial	Segurança Social – Unidade do Porto Santo

18 de abril	ATL de Páscoa	Segurança Social – Unidade do Porto Santo
27 de abril	Liga de Clubes - RAM	Os Profetas
4 de maio	Liga de Clubes - RAM	Os Profetas
11 de maio	Liga de Clubes - RAM	Os Profetas
1 a 5 de junho	Grupo de Tenistas Dinamarqueses	Bendix Tours
10,15,17,22,24,29 e 31 de julho	ATL Férias Felizes	SDPS – Complexo Ténis
11 de julho	ATL de Verão	Profº André Silva
5,7,12,14,16,21,23,26 e 28 de agosto	ATL – Férias Felizes	Segurança Social – Unidade do Porto Santo
11 de setembro	ATL – Férias Felizes	Segurança Social – Unidade do Porto Santo
4,5 e 6 de outubro	Torneio de Ténis Porto Santo Line	Samsh Ténis Clube
12 de outubro	Lida de Clubes – RAM	Os profetas
26 de outubro	Lida de Clubes – RAM	Os profetas
15 de novembro	Grupo Glamsdalen	Bendix Tours
17 de novembro	TTH Andebol	Bendix Tours

## RECEITA DO COMPLEXO CAMPOS DE TÉNIS

Quadro 20 – Receita Campos de Ténis

Receitas	2019	2018	Variação 2019 / 2018	
			€	%
Receita Campos de Ténis	10 623 €	9 506 €	1 116 €	11,7%
Total Ano	10 623 €	9 506 €	1 116 €	11,7%

\*Valores sem IVA

## CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO

O Porto Santo Golfe tem-se afirmado como uma ferramenta essencial na promoção e comunicação do produto Porto Santo junto dos principais mercados emissores de turistas do segmento golfe.

Este empreendimento tem prestado um valioso contributo para a consolidação do destino Porto Santo, como um destino de todo o ano, especialmente através da Operação Escandinávia, cooperando para o contínuo esbatimento dos efeitos da sazonalidade naquela região e aprofundando o conhecimento para a conquista de novos públicos.

O campo de Golfe do Porto Santo registou durante o ano de 2019, 27 588 voltas, sendo que 22 495 foram realizadas por jogadores integrados no âmbito da Operação Escandinávia.

Esta operação tem deixado os seus efeitos positivos quer na economia local de Porto Santo, quer na receita direta e indireta do Porto Santo Golfe.

No quadro seguinte poderemos observar a distribuição da receita por tipologia, de janeiro a dezembro.

Quadro 21 - Receita do Campo de Golfe 2019

Produto	2019	2018	Variação 2019 / 2018	
			€	%
Aulas	3 103 €	2 840 €	262 €	9,2%
Buggys	127 027 €	124 585 €	2 443 €	2,0%
Cacifo	49 €	61 €	-11 €	-18,9%
Cartões Sócio	19 422 €	22 553 €	-3 131 €	-13,9%
Círculo	449 €	53 €	396 €	742,0%
Club Storage	34 304 €	37 874 €	-3 570 €	-9,4%
Driving Range	16 491 €	17 887 €	-1 396 €	-7,8%
Green Fee	37 926 €	51 356 €	-13 430 €	-26,2%
Green Fee Op. Escandinávia - Baleira Sol	117 500 €	217 500 €	-100 000 €	-46,0%
Mercadoria	37 390 €	46 566 €	-9 176 €	-19,7%
Restaurante (concessionado)	15 619 €	15 619 €	0 €	0,0%
Set of Clubs	14 224 €	12 762 €	1 461 €	11,5%
Taco	193 €	1 454 €	-1 261 €	-86,8%
Torneios	2 671 €	1 572 €	1 098 €	69,9%
Trolley	69 990 €	74 011 €	-4 020 €	-5,4%
<b>Total Ano</b>	<b>496 358 €</b>	<b>626 694 €</b>	<b>-130 336 €</b>	<b>-20,8%</b>

\*Valores sem IVA

## CALENDÁRIO TORNEIOS 2019 (1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO 2019)

Quadro 22 – Calendário Torneios 2019

CALENDÁRIO TORNEIOS 2018			
Dia	Dia da Semana	Campo	Designação   Nome Torneio
<b>MAIO</b>			
11	Sáb	CGSS	1º Torn. Empresas Diário Notícias
18	Sáb	PSG	Torneio Circuito Abreu
25	Sáb	CGSS	2º Torn. Empresas Diário Notícias
<b>JUNHO</b>			
1 a 3	Sáb a Seg	PSG	Torneio do Inatel
9	Dom	PSG	1º Torneio Festival Rota do Atum
15	Sáb	PSG	Torneio São João
22	Sáb	PSG	Torneio de Santo António
29	Sáb	CGSS	Torneio BPI Challenge
<b>JULHO</b>			
6	Sáb	CGSS	3º Torneio Empresas Diário de Notícias
7	Dom	PG	Campeonato Madeira Clubes Absoluto e Taça
13	Sáb	CGSS	4º Torneio Empresas Diário de Notícias
20	Sáb	PSG	Torneio de Verão
<b>AGOSTO</b>			
3	Sáb	PSG	1º Torneio Aniversário Pxo Golfe Clube
10	Sáb	PSG	Taça Porto Santo Golfe
17	Sáb	PSG	Torneio Edimade
18	Dom	PSG	Torneio Solidário LPCC
<b>SETEMBRO</b>			
7	Sáb	PSG	Torneio das Vindimas
14	Sáb	CGSS	Torneio PT Empresas
14	Sáb	PSG	Colombos Trophy
28	Sáb	PSG	PKF Madconta
29	Dom	PSG	1º Torneio Comend. Fernando Pinho Teixeira
<b>OUTUBRO</b>			
5	Sáb	PSG	15º Torneio Aniversário
19 e 20	Sáb e Dom	CGSS	Expresso BPI Golf Cup 2019
<b>NOVEMBRO</b>			
2	Sáb	CGSS	Moynihan's Golf Open 2019
9	Sáb	PSG	Torneio de São Martinho
23	Sáb	PSG	1º Torneio Hotel Vila Baleira
<b>DEZEMBRO</b>			
7	Sáb	PSG	Torneio Restauração da Independência
14	Sáb	PSG	Torneio de Natal

## 6. INVESTIMENTOS

No que respeita ao investimento, considerado numa ótica da aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, em 2019 a SDPS realizou várias intervenções nos empreendimentos sob a sua administração num total de 101.186,73€.

Ao Porto Santo Golfe foi reservada a maior fatia do investimento global, mais de 77%, no mencionado espaço temporal, ficando derramado naquele empreendimento cerca de 78 mil euros.

Este conjunto de investimentos realizados possibilitaram melhorar as condições do campo de golfe para a prática, especialmente os tratamentos dos vários tipos de relva existentes, a conservação e tratamento das águas dos lagos e a reparação mecânica e substituição de vários equipamentos, especialmente os veículos de manutenção do campo, assim como outras pequenas reparações e pinturas.

Este é um empreendimento de referência desportiva no Porto Santo que se tem afirmado como uma ferramenta essencial no combate à sazonalidade daquela ilha e como destino turístico sendo que as suas condições do campo são muito elogiadas por quem o visita.

Especial ênfase, igualmente, a superar os 14,5% do investimento global, para o Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo, com um valor aproximado aos 15 mil euros.

Este investimento possibilitou a reabilitação e manutenção dos sistemas de segurança do edifício e de alguns equipamentos essenciais para o digno acolhimento de eventos de grande relevância, com enorme sucesso. Como foi o caso das comemorações do dia da região.

Outros empreendimentos não foram esquecidos, foi consignado cerca de 9 mil euros para a recuperação de pequenas anomalias e manutenção de equipamentos e infraestruturas por forma a que mantenham alguma vitalidade e prossigam, em condições normais de funcionamento, as suas valências no âmbito em que se consagra a sua edificação.

## 7. ANÁLISE ORÇAMENTAL E FINANCEIRA

### 7.1 DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Neste ponto analisaremos o desempenho da SDPS ao nível da receita e da despesa, sendo considerados na receita, os valores realmente cobrados, e na despesa, os valores efetivamente pagos.

#### 7.1.1 RECEITA

Quadro 23 – Resumo da Receita

Designação	Orçamento €	2019			2018			Variação 2019/2018	
		Execução €	%	Peso %	Execução €	%	Peso %	€	%
<b>Receitas Correntes</b>									
Venda de bens e serviços correntes	1 070 726	1 610 632	150,4%	18,5%	977 454	13,1%	633 178	64,8%	
Outras receitas correntes	10 500	16 005	0,0%	0,2%	10	0,0%	15 995	159 946,0%	
Subtotal	1 081 226	1 626 637	150,4%	18,7%	977 464	13,1%	649 173	66,4%	
<b>Receitas de Capital</b>									
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	1 500 000	1 500 000	100,0%	17,2%	0	0,0%	1 500 000	0,0%	
Passivos Financeiros	4 035 393	3 949 438	97,9%	45,4%	5 066 919	67,8%	-1 117 481	-22,1%	
Saldo de gerência anterior	1 629 972	1 629 972	100,0%	18,7%	1 430 709	19,1%	199 263	13,9%	
Subtotal	7 165 365	7 079 410	98,8%	81,3%	6 497 628	86,9%	581 782	9,0%	
Receita Total	8 246 591	8 706 047	105,6%	100,0%	7 475 092	100,0%	1 230 955	16,5%	

Relativamente a 2018, note-se a evolução positiva das receitas provenientes da atividade operacional da SDPS, refletida no aumento da Venda de Bens e Serviços Correntes, que cresceram 64,9% e outras receitas correntes em 159 946%.

A execução registada na rubrica Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras, sucede da venda do Edifício de Serviços Públicos, ao Município do Porto Santo.

Por outro lado, saliente-se a diminuição em 22,1% (cerca de 1,1M€) dos Passivos Financeiros, reflexo do decréscimo da dependência da sociedade face aos empréstimos do acionista.

O aumento do saldo de gerência justifica-se pela diminuição da dívida de anos anteriores, o que origina um decréscimo ao nível dos pagamentos.

Estas oscilações determinaram o crescimento das receitas correntes em 66,4% e das receitas de capital em 16,5%.

No que concerne à fonte de financiamento, o quadro abaixo evidencia o peso dos Passivos Financeiros contraídos junto do acionista Região Autónoma da Madeira, que representa 45,4% do total do orçamento da receita.

Quadro 24 – Distribuição da Receita por Fonte de Financiamento

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Execução	Peso	Execução	Peso	€	%
	€	%	€	%		
Passivos Financeiros - RAM	3 949 438	45,4%	5 066 919	67,8%	-1 117 481	-22,1%
Transferências UE - FEDER - Madeira 14-20	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Receitas Próprias	3 126 637	35,9%	977 464	13,1%	2 149 173	219,9%
Saldo de Gerência	1 629 972	18,7%	1 480 709	19,1%	199 263	13,9%
<b>Receita Total</b>	<b>8 706 047</b>	<b>100,0%</b>	<b>7 475 092</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 230 955</b>	<b>16,5%</b>

Não obstante, releve-se a redução da importância relativa daquelas verbas no orçamento da SDPS que, em 2019, representaram 45,4% do total do orçamento, apresentando uma redução de 22,1% face a 2018.

Em sentido contrário, observa-se o crescimento acentuado do peso das receitas próprias face a 2018, em 25,4%, representando, em 2019, 35,9% do total das receitas.

O peso do saldo de gerência no total da receita manteve em 2019, valores aproximados aos de 2018, não obstante a variação do valor absoluto, acima justificada.

## VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

O capítulo Venda de Bens e Serviços Correntes é a que mais representatividade apresenta nas receitas correntes, ascendendo a 1,6M€.

Quadro 23 – Vendas de Bens e Serviços Correntes

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução	€	%
		€	%			
Venda de bens	90 726	45 695	50,4%	57 209	-11 514	-20,1%
Mercadorias	90 726	45 695	50,4%	57 209	-11 514	-20,1%
Serviços	980 000	1 564 938	159,7%	920 245	644 693	70,1%
Aluguer de espaços e equipamentos	260 000	908 069	349,3%	297 175	610 894	205,6%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	710 000	641 888	90,4%	595 009	46 879	7,9%
Outros	10 000	14 981	149,8%	28 061	-13 080	-46,6%
<b>Total</b>	<b>1 070 726</b>	<b>1 610 632</b>	<b>150,4%</b>	<b>977 454</b>	<b>633 178</b>	<b>64,8%</b>

Como se pode concluir, dos dados acima, a venda de mercadorias registou um decréscimo de 2018 para 2019 na ordem dos 20,1%, já a prestação de serviços, apresenta um melhor desempenho face a 2018.

O aumento de 70,1% da receita proveniente da prestação de serviços decorre do aumento de todos os serviços, à exceção dos outros serviços, nos seguintes termos:

- Aluguer de espaços e equipamentos: aumento muito acentuado atingindo os 205,6%, resultante do encaixe da verba da dívida paga pelo Município do Porto Santo, decorrente da decisão favorável para a SDPS, S.A., no âmbito do processo judicial n.º 337/17.0 BEFUN;

- Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto: aumento de 7,9%, resultado da maior dinamização do Centro de Congressos do Porto Santo e dos serviços associados ao Campo de Golfe e Complexo de Campos de Ténis;
- Outros serviços: diminuição de 46,6%, pelo efeito da emissão das notas de crédito ao Município do Porto Santo, no âmbito do processo judicial em epígrafe.

## OUTRAS RECEITAS CORRENTES

A execução destas receitas em 2019 representou um aumento de 15.995 euros.

**Quadro 26 - Outras Receitas Correntes**

Designação	Orçamento Corrigido €	2019		2018		Variação 2019/2018	
		Execução €	%	Execução €	%	€	%
<b>Outras</b>	<b>10 500</b>	<b>16 005</b>	<b>0,0%</b>	<b>10</b>	<b>15 995</b>	<b>159946,0%</b>	
Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio	500	5	1,0%	10	-5	-48,6%	
Outras	10 000	15 999	160,0%	0	15 999	0%	
<b>Total</b>	<b>10 500</b>	<b>16 005</b>	<b>152,4%</b>	<b>10</b>	<b>15 995</b>	<b>159946,0%</b>	

## PASSIVOS FINANCEIROS

Os Passivos Financeiros contraídos durante o exercício de 2019 referem-se aos empréstimos concedidos pelo acionista, com o objetivo de fazer face à amortização da dívida (cerca de 79%), na sua maioria decorrente de investimento e às despesas com o pessoal (aproximadamente 21%).

Relativamente à execução de 1,5M€, refere-se à venda do Edifício de Serviços Públicos.

**Quadro 27 – Passivos Financeiros**

Designação	Orçamento Corrigido €	2019		2018		Variação 2019/2018	
		Execução €	%	Execução €	%	€	%
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	<b>1 500 000</b>	<b>1 500 000</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
Sociedades e Quase Soc Não Financeiras	1 500 000	1 500 000	100,0%	0	0	0,0%	
<b>Empréstimos a médio e longo prazos</b>	<b>4 035 393</b>	<b>3 949 438</b>	<b>97,9%</b>	<b>5 066 919</b>	<b>-1 117 481</b>	<b>-22,1%</b>	
Adm PÚblicas - Adm regional	4 035 393	3 949 438	97,9%	5 066 919	-1 117 481	-22,1%	
<b>Total</b>	<b>5 535 393</b>	<b>5 449 438</b>	<b>98,4%</b>	<b>5 066 919</b>	<b>382 519</b>	<b>7,5%</b>	

Saliente-se a redução dos empréstimos deste agrupamento face a 2018, com uma diminuição de mais de 1M€, cerca de 22,1%, indicador revelador da diminuição da dependência da SDPS perante o acionista.

## SALDO DE GERÊNCIA

O Saldo de Gerência corresponde ao saldo de caixa apurado à data de 31 de dezembro de 2018, tendo sido totalmente integrado no orçamento de 2019.

**Quadro 28 – Saldo de Gerência**

Designação	2019			2018			Variação 2019/2018		
	Orçamento Corrigido		Execução	Execução					
	€	€	%	€	€	%	€	€	%
<b>Saldo orçamental</b>		<b>1 629 972</b>	<b>1 629 972</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 430 709</b>	<b>199 263</b>	<b>13,9%</b>		
Na posse do serviço		<b>1 629 972</b>	<b>1 629 972</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 430 709</b>	<b>199 263</b>	<b>13,9%</b>		
<b>Receita Total</b>		<b>1 629 972</b>	<b>1 629 972</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 430 709</b>	<b>199 263</b>	<b>13,9%</b>		

### 7.1.2 DESPESA

A despesa do ano 2019 ascendeu a aproximadamente 5,1M€, apresentando uma taxa de execução de 61,8%.

Designação	2019			2018			Variação 2019/2018		
	Orçamento	Execução	Peso	Orçamento	Execução	Peso			
	€	%	€	%	€	%	€	€	%
<b>Despesas Correntes</b>									
Despesas com o pessoal	927 685	843 716	90,9%	16,6%	810 806	15,9%	52 910	4,1%	
Aquisição de bens e serviços	665 214	577 036	87,0%	11,3%	434 603	7,4%	142 433	52,8%	
Juros e outros encargos	4 407	3 661	83,1%	0,1%	29 528	0,5%	-25 867	-87,6%	
Transferências correntes	0	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
Outras despesas correntes	439 157	335 730	76,5%	6,6%	501 547	5,2%	54 185	11,3%	
<b>Subtotal</b>	<b>2 094 441</b>	<b>1 760 144</b>	<b>86,5%</b>	<b>34,5%</b>	<b>1 576 484</b>	<b>27,0%</b>	<b>183 660</b>	<b>11,6%</b>	
<b>Despesas de Capital</b>									
Aquisição de bens de capital	2 867 987	30 551	1,1%	0,6%	43 594	0,7%	-13 043	-29,9%	
Ativos Financeiros	200 000	200 000	100,0%	9,9%	0	0,0%	200 000	100,0%	
Passivos financeiros	3 144 163	3 104 166	98,7%	60,9%	4 225 042	72,3%	-120 876	-26,5%	
<b>Subtotal</b>	<b>6 212 150</b>	<b>3 334 717</b>	<b>53,7%</b>	<b>65,5%</b>	<b>4 268 636</b>	<b>73,0%</b>	<b>-935 919</b>	<b>-21,9%</b>	
<b>Despesa total</b>	<b>8 246 591</b>	<b>5 094 861</b>	<b>61,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>5 845 120</b>	<b>100,0%</b>	<b>-750 259</b>	<b>-12,8%</b>	

**Quadro 29 – Resumo da Despesa**

Relativamente a comparação com 2018, note-se a diminuição generalizada das despesas, que no total decresceram 12,8%.

No âmbito das despesas correntes, releve-se o decréscimo dos Juros e Outros Encargos em 87,6% (aproximadamente 26 mil euros), resultante da reduzida taxa de juro e em alguns casos nula, subjacente aos empréstimos bancários contraídos, devido à taxa da Euribor.

Relativamente à diminuição das despesas de capital, num total superior a 0,9M€, a mesma decorre do decréscimo dos Passivos em 26,5% (1,1M€) e da Aquisição de Bens de Capital em 29,9% (cerca de 13 mil euros), reflexo do decréscimo da dependência da sociedade face aos empréstimos do acionista.

Estas oscilações determinaram o crescimento das despesas correntes em 11,6% e a diminuição das despesas de capital em 21,9%.

## DESPESAS COM O PESSOAL

**Quadro 30 – Despesas com o Pessoal**

Designação	Orçamento corrigido	2019		2018		Variação 2019/2018
		€	%	€	%	
<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>735 178</b>	<b>663 759</b>	<b>90,3%</b>	<b>697 603</b>	<b>26 156</b>	<b>4,1%</b>
Orgãos sociais	36 680	30 971	84,4%	30 585	436	1,4%
Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	26 433	26 433	100,0%	26 433	0	0,0%
Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	475 678	437 557	92,4%	422 854	14 703	3,5%
Representação	13 891	13 891	100,0%	10 959	2 931	26,7%
Suplementos e prémios	28 415	8 929	31,4%	8 584	346	4,0%
Subsídio de refeição	65 945	63 218	95,9%	58 298	4 980	8,6%
Subsídio de férias e de natal	90 136	82 760	91,8%	80 000	2 759	3,4%
Abonos variáveis ou eventuais	28 931	21 188	73,2%	24 418	-3 230	-13,2%
Gratificações variáveis ou eventuais	3 000	2 377	79,2%	2 833	-456	-16,1%
Ajudas de custo	5 000	329	11,0%	2 302	-1 978	-85,7%
Abono para falhas	1 945	1 944	100,0%	2 258	-313	-13,9%
Formação	2 500	0	0,0%	0	0	0,0%
Subsídio de turno	5 684	5 684	100,0%	6 011	-327	-5,4%
Indemnizações por cessação de funções	0	0	0,0%	3 978	-3 978	-100,0%
Outros abonos em numerário ou espécie	12 802	10 855	84,8%	7 087	3 818	54,3%
<b>Segurança social</b>	<b>168 574</b>	<b>158 769</b>	<b>97,1%</b>	<b>148 784</b>	<b>9 984</b>	<b>6,7%</b>
Contribuições para a segurança social	156 574	152 325	97,8%	144 549	7 776	5,4%
Seguros	7 000	6 444	92,1%	4 236	2 208	52,1%
<b>Total</b>	<b>927 683</b>	<b>843 716</b>	<b>90,9%</b>	<b>810 806</b>	<b>32 911</b>	<b>4,1%</b>

Face a 2018, observa-se um aumento global de 4,1%, nas remunerações certas e permanentes que se explica da seguinte forma:

- Órgãos Sociais: aumento de 1,4% devido ao facto da SDPS ter encerrado contas com uma Vogal Executiva e ter pago a remuneração por férias vencidas e não gozadas;
- Pessoal do Quadro: aumento de 3,5%, resultado da contratação de uma trabalhadora com a categoria de Técnico Superior para desempenhar funções na Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos, pela realização de um Contrato de Comissão de Serviço com uma trabalhadora para coordenar Infraestruturas na ilha do Porto Santo e pela contratação de uma Assistente Operacional para desempenhar funções de limpeza no Centro Cultural e de Congressos;
- Representação: aumento de 26,7% motivado pela atribuição deste suplemento à trabalhadora que coordena infraestruturas na ilha do Porto Santo;
- Suplementos e Prémios: aumento de 4%, pois foi atribuído o suplemento de isenção de horário de trabalho a dois trabalhadores;
- Subsídio de refeição: aumento de 8,6% fruto da contratação do Técnico Superior e da Assistente Operacional bem como do regresso de um trabalhador que se encontrava de baixa prolongada;
- Subsídio de Férias e de Natal: aumento de 3,4%, motivado por todas as alterações anteriormente identificadas;

Nos abonos variáveis ou eventuais, observa-se uma redução de 13,2%, que se explica essencialmente pelo facto da SDPS não ter tido qualquer custo com formação profissional e ter reduzido as despesas com ajudas de custo, abono para falhas, bem como o subsídio de turno.

O aumento do valor pago em contribuições para a Segurança Social, bem como em seguros resulta do incremento verificado nas restantes rubricas.

## AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Aquisição de Bens e Serviços representa 11,3% do total da despesa, com um valor aproximado 0,6M€.

**Quadro 31 – Aquisição de Bens e Serviços**

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Orçamento Corrigido		Execução			
	€	%	€	%	€	%
<b>Aquisição de bens</b>	<b>169 403</b>	<b>148 967</b>	<b>87,9%</b>	<b>64 428</b>	<b>84 539</b>	<b>131,2%</b>
Combustíveis e lubrificantes	20 080	11 895	59,2%	12 096	-201	-1,7%
Limpeza e higiene	10 600	8 956	84,5%	5 846	3 110	53,2%
Vestuário e artigos pessoais	1 191	1 191	100,0%	1 245	-54	-4,3%
Material de escritório	2 650	2 582	95,6%	1 861	671	36,1%
Prémios condecorações e ofertas	550	0	0,0%	0	0	0,0%
Mercadorias para a venda	86 275	86 275	100,0%	0	86 275	100,0%
Ferramentas e utensílios	10 217	9 124	89,3%	7 261	1 863	25,7%
Livros e documentação técnica	800	0	0,0%	0	0	0,0%
Outros bens	37 540	28 994	77,2%	36 119	-7 125	-19,7%
<b>Aquisição de serviços</b>	<b>493 811</b>	<b>428 069</b>	<b>86,7%</b>	<b>370 175</b>	<b>57 894</b>	<b>15,6%</b>
Encargos das instalações	224 201	189 956	84,7%	168 413	21 548	12,8%
Limpeza e higiene	12 000	11 127	92,7%	9 484	1 648	17,3%
Conservação de bens	35 760	34 819	97,4%	40 525	-5 706	-14,1%
Comunicações	14 710	9 873	67,1%	8 758	1 115	12,7%
Transportes	1 000	420	42,0%	349	71	20,2%
Seguros	11 940	11 959	100,0%	6 751	5 188	76,8%
Deslocações e estadas	8 000	7 658	95,7%	3 894	3 764	96,7%
Estudos pareceres projetos e consultadoria	17 102	15 576	91,1%	0	15 576	100,0%
Publicidade	18 032	17 545	96,2%	4 244	13 101	308,7%
Assistência técnica	14 538	13 611	98,7%	1 029	12 582	1222,7%
Outros trabalhos especializados	74 263	62 843	83,9%	7 070	55 273	781,8%
Outros serviços	62 270	53 403	85,8%	119 658	-66 255	-55,4%
<b>Total</b>	<b>663 214</b>	<b>577 036</b>	<b>87,0%</b>	<b>434 603</b>	<b>142 433</b>	<b>32,8%</b>

Para a variação observada, salienta-se as de maior valor absoluto:

**Mercadoria para Venda:** aumento devido ao facto do procedimento de aquisição de mercadorias iniciado em 2018, só ter ficado concluído em 2019;

**Encargos das Instalações:** aumento explicado por ruturas nas condutas de abastecimento de água do Complexo de Ténis;

**Estudos Pareceres Projetos e Consultadoria:** aumento justificado pela elaboração de estudos económico e financeiro.

**Publicidade:** aumento justificado pelas diversas ações de promoção dos torneios realizados no campo de golfe do Porto Santo;

**Assistência Técnica:** aumento que resulta do desgaste normal dos diversos equipamentos, exigindo intervenção técnica, a fim de manter os equipamentos operacionais para o bom funcionamento das instalações que compõem os respetivos empreendimentos;

**Outros Trabalhos Especializados:** aumento decorrente da necessidade de trabalhos de manutenção/conservação nos empreendimentos.

## JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os Juros e Outros Encargos representam 0,07% do total da despesa, e apresentam uma diminuição de 87,6% face a 2018.

**Quadro 33 – Juros e Outros Encargos**

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Orcamento Corrigido	Execução	Execução	+	%	
	€	€	€	€	€	%
<b>Juros da dívida pública</b>	<b>3 407</b>	<b>3 406</b>	<b>100,0%</b>	<b>29 499</b>	<b>-26 093</b>	<b>-88,5%</b>
Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições	3 407	3 406	100,0%	29 499	-26 093	-88,5%
<b>Outros juros</b>	<b>1 000</b>	<b>255</b>	<b>25,5%</b>	<b>29</b>	<b>226</b>	<b>771,4%</b>
Outros	1 000	255	25,5%	29	226	771,4%
<b>Outros encargos financeiros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Outros encargos financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>4 407</b>	<b>3 661</b>	<b>83,1%</b>	<b>29 528</b>	<b>-25 867</b>	<b>-87,6%</b>

Destaca-se naquela redução o valor dos juros relativos a empréstimos bancários, responsáveis pela redução observada, consequência da reduzida taxa de juro e em alguns casos nula, subjacente aos empréstimos bancários contraídos, devido ao valor da Euribor.

## OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Este subagrupamento representa 6,6% do total da despesa, e apresenta um aumento de 11,3% face a 2018.

**Quadro 34 – Impostos e Taxas**

Designação	2019		2018		Variação 2019/2018	
	Orcamento Corrigido	Execução	Execução	+	%	
	€	€	€	€	€	%
<b>Diversas</b>	<b>439 187</b>	<b>335 730</b>	<b>76,5%</b>	<b>301 547</b>	<b>34 183</b>	<b>11,3%</b>
Impostos e taxas	301 623	258 804	85,8%	301 547	-42 743	-14,2%
Outras	137 514	76 926	55,9%	0	76 926	0,0%
<b>Total</b>	<b>439 187</b>	<b>335 730</b>	<b>76,5%</b>	<b>301 547</b>	<b>34 183</b>	<b>11,3%</b>

O aumento verificado em Outras Despesas Correntes, resulta da devolução dos montantes recebidos a título de sinal aquando da celebração dos “Contratos de Promessa de Compra e Venda” dos lotes do aldeamento do campo de golfe, uma vez que as respetivas escrituras não foram realizadas no prazo estipulado para o efeito.

## AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Este subagrupamento representa 0,6% do total da despesa, e apresenta um decréscimo de 29,9% face a 2018.

### Quadro 35 – Aquisição de Bens de Capital

Designação	Orçamento Corrigido	2019		2018		Variação 2019/2018	
		€	%	€	%	€	%
<b>Investimentos</b>	<b>2 867 987</b>	<b>30 551</b>	<b>1,1%</b>	<b>43 594</b>	<b>-13 043</b>	<b>-29,9%</b>	
Terrenos	567 020	0	0,0%	0	0	0,0%	
Construções diversas	2 172 328	0	0,0%	14 884	-14 884	-100,0%	
Material de transporte	18 000	0	0,0%	0	0	0,0%	
Equipamento de informática	11 000	0	0,0%	0	0	0,0%	
Software informático	6 787	2 440	36,0%	2 281	159	7,0%	
Equipamento administrativo	1 200	1 147	95,6%	0	1 147	0,0%	
Equipamento básico	96 657	26 964	27,9%	26 979	-15	-0,1%	
Artigos e objectos de valor	0	0	0,0%	0	0	100,0%	
Total	2 867 987	30 551	1,1%	43 594	-13 043	-29,9%	

Para aquela involução concorrem, mormente, a redução das rubricas Construções Diversas e Equipamento Básico, respetivamente. Em 2019 não houve necessidade de realização de obras, o que explica o valor nulo na execução da rubrica Construções Diversas.

### ATIVOS FINANCEIROS

Os Ativos Financeiros representam 3,9% do total da despesa, e apresentam um acréscimo de 100,0% face a 2018, ou seja, 200 mil euros, referente ao empréstimo efetuado a SMD.

Designação	Orçamento	2019		2018		Variação 2019/2018	
		€	%	€	%	€	%
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>200 000</b>	<b>200 000</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>200 000</b>	<b>100,0%</b>	
Administrações Públicas - Administração Regional	200 000	200 000	100,0%	0	200 000	100,0%	
Total	200 000	200 000	100,0%	0	200 000	100,0%	

### PASSIVOS FINANCEIROS

Os Passivos Financeiros representam 60,9% do total da despesa, e apresentam um decréscimo de 26,5% face a 2018, ou seja, 1,1M€, que advém do empréstimo concedido à Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

### Quadro 36 – Passivos Financeiros

Designação	Orçamento Corrigido	2019		2018		Variação 2019/2018	
		€	%	€	%	€	%
<b>Empréstimos a médio e longo prazos</b>	<b>3 144 163</b>	<b>3 104 166</b>	<b>98,7%</b>	<b>4 225 042</b>	<b>-1 120 876</b>	<b>-26,5%</b>	
Sociedades financeiras - Bancos e outras Instituições	3 144 163	3 104 166	98,7%	4 225 042	-1 120 876	-26,5%	
Total	3 144 163	3 104 166	98,7%	4 225 042	-1 120 876	-26,5%	

A redução observada justifica-se, pelo decréscimo da dependência da sociedade face aos empréstimos do acionista.

## 7.2 DESEMPENHO FINANCEIRO

### 7.2.1 ANÁLISE DO BALANÇO

**Quadro 37 – Balanço**

**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.  
BALANÇO**

	2019	2018	Variação 2019/2018		Unidade: €
			€	%	
<b>ATIVO</b>					
Ativo não Corrente					
Ativos fixos tangíveis	37 506 736	41 341 590	-3 834 854	-9,3%	
Ativos intangíveis	1 832	4 274	-2 442	-57,1%	
<b>Total de ativo não corrente</b>	<b>37 508 567</b>	<b>41 345 864</b>	<b>-3 837 297</b>	<b>-9,3%</b>	
Ativo Corrente					
Inventários	5 632 626	5 573 159	59 467	1,1%	
Clientes, contribuintes e utentes	91 160	1 095 554	-1 004 394	-91,7%	
Estado e outros entes públicos	211 200	26 148	185 052	707,7%	
Outras contas a receber	10 199 595	9 999 647	199 948	2,0%	
Caixa e depósitos	3 689 437	1 690 244	1 999 193	118,3%	
<b>Total de ativo corrente</b>	<b>19 824 018</b>	<b>18 384 752</b>	<b>1 439 266</b>	<b>7,8%</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>57 332 586</b>	<b>59 730 616</b>	<b>-2 398 030</b>	<b>-4,0%</b>	
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>					
Património/Capital	79 518 535	79 518 535	0	0,0%	
Prémios de emissão	2	2	0	-19,0%	
Resultados transitados	-73 853 817	-72 509 556	-1 344 261	1,9%	
Excedentes de revalorização	2 674	0	2 674	0,0%	
Outras variações no património líquido	10 106	27 143	-17 037	-62,8%	
Resultado líquido do período	-3 167 093	-1 344 261	-1 822 832	135,6%	
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>2 510 407</b>	<b>5 691 863</b>	<b>-3 181 456</b>	<b>-55,9%</b>	
<b>PASSIVO</b>					
Passivo não Corrente					
Provisões	346 935	346 935	0	0,0%	
Financiamentos obtidos	50 647 602	49 598 164	1 049 438	2,1%	
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>50 994 537</b>	<b>49 945 099</b>	<b>1 049 438</b>	<b>2,1%</b>	
Passivo Corrente					
Fornecedores	0	13 374	-13 374	-100,0%	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	60 375	127 875	-67 500	-52,8%	
Estado e outros entes públicos	17 417	33 367	-15 950	-47,8%	
Financiamentos obtidos	2 900 000	3 104 166	-204 166	-6,6%	
Outras contas a pagar	849 850	814 873	34 977	4,3%	
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>3 827 641</b>	<b>4 093 655</b>	<b>-266 014</b>	<b>-6,5%</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>54 822 179</b>	<b>54 038 754</b>	<b>783 425</b>	<b>1,4%</b>	
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>57 332 586</b>	<b>59 730 616</b>	<b>-2 398 030</b>	<b>-4,0%</b>	

A redução do ativo não corrente decorre do efeito das depreciações dos ativos que ascenderam a 3,8M€ em 2019.

Relativamente à diminuição do ativo corrente, o mesmo resulta, mormente, de:

- Clientes, Contribuintes e Utentes: regularização da dívida por parte do Município do Porto Santo.

O decréscimo de 3,1M€ do Património Líquido está influenciado pelo efeito dos valores do Resultado Líquido do Período e pelos Resultados Transitados.

Relativamente ao passivo, note-se a redução de todas as componentes, com exceção dos Financiamentos Obtidos e Outras Contas a Pagar.

O aumento líquido<sup>14</sup> dos Financiamentos Obtidos foi de 0,8M€, resultando do diferencial entre o financiamento obtido junto do acionista (que no ano 2018 ascendeu a 3,9M€), e a amortização de empréstimos junto das entidades financeiras (num total de 3,1M€, durante o ano 2018).

### 7.2.2 ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

**Quadro 38 – Demonstração de Resultados**

RENDIMENTOS E GASTOS	2019	2018	Variação 2019/2018		Unidade: €
			€	%	
Vendas	37 710	46 566	-8 856	-19,0%	
Prestações de serviços	1 053 829	1 105 703	-51 874	-4,7%	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0	2	-2	100,0%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-28 855	-30 052	-1 197	-4,0%	
Fornecimentos e serviços externos	-404 953	-353 474	51 479	14,6%	
Gastos com o pessoal	-873 148	-809 012	64 136	7,9%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	436 992	0	0	0,0%	
Outros rendimentos e ganhos	23 692	27 429	-3 737	-13,6%	
Outros gastos e perdas	-2 195 332	-99 307	2 096 025	2110,7%	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>	<b>-1 950 065</b>	<b>-112 145</b>	<b>-1 837 920</b>	<b>-1638,9%</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 213 377	-1 204 899	8 478	0,7%	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-3 163 442</b>	<b>-1 317 044</b>	<b>-1 846 398</b>	<b>-140,2%</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	0	194	-194	-100,0%	
Juros e gastos similares suportados	0	-25 298	25 298	100,0%	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-3 163 442</b>	<b>-1 342 148</b>	<b>-1 821 294</b>	<b>-135,7%</b>	
Imposto sobre o rendimento do período	-3 650	-2 113	1 537	72,8%	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-3 167 093</b>	<b>-1 344 261</b>	<b>-1 822 832</b>	<b>-135,6%</b>	

Como se pode concluir, o Resultado Líquido do Exercício decresceu 1,8M€. Para esta variação, concorre o impacto de Outros Gastos e Perdas.

Verificou-se uma variação negativa do Resultado Operacional, nos seguintes termos:

- RO antes de depreciações e gastos de financiamento: decresceu cerca de 1638,9%, num total de 1,8M€, justificado pelas menos-valias resultantes da alienação do Edifício de Serviços Públicos;
- RO antes de gastos de financiamento: decresceu 1,8M€, representando uma diminuição de 140,2%.

<sup>14</sup> Componente Corrente + Componente Não Corrente.

## RENDIMENTOS

**Quadro 39 – Rendimentos**

	RENDIMENTOS	2019	2018	Variação 2019/2018		Unidade: €
				€	%	
Vendas		37 710	45 566	-7 856	-17,2%	
Prestações de serviços		1 053 829	1 105 703	-51 874	-4,7%	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0	2	-2	100,0%	
Outros rendimentos e ganhos		23 692	0	23 692	100,0%	
Juros e rendimentos similares obtidos		0	194	-194	-100,0%	
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>1 115 231</b>	<b>1 151 465</b>		<b>-36 234</b>	<b>-3,1%</b>	

Como se pode observar, os rendimentos provenientes da atividade operacional, nomeadamente as Vendas e Prestações de Serviços, decresceram 21,90%.

## GASTOS

Os gastos do ano 2019 ascenderam a 5,1M€, apresentando um aumento de 114,9%, o equivalente a 2,8M€.

**Quadro 40 - Gastos**

	GASTOS	2019	2018	Variação 2019/2018		Unidade: €
				€	%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		28 855	30 052	-1 197	-4,0%	
Fornecimentos e serviços externos		404 953	353 474	51 479	14,6%	
Gastos com o pessoal		873 148	809 012	64 136	7,9%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		436 992	0	436 992	0,0%	
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0	0,0%	
Outros gastos e perdas		2 195 332	0	2 195 332	0,0%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		1 213 377	1 204 899	8 478	0,7%	
Imposto sobre o rendimento do período		3 650	2 113	1 537	72,7%	
<b>Gastos Totais</b>	<b>5 156 307</b>	<b>2 399 550</b>		<b>2 756 757</b>	<b>114,9%</b>	

Este aumento está influenciado pelo registo de Provisões e Imparidades de Dívidas a Receber, num total de 0,4M€, movimento que não se revelou necessário em 2018.

Além disso, verificou-se um aumento acentuado em:

- Outros Gastos e Perdas, em 2,2M€, justificado pela alienação do Edifício de Serviços Públicos;

Para o aumento de aproximadamente 51.479€ dos Fornecimentos e Serviços Externos concorrem essencialmente a aquisição de alguns serviços fundamentais para o desenvolvimento das várias atividades no Porto Santo Golfe.

## 8. RISCOS E OPORTUNIDADES

### 8.1 RISCOS

O conceito de risco está relacionado com a possibilidade de perda. Por isso, quanto maior for essa probabilidade, maior será o risco.

Numa ótica integradora, clarificadora e global do exercício de gestão do ano 2019, foram identificados riscos específicos da respetiva organização, especificamente o risco de negócio e o risco financeiro:

#### a. Risco de Negócio

- i. Flutuações no mercado de clientes e de turismo, interno e externo, uma vez que vários empreendimentos sob a gestão da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, estão, também, vocacionados para o mercado turístico, nos seus variados segmentos. No caso da ilha do Porto Santo, e os empreendimentos nela situados, são particularmente expostos à sazonalidade turística, podendo os resultados das suas atividades económicas sofrerem um impacto derivado da diminuição da procura de turistas fora da época do Verão.
- ii. Impacto negativo da não fusão das quatro Sociedades de Desenvolvimento na preocupação com a reputação e a marca, assim como na inovação tecnológica e recursos humanos.

#### b. Risco Financeiro

- i. Risco de Crédito – Resulta essencialmente dos saldos a receber de clientes resultantes de transações comerciais. Este risco é avaliado pela Unidade de Gestão Financeira (UGF), tendo em conta o histórico da relação comercial, a sua situação financeira.
- ii. Risco de Liquidez - acompanhado pela UGF, sendo que este risco tem sido colmatado via transferências do acionista maioritário, RAM.
- iii. Risco de Taxa de Juro – resulta da variação desfavorável das taxas de juro ao qual a empresa está sujeita dado ao seu serviço de dívida bancária.

### 8.2 OPORTUNIDADES

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo está vinculada, nos termos dos seus estatutos, a responsabilidade de promover a criação de infraestruturas, a implementação de equipamentos e a maximização de recursos e oportunidades locais para o desenvolvimento integrado.

Foi neste quadro referencial que foram construídos vários empreendimentos que alavancaram e dinamizaram a economia da localidade onde se promoveram tais infraestruturas.

Para além, do espólio infraestrutural da SDPS, implementou-se um conjunto de medidas que visam numa primeira instância a criação de valor no curto prazo, mais identificadas com a gestão operacional, e outras mais estruturais que serão estrategicamente valiosas para a criação de valor no longo prazo, mais ligadas à inovação.

Assim, as oportunidades seguidamente elencadas estão, entre outros casos, profundamente ligadas ao supramencionado:

- a. Promoção e incremento da Operação Escandinava no Porto Santo, no intuito de rentabilizar e otimizar os ganhos provindos, não só do *Golf Market*, mas também em outros segmentos do turismo, como seja o turismo de congressos, de natureza e de desporto.
- b. Continuação da política de concessões, obtendo receita direta e indireta, com a libertação de custos inerentes à manutenção e conservação dos equipamentos.
- c. Promoção da qualificação do capital humano da empresa com um plano anual de formação.
- d. Melhoria da comunicação interna e externa, apostando numa linguagem especializada e fazendo útil uso dos canais e plataformas digitais.
- e. Promoção da regularização patrimonial da SDPS criando assim, mais uma ferramenta de rentabilização do imobilizado.
- f. Fusão das quatro sociedades, numa ótica de otimização de recursos financeiros, materiais e humanos.

## 9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A economia nacional e internacional está a ser afetada pelos efeitos provocados pelo covid-19. Nesta fase, não é possível prever os impactos que a alteração da atividade económica virá a ter nos indicadores da empresa em 2020, nomeadamente na receita do Campo de Golf do Porto Santo.

## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo ao preconizado no Código das Sociedades Comerciais e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido negativo do exercício económico de 2019, no montante de 3.167.092,57 euros para a conta Resultados Transitados.

## 11. PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano 2019 foi marcado por uma franca evolução da atividade da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., perspetivando uma clara melhoria a médio longo prazo, progresso esse que assenta na rentabilização dos ativos.

### FINANCIAMENTO

A SDPS não dispõe, nem se prevê que possa dispor no imediato de condições para dar cumprimento ao reembolso dos empréstimos contratados, mantendo-se uma elevada dependência de financiamento do seu acionista maioritário para cobrir o investimento e a inexistência de retorno económico dos empreendimentos atualmente em funcionamento, quer através de concessão, quer através de exploração direta.

Esta dependência resulta da natureza dos investimentos realizados, da preponderância de empreendimentos em que o retorno social é significativamente superior ao retorno económico e da inexistência de compensação pela fruição social dos investimentos realizados.

Deverão ainda ser atendidos os corolários concernentes às eventuais alterações dos contratos de financiamento vigentes, nomeadamente, que as mesmas teriam graves repercussões nas contas da RAM, representando um esforço financeiro acrescido, uma vez que qualquer modificação àqueles documentos teria reflexos na revisão das taxas de juros, que se traduziriam em aumentos exponenciais dos valores a suportar pela RAM.

### MERCADOS

O Porto Santo tem características singulares, as quais têm forte impacto na atividade empresarial da ilha. Desde logo, a exiguidade territorial e populacional, que tem impactos nos custos dos recursos, e a sazonalidade, não obstante este fator estar cada vez mais esbatido fruto das políticas do Governo Regional.

Estas premissas conduzem a uma aposta clara na diversificação de mercados, onde se destaca:

- O Acordo de Vendas estabelecido com a Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, S.A, que vigorará até 2021 e que tem por objeto a disponibilização de green fees do Campo de Golfe do Porto Santo aos turistas provenientes de uma operação charter, denominada “Operação da Escandinávia”;

- O Plano de Comercialização e Vendas, projeto financiado pela Associação de Promoção da Madeira-RAM, que visa a divulgação do Campo de Golfe do Porto Santo nos mercados sueco, português, alemão, escocês, francês, italiano, espanhol e do Reino Unido.

Não obstante estes esforços, a SDPS deverá estar atenta aos mercados concorrentiais, nomeadamente aqueles que se situam na costa mediterrânea, quer pela qualidade e diversidade da oferta, quer pela proximidade e condições climáticas, uma vez que estes países já se encontram numa fase de recuperação da estabilidade política e social essenciais para o acolhimento e desenvolvimento turístico, particularmente no caso do *golf market*.

#### GASTOS

Como evidenciado no presente relatório os gastos de outra natureza serão sempre incontroláveis, não só porque dependem de fatores externos à vontade da sociedade, mas também porque resultam de imposições legais, como por exemplo as depreciações, cujo valor tem uma representatividade elevada no cômputo global dos gastos.

Pelos motivos expostos, a estratégia do acionista de unificar a gestão das quatro sociedades de desenvolvimento da Madeira foi um passo importante na redução dos gastos, não só pela diminuição em 75%, dos valores pagos a título de remuneração do Conselho de Administração, mas também como pelos benefícios que a partilha de recursos entre aquelas entidades e adoção de políticas de gestão uniformes veio imprimir à estrutura de gastos daquelas empresas.

Nesta sequência, as opções estratégicas adotadas pela administração da SDPS, no sentido de implementar procedimentos internos que visam explorar, em primeiro lugar, a aplicação dos recursos internos disponíveis, e só recorrer à aquisição de bens e serviços quando se conclua pela sua inexistência internamente, são de extrema importância e serão continuadas.

#### RENDIMENTOS

Os rendimentos gerados provêm maioritariamente do negócio do Porto Santo Golfe e da exploração dos espaços concessionados pela SDPS.

Este facto decorre não só dos mesmos serem submetidos à concorrência, através de procedimentos de contratação, o que exponencia a receita a arrecadar, mas também do facto dos mesmos não decorrerem de um serviço público, cuja acessibilidade importa garantir.

Pelo contrário, os fins públicos a que o acionista submete a SDPS, acometendo à empresa a responsabilidade pelo desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural do Porto Santo, com enfoque na realização de fins de interesse público, condiciona a definição de preços a cobrar e, consequentemente, o nível de rendimentos desejável para a sua autonomia financeira.

## FUSÃO

A estratégia defendida pelo acionista RAM para as quatro Sociedades de Desenvolvimento<sup>15</sup> passa por um processo de fusão das mesmas.

Os primeiros passos foram dados em 2011, com a nomeação de um único Conselho de Administração para as quatro sociedades e com a gradual integração de funções na área administrativa e operacional, aproveitando as sinergias assim criadas.

Posteriormente, em 2016, a RAM adquiriu as participações sociais detidas pelos Municípios em três das Sociedades de Desenvolvimento, estando em negociações para adquirir a participação do Município do Porto Santo na Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A..

Neste momento, está em curso a negociação com a banca para a obtenção da autorização prévia à operação de fusão, que permita concluir com o negócio e o consequente registo.

## EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

As perspetivas futuras para a evolução da atividade da SDPS passam fundamentalmente pela continuidade do trabalho programado, pela consolidação das iniciativas previstas e pela realização física dos investimentos projetados que, pela sua natureza, carecem do compromisso efetivo dos acionistas.

Na projeção da atividade deverá ainda ser tido em consideração a natureza da própria SDPS e a sua finalidade que, nos termos estatutários, deve garantir a prossecução de fins de interesse público, paralelamente aos objetivos de exponenciação dos proveitos.

Ou seja, se é verdade que muitos dos ativos da SDPS podem ser rentabilizados a preços de mercado, também é verdade que, por decisão do acionista e imposição dos estatutos, deverão ser salvaguardados os fins públicos que estão na génese da criação da SDPS e que obstaculizam a obtenção de resultados líquidos desejáveis a uma qualquer sociedade comercial.

Em suma, a vertente empresarial da SDPS é fundamental para que, numa perspetiva comercial, se possa diligenciar uma atuação que permita potenciar ao máximo a rentabilidade dos ativos, mas só poderá ser assegurada se assumido pelo acionista, o diferencial entre custo efetivo dos serviços públicos<sup>16</sup> considerados pelo acionista como essenciais para o desenvolvimento<sup>17</sup> da ilha do Porto Santo, e o custo efetivo dos mesmos.

Esta decisão terá um peso substancial nos resultados da empresa, numa primeira instância porque alterará a natureza das verbas transferidas anualmente para a SDPS que deixarão de revestir o carácter de empréstimo<sup>18</sup>, assumindo a sua essência que é, de facto, a compensação

<sup>15</sup> Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA, Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, SA e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA.

<sup>16</sup> Bem vincado nos valores praticados nos diversos empreendimentos desportivos e culturais da SDPS, bem como, na disponibilização de ativos de acesso livre à população.

<sup>17</sup> Conforme determinado nos estatutos da SDPS.

<sup>18</sup> Com impacto na dívida da SDPS e, consequentemente, na dívida da RAM.

pelas decisões de interesse público adotadas pelo acionista, mas também porque permitirá imprimir uma visão mais fidedigna do retorno dos investimentos da empresa.

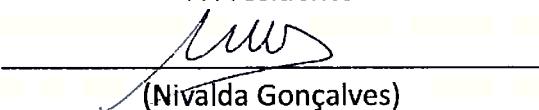
Ora, esta resolução é crucial para o cumprimento da legislação atinente às Sociedades Comerciais, pois evitaria o acumular de prejuízos que conduziram a SDPS ao incumprimento da regra do equilíbrio do Capital Próprio da Sociedade, preconizada no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesta sequência, conforme previsto legalmente e informada a realidade da empresa pela Administração, vem esta propor, de entre as possibilidades previstas<sup>19</sup> que o acionista promova uma injeção de capital na empresa, no valor que seja suficiente para satisfazer o equilíbrio requerido legalmente.

Funchal, 25 de março de 2020

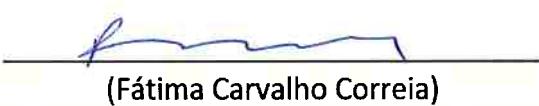
**O Conselho de Administração**

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal Executiva



(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal Executivo



(Ricardo Morna Jardim)

<sup>19</sup> Nos termos do artigo 35º do CSC, quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social, os acionistas deverão optar por uma das seguintes medidas: a) dissolução da sociedade; b) redução do capital social; c) realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do capital social.



# **ANEXOS**

## **RELATÓRIO E CONTAS**

**2019**

an  
a  
f  
nuk

## I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*MN*  
A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., de acordo com o disposto no Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro, apresenta os seguintes elementos referentes ao exercício de 2019:

- GA*  
*F*  
*NM*
- Demonstração de Resultados por Natureza;
  - Balanço;
  - Demonstração de Fluxos de Caixa;
  - Demonstrações das alterações no Capital Próprio;
  - Anexo.

Os Estatutos da empresa prevêem a existência de Órgão de Fiscalização.

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

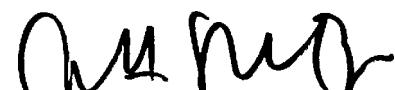
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2019 (12 Meses)	31/12/2018 (12 Meses)
Impostos e taxas			
Vendas	14.1	37 709,84	46 566,40
Prestações de serviços	14.2	1 053 829,08	1 105 703,46
Transferências correntes e subsídios à exploração			
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empresas afiliadas		0,00	1,87
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-28 855,31	-30 052,22
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-404 952,62	-353 474,40
Gastos com o pessoal	13	-873 148,29	-809 012,20
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.1	436 992,12	0,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos e ganhos	14.5	23 692,13	27 428,70
Outros gastos e perdas	14.6	-2 195 332,27	-99 306,75
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>		<b>-1 950 065,32</b>	<b>-112 145,14</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14.4	-1 213 376,80	-1 204 898,72
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-3 163 442,12</b>	<b>-1 317 043,86</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	193,81
Juros e gastos similares suportados	14.7	0,00	-25 297,84
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-3 163 442,12</b>	<b>-1 342 147,89</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11.2	-3 650,45	-2 113,49
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-3 167 092,57</b>	<b>-1 344 261,38</b>

A Administração



O Contabilista Certificado

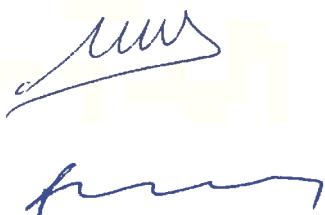



**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**  
**BALANÇO**

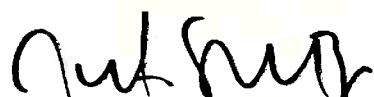
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31/dez/19	31/dez/18
<b>ATIVO</b>			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	37 506 735,81	41 341 589,91
Ativos intangíveis	4	1 831,62	4 273,67
Participações financeiras	6	0,00	0,00
		<b>37 508 567,43</b>	<b>41 345 863,58</b>
Ativo CORRENTE			
Inventários	8	5 632 625,89	5 573 159,05
Clientes, contribuintes e utentes	10.1	91 159,86	1 095 553,69
Estado e outros entes públicos	11.1	211 200,48	26 148,05
Outras contas a receber	10.2	10 199 594,89	9 999 647,26
Caixa e depósitos	3	3 689 437,30	1 690 243,84
		<b>19 824 018,42</b>	<b>18 384 751,89</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>57 332 585,85</b>	<b>59 730 615,47</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	12.1	79 518 535,00	79 518 535,00
Prémios de emissão	12.2	1,62	1,62
Resultados transitados	12.2	-73 853 817,00	-72 509 555,62
Outras variações no património líquido	12.2	12 780,74	27 142,74
Resultado líquido do período	12.2	-3 167 092,57	-1 344 261,38
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>2 510 407,79</b>	<b>5 691 862,36</b>
<b>PASSIVO</b>			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	9	346 935,00	346 935,00
Financiamentos obtidos	7	50 647 602,45	49 598 163,99
		<b>50 994 537,45</b>	<b>49 945 098,99</b>
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	10.3	0,00	13 374,11
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	10.5	60 375,00	127 875,00
Estado e outros entes públicos	11.1	17 416,54	33 366,66
Financiamentos obtidos	7	2 900 000,00	3 104 165,52
Outras contas a pagar	10.4	849 849,07	814 872,83
		<b>3 827 640,61</b>	<b>4 093 654,12</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>54 822 178,06</b>	<b>54 038 753,11</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>57 332 585,85</b>	<b>59 730 615,47</b>

A Administração




O Contabilista Certificado



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/dez/19	31/dez/18
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		1 626 636,96	977 453,90
Pagamentos a fornecedores		-577 035,77	-434 603,16
Pagamentos ao pessoal		-843 716,39	-810 805,89
Caixa gerada pelas operações		<b>205 884,80</b>	<b>-267 955,15</b>
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>			
Outros recebimentos/pagamentos		-317 751,48	-305 876,53
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<b>-111 866,68</b>	<b>-573 831,68</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-30 551,35	-43 593,83
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 500 000,00	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<b>1 469 448,65</b>	<b>-43 593,83</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3 949 438,46	5 066 919,39
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-3 304 165,52	-4 225 042,05
Juros e gastos similares		-3 661,45	-29 528,39
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<b>641 611,49</b>	<b>812 348,95</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>1 999 193,46</b>	<b>194 923,44</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1 690 243,84</b>	<b>1 495 320,40</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>3 689 437,30</b>	<b>1 690 243,84</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		<b>1 690 243,84</b>	<b>1 495 320,40</b>
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		<b>1 690 243,84</b>	<b>1 495 320,40</b>
<b>De execução orçamental</b>		<b>1 629 971,82</b>	<b>1 450 525,88</b>
<b>De operações de tesouraria</b>		<b>60 272,02</b>	<b>44 794,52</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>3 689 437,30</b>	<b>1 690 243,84</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		<b>3 689 437,30</b>	<b>1 690 243,84</b>
<b>De execução orçamental</b>		<b>3 611 186,28</b>	<b>1 629 971,82</b>
<b>De operações de tesouraria</b>		<b>78 251,02</b>	<b>60 272,02</b>

A Administração

O Contabilista Certificado

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

Demonstração das alterações no património líquido no período findo em 31.12.2018

Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da empresa mãe										
Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Realizado	Acções / (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Reservas de transversais e de ativos	Reservas financeiras	Ajustamentos de activos financeiros	Guerras verificadas no Património Líquido
Posição no início do período (01.01.2018)	(1)	79 518 535,00	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00	-72 325 843,43	0,00	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações conhecidas no Património Líquido								-181 037,84		7 050 485,73
Aplicação do resultado do exercício de 2017								-14 362,00	181 037,84	0,00
Impartição Subsídio ao investimento								-14 362,00	-14 362,00	-14 362,00
Imposta do Passivo para impostos diferidos								2 574,66	0,00	0,00
Posição no final do período (31.12.2018)	(5)	79 518 535,00	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00	-181 037,84	-14 362,00	7 050 485,73
<b>Resultado líquido do período</b>	(3)									0,00
<b>Resultado integral</b>										0,00
<b>OPERACOES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Outras operações										0,00
Outras operações										0,00
Posição no final do período (31.12.2018)	(5)=(1)+(2)+(3)+(5)	79 518 535,00	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00	-72 509 555,43	0,00	5 691 862,35

Demonstração das alterações no património líquido no período findo em 31.12.2019

Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da empresa mãe										
Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Realizado	Acções / (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Reservas de transversais e de ativos	Reservas financeiras	Ajustamentos de activos financeiros	Guerras verificadas no Património Líquido
Posição no início do período (01.01.2019)	(1)	79 518 535,00	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00	-72 509 555,43	0,00	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações conhecidas no Património Líquido								-1 344 261,38	1 344 261,38	0,00
Aplicação de Resultados de 2018								-14 362,00	-14 362,00	0,00
Impartição subsídios ao investimento								0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	(3)							-3 167 092,57	-3 167 092,57	-3 167 092,57
Resultado integral								-1 622 831,19	-1 622 831,19	-1 622 831,19
OPERACOES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Outras operações								0,00	0,00	0,00
Outras operações								0,00	0,00	0,00
Posição no final do período (31.12.2019)	(5)=(1)+(2)+(3)+(5)	79 518 535,00	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00	-73 455 817,01	0,00	2 510 407,78

A Administração

O Contabilista Certificado

*MWD*

*R*

*+*

*ADM*

## II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO**

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS), pessoa coletiva n.º 511131879, foi constituída em 18 de maio de 1999, pelo Decreto Legislativo Regional 19/99/M e tem a sua sede social em Porto Santo.

A atividade principal da Sociedade insere-se no âmbito do interesse público, na gestão dos projetos e ações inscritas na Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo, tendo por objeto social a conceção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras, patrimoniais e orçamentais, refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Contudo, as mesmas Demonstrações Financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O balanço em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

### **1.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

### **1.2. BASES DE APRESENTAÇÃO**

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação

financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC-AP bem como da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força dessa NCP e legislação complementar. Foi, também, tido em conta, a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados no âmbito do SNC-AP.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo órgão de Gestão da Empresa, no dia 25 de março de 2020, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC - AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 4 a 11.

### **1.3. COMPARABILIDADE DAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

As demonstrações financeiras em referência ao exercício de 2019 são integralmente comparáveis com as demonstrações financeiras em referência ao exercício de 2018.

### **1.4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS**

Não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações ou erros.

## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **2.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As principais bases de mensuração adotadas pela entidade na preparação das demonstrações financeiras, são como segue:

#### **2.1.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os bens que integram o ativo fixo tangível são mensurados inicialmente pelo seu custo, conforme previsto na NCP 5, sendo a mensuração subsequente apresentada pelo valor do custo deduzido das depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Atendendo à especificidade da atividade da Sociedade e ao desconhecimento dos destinos a atribuir aos ativos construídos pela SDPS (os quais têm fins sociais), torna-se muito difícil obter o valor recuperável dos referidos ativos, razão pela qual não foi possível efetuar testes de imparidade e registar as eventuais perdas por imparidade que, eventualmente, se pudessem verificar.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis (com exceção dos terrenos que não são depreciados), é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método da linha reta ou quotas constantes, com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e outras construções	20 – 40 anos
Equipamento básico	4 – 16 anos

Equipamento de transporte	4 – 7 anos
Equipamento administrativo	2 – 15 anos
Outros bens	3 – 8 anos

Os períodos de vida útil dos ativos fixos tangíveis foram objeto de avaliação, nas datas de relato, tendo-se considerado adequados os que têm vindo a ser praticados.

Para efeitos de depreciação não é deduzido o valor residual dos bens aos respetivos custos de aquisição, por se considerar que não seria possível efetuar a quantificação daqueles montantes de forma fiável.

As despesas correntes com a reparação e manutenção do ativo fixo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de valor significativo, que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas, de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos, ainda, em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos mensurados ao custo de aquisição/construção. Estes ativos serão depreciados a partir do momento em que os mesmos estejam disponíveis para uso.

Para os investimentos em curso, relativos a ativos fixos tangíveis, cuja probabilidade de virem a ser concluídos foi avaliada, pelo Conselho de Administração, como sendo remota, foi reconhecida a respetiva perda por imparidade.

### 2.1.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os valores relevados nesta rubrica, respeitam, apenas, a programas de computador e são objeto de amortização de acordo com a vida útil esperada.

### 2.1.3. DIREITOS DE CONCESSÃO

A SDPS detém alguns ativos, nomeadamente os relacionados com os projetos do Passeio Dunar e da Zona Lúdica do Penedo do Sono, os quais se encontram implantados em terrenos de domínio público marítimo. Contudo, sendo o capital desta Sociedade detido em cerca de 99% pela RAM, os referidos contratos de concessão nunca chegaram a ser formalizados, desconhecendo-se o período e condições dos mesmos. Deste modo, a SDPS optou por manter em ativos fixos tangíveis estas obras, não aplicando a NCP 4 - Acordos de Concessão de

*W*  
*A*  
*R*  
*R*

Serviços, por considerar não dispor da informação necessária e adequada que lhe permita efetuar o devido enquadramento desta situação.

#### **2.1.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Relativamente às participações financeiras em entidades onde a SDPS considera não exercer controlo nem influência significativa, encontram-se mensurados ao custo de aquisição menos perdas por imparidade.

#### **2.1.5. INVENTÁRIOS**

As mercadorias encontram-se mensuradas ao mais baixo entre o valor de custo e o valor realizável líquido.

O custo inclui todas os gastos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local em condições de serem negociados.

O valor realizável líquido é constituído pelo valor de venda expectável dos inventários, deduzido de todos os custos para a realização dessa mesma venda.

Como critério de movimentação é adotado o custo médio ponderado.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

A rubrica de produtos acabados e intermédios, refere-se ao projeto "Porto Santo Golfe Resort 1<sup>a</sup> fase", já concluído, e está valorizada (i) os terrenos, ao custo de aquisição; e (ii) à construção, aos custos de aquisição direta ou indiretamente relacionados com o loteamento e com a rede viária da mesma.

#### **2.1.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os ativos financeiros, os passivos financeiros ou os instrumentos de capital são reconhecidos apenas quando a entidade se constitui como uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou quando transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são desconhecidos quando os mesmos se extinguem, ou seja, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

#### 2.1.7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, encontram-se mensurados, em cada data de relato, ao custo / Valor nominal menos qualquer perda por imparidade.

#### 2.1.8. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS CORRENTES

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência que a quantia escriturada excede a quantia recuperável.

Em cada data de relato é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

#### 2.1.9. CAIXA E DEPÓSITOS

A rubrica de caixa e depósitos mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), assim como aplicações de tesouraria convertíveis imediatamente em liquidez, sem afetar o valor do respetivo capital.

#### 2.1.10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A SDPS encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 13% e 20%.

*M*  
*S*  
*T*  
*R*

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

*H*  
*R*

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

*R*

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência (5 anos para os incorridos entre 2012 e 2014, 4 anos para 2010 a 2011 e 6 anos até 2009). A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável.

A Empresa não tem qualquer responsabilidade a pagar de IRC, exceto no que respeita à tributação autónoma, dado os prejuízos fiscais de que ainda dispõe.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a Sociedade considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e consequentemente também não foram reconhecidos impostos diferidos passivos.

A Sociedade registou Passivos por Impostos Diferidos relacionados com os Subsídios ao investimento registados em Fundos Patrimoniais.

#### **2.1.11. OPERAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE RELATO (EURO)**

O Euro é a moeda funcional e de relato. Para as operações ocorridas em moeda diferente, que determinam a existência, no final dos períodos de relato, de posições em aberto no ativo e no passivo, procede-se à respetiva atualização da posição para o câmbio de 31 de março. As quantias relativas a perdas e ganhos gerados com diferenças de câmbio foram reconhecidos em separado nos resultados correntes.

Relativamente a 31 de dezembro de 2019 as demonstrações financeiras não incluem saldos em moeda diferente da do relato.

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

#### **2.1.12. RECONHECIMENTO DO RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO**

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquidos de descontos.

O rédito associado às vendas e prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são apresentadas líquidas de devoluções e de descontos comerciais.

*WJ*  
*A*

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e de acordo com a taxa de juro aplicável.

#### **2.1.13. GASTOS DE FINANCIAMENTO**

*F*

Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

*RJ*

A partir de 1 de janeiro de 2010, os encargos financeiros de financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a SDPS entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos, quando aplicável, começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por financiamentos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Durante o exercício de 2019 não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável; e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, face ao total de financiamentos, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

#### **2.1.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO**

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis são incluídos nos fundos patrimoniais. O seu reconhecimento é efetuado em resultados, de acordo com a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

#### **2.1.15. GASTOS COM O PESSOAL**

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período.

Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a Segurança Social, bem como, benefícios não monetários tal como seguro de saúde.

Caso o valor do gasto seja superior ao valor das quantias já pagas a diferença é registada como um passivo, tais como os valores associados a direitos a férias e subsídio de férias e outros equiparáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2010, os gastos com pessoal relacionados diretamente com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a SDPS entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso.

Durante o exercício de 2019 não foram capitalizados quaisquer gastos com pessoal, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável; e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

#### 2.1.16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras (nota 17).

#### 2.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Na preparação das demonstrações financeiras foram devidamente tomadas em consideração as quatro principais características qualitativas enunciadas na estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas: (i) relevância; (ii) fiabilidade; (iii) compreensibilidade; (iv) oportunidade; (v) comparabilidade e (vi) verificabilidade.

### **2.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, património líquido, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2.1, atras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela SDPS, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. As análises apresentadas seguidamente têm, apenas, como objetivo assistir o leitor das demonstrações financeiras no entendimento das mesmas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### Vida útil dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas

Os responsáveis da gestão revêm no final de cada período de relato o período estimado de vida útil dos ativos fixos tangíveis, assim como os respetivos períodos de vida útil definidos. No entendimento dos responsáveis da gestão as vidas úteis utilizadas são adequadas e refletem as expectativas quanto ao período de utilização dos referidos bens. Contudo, em virtude de diversos fatores, o período de vida útil dos referidos ativos pode vir a ser distinto daquele assumido na data de relato.

#### Imparidade dos ativos não correntes

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data de relato, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Sociedade.

### Imparidade dos ativos correntes

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### Provisões

As provisões são reconhecidas quando a sociedade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a entidade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

## 2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Na elaboração das demonstrações financeiras não existem pressupostos relevantes relativos a acontecimentos futuros que tenham um impacto material nos seus elementos.

## 2.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incerteza encontram-se descritas na nota 2.3., acima.

## 3. FLUXOS DE CAIXA

### 3.1. QUANTIAS NÃO DISPONÍVEIS PARA USO

*MW*  
Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. Contudo, é de salientar o facto de determinados recursos financeiros apenas poderem ser utilizados para a realização de investimentos, situação que justifica o valor de depósitos a prazo.

### *Q* **3.2. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

*F*  
*AN*  
O detalhe da rubrica de caixa e depósitos à ordem, à data do relato, apresentava a seguinte composição:

Rubrica	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Caixa	2 576,70	3 502,23
Depósitos à ordem	2 447 517,83	447 398,84
Depósitos a prazo	1 239 342,77	1 239 342,77
<b>Total</b>	<b>3 689 437,30</b>	<b>1 690 243,84</b>

## **4. ATIVOS INTANGÍVEIS**

### **4.1. ATIVOS INTANGÍVEIS VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS**

As variações registadas nos ativos intangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis								
Projectos de desenvolvimento (i)	7.326,02	3.052,35		4.273,67	7.326,02	5.494,40		1.831,62
Software				0,00				0,00
Propriedade industrial				0,00				0,00
Outras ativos intangíveis				0,00				0,00
<b>Total</b>	<b>7.326,02</b>	<b>3.052,35</b>	<b>0,00</b>	<b>4.273,67</b>	<b>7.326,02</b>	<b>5.494,40</b>	<b>0,00</b>	<b>1.831,62</b>

### **4.2. ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO**

As amortizações e perdas por imparidade registadas, nos ativos intangíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Ativos intangíveis										
Projectos de desenvolvimento (i)	4.273,67						-2.442,05			1.831,62
Software										0,00
Propriedade industrial										0,00
Outras ativos intangíveis										0,00
<b>Total</b>	<b>4.273,67</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.442,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.831,62</b>

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

As variações registadas nos ativos fixos tangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	15 003 057,23			15 003 057,23	14 579 294,03			14 579 294,03
Edifícios e outras construções	40 197 441,24	16 754 663,23		23 442 778,01	36 629 301,70	16 563 664,96		20 065 636,74
Equipamento básico	1 039 267,35	896 588,32		142 679,03	1 061 250,23	932 200,37		129 049,86
Equipamento de transporte	172 456,92	172 456,92		0,00	172 456,92	172 456,92		0,00
Equipamento administrativo	530 013,55	530 013,55		0,00	530 094,05	530 094,05		0,00
Outros	1 128 539,94	859 041,73		269 498,21	1 128 539,94	879 362,19		249 177,75
Ativos fixos tangíveis em curso	3 534 127,13			1 050 549,70	3 534 127,13			1 050 549,70
Total	61 604 903,36	19 212 763,75		1 050 549,70	41 341 589,91	57 635 924,00		37 506 735,81

### 5.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

As amortizações e perdas por imparidade registadas, nos ativos fixos tangíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiárias (9)	Diminuições (10)	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	15 003 057,23						-1 154 061,74		-423 763,20	14 579 294,03
Edifícios e outras construções	23 442 778,01	142 679,03	15 487,98				-29 117,05		-2 223 079,53	20 065 636,74
Equipamento básico	0,00						-940,50			129 049,86
Equipamento de transporte	0,00		9 40,50				-26 820,46			0,00
Equipamento administrativo			6 500,00							0,00
Outros	269 498,21									249 177,75
Ativos fixos tangíveis em curso	2 483 577,43									2 483 577,43
Total	41 341 589,91	22 923,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 210 934,75	0,00	-2 646 842,73	37 506 735,81

## 6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras em entidades onde a Sociedade exerce controlo nem influência significativa encontram-se mensurados ao custo de aquisição menos perdas por imparidade.

As participações financeiras detidas pela SDPS compreendem:

Rubrica	Saldo 31.12.2019		Perdas por imparidade
	%	Valor	
Porto Santo Verde, Geoturismo e Gestão Ambiental, E.E.M.	49%	245.000,00	-245.000,00
<b>Total</b>		<b>245.000,00</b>	<b>-245.000,00</b>

*MN*  
Adicionalmente, a sociedade constituiu em 2017 uma provisão para outros riscos e encargos, no montante de 308.000 euros, para fazer face à eventual quinhora, no passivo da participada Porto Santo Verde, E.M.

## *AN* **7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

### *X* **7.1. FINANCIAMENTOS CONTRATUALIZADOS**

*NW*  
Em 31 de dezembro de 2019 os contratos de financiamento ativos apresentam o seguinte detalhe:

Entidade	Data do Contrato	Data de Visto do TC	Prazo do Contrato	Capital			Taxas de Juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Saldo 31.12.2019	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Deutsche Bank (a)	22-dez-05	29-dez-30	27 500 000,00	27 500 000,00	20 166 666,68	0,13%			3 666 666,68	3 666 666,68	1 833 333,34	1 833 333,34	-	-	21 999 999,58	20 166 666,68	
Depfa Bank (b)	23-out-06	30-abr-31	16 000 000,00	16 000 000,00	12 800 000,00	0,10%			1 066 666,68	1 066 666,68	1 066 666,68	1 066 666,68	-	-	13 966 666,68	12 800 000,00	
Millennium BCP (c)	20-nov-15	15-dez-19	1 068 882,47	1 068 882,47	0,00	3,30%			612 496,35	612 496,35	0,00	0,00	-	-	204 165,52	0,00	
RAM (d)	2016 a 2019	13-jan-35	11 564 577,94	11 564 577,94	20 580 957,79	0,00	0,00%		0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	16 631 977,33	20 580 957,79	
<b>Total</b>			<b>56 153 460,43</b>	<b>56 153 460,43</b>	<b>53 547 603,43</b>				<b>5 345 828,69</b>	<b>0,00</b>	<b>5 345 828,69</b>	<b>2 900 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 900 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52 702 129,51</b>	<b>53 547 603,43</b>

**a)** Em 22 de dezembro de 2005, foi celebrado um contrato de financiamento, até ao montante de 100 milhões de euros, entre o Deutsche Bank AG e as várias Sociedades de Desenvolvimento: Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora.

A parte que coube à SDPS, neste financiamento, que se vence em 29 de dezembro de 2030, foi de 27,5 milhões de euros, vence juros semestrais e tem um período de carência de 10 anos, tendo-se iniciado a sua amortização em 2016.

Este financiamento tem o aval do Governo Regional da Madeira.

**b)** Em 23 de outubro de 2006, foi celebrado um contrato de financiamento, até ao montante de 100 milhões de euros, entre o DEPFA Deutsche Pfandbriefbank AG e as várias Sociedades de Desenvolvimento: Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora.

A parte que coube à SDPS, neste financiamento, foi de 16 milhões de euros, o qual vence juros semestrais e tem um período de carência de 10 anos, iniciando-se a sua amortização em 30 de abril de 2017.

Este financiamento tem o aval do Governo Regional da Madeira.

c) Em 20 de novembro de 2015, foi celebrado um acordo de regularização de dívida no montante de 1.088.882,47 euros referente às prestações e juros e demais encargos vencidos e não pagos relativos ao contrato de abertura de crédito sob forma de conta corrente caucionada n.º 45200571094 no montante de 8 milhões de euros. Este acordo foi celebrado pelo prazo de 4 anos (iniciando-se a sua amortização em 15 de dezembro de 2015 e terminou em 15 de dezembro de 2019). Este financiamento teve o aval do Governo Regional da Madeira.

d) Contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira entre 2016 e 2019, os quais não vencem juros. Estes empréstimos foram concedidos para fazer face às necessidades de tesouraria, nomeadamente para regularizar encargos com amortizações de capital de operações financeiras contratadas pela sociedade e o remanescente para pagamento de juros e demais despesas.

O prazo de início de reembolso destes empréstimos foi prorrogado para 2021 e 2022.

## 7.2. AMORTIZAÇÃO FINANCIAMENTOS

Os financiamentos contratualizados a 31 de dezembro de 2019 apresentam a seguinte exigibilidade:

Entidade	Capital Contratualizado	Saldo em 01.01.2019	Saldo em 31.12.2019	Amortizações previstas		
				Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Deutsche Bank	27.500.000,00 €	21 999 999,98	20 166 666,64	1 833 333,34	18 333 333,30	20 166 666,64
Depfa Bank	16.000.000,00 €	13 866 666,68	12 800 000,02	1 066 666,66	11 733 333,36	12 800 000,02
Millennium BCP	1.088.882,47 €	204 165,52	0,00	0,00	0,00	0,00
RAM	11.564.577,94 €	16 631 497,33	20 580 935,79	0,00	20 580 935,79	20 580 935,79
<b>Total</b>	<b>64.703.460,41 €</b>	<b>52 702 329,51</b>	<b>53 547 602,45</b>	<b>2 900 000,00</b>	<b>50 647 602,45</b>	<b>53 547 602,45</b>

## 8. INVENTÁRIOS

### 8.1. INVENTÁRIOS

O inventário decompõe-se do seguinte modo:

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	99.678,02		99.678,02
Matérias-primas, subsidiárias e de Produtos acabados e intermédios	-		0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos	5.532.947,87		5.532.947,87
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00
<b>Total</b>	<b>5.632.625,89</b>	<b>0,00</b>	<b>5.632.625,89</b>

## 8.2. INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Entidade (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (10)=(2)-(3)-(4)- /(5)(6)+(7)- (8)+(9)
		Compras líquidas (3)	Consumos / gastos (4)	Variações nos inventários da produção (5)	Perdas por imparidade (6)	Reversões de perdas por imparidade (7)	Outras reduções de inventários (8)	Outros aumentos de inventários (9)	
Mercadorias	39.306,34	89.226,99	28.855,31						99.678,02
Matérias-primas, subsidiárias e de Produtos acabados e intermédios	0,00								0
Subprodutos, desperdícios, resíduos	5.532.947,87								5.532.947,87
Produtos e trabalhos em curso	0,00								0
<b>Total</b>	<b>5.572.254,21</b>	<b>89.226,99</b>	<b>28.855,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.632.625,89</b>

Os produtos e acabados e intermédios respeitam a um conjunto de terrenos com cerca de 90.050m<sup>2</sup> junto do campo de golfe, que se destinam a ser vendidos, tendo ficado concluído em 2014 o processo de loteamento e da construção da rede viária. Depois de vendidos estes lotes de terreno destinam-se à construção de moradias.

Até 31 de dezembro de 2019, não foram realizadas quaisquer escrituras de venda sendo que o valor se manteve.

## 8.3. MERCADORIAS – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Rubrica	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Inventário Inicial	39.306,34	68.068,63
Compras	89.226,99	1.289,93
Regularizações de Existencias		
Subprodutos, desperdícios, resíduos		
Inventário Final	99.678,02	39.306,34
<b>Total</b>	<b>28.855,31</b>	<b>30.052,22</b>

## 9. PROVISÕES

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício foi o seguinte:

Provisões (1)	Saldo Inicial (2)	Reforço (3)	Reversão (4)	Saldo Final (5)=(2)+(3)+(4)
Processos judiciais em Participações financeiras	38.935,00			38.935,00
	308.000,00			308.000,00
<b>Total</b>	<b>346.935,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>346.935,00</b>

- a) Provisão estimada subjacente ao processo da Listorres
- b) Provisão calculada para fazer face á eventual quinhora subjacente ao passivo da participada Porto Santo Verde, E.M., conforme referido na nota 6.

De referir que foi intentada uma ação (solidariamente) pela Farrobo- Sociedade de Construções, S.A, contra a SDPS e outros (RAM e Secretaria), no pagamento de cerca de 1 milhão de euros pela alegada realização de diversos trabalhos na sequência das chuvas de fevereiro de 2005. Esta ação foi contestada pela sociedade dado que esta nunca adjudicou qualquer trabalho a essa entidade.

É convicção do Conselho de Administração que desta situação não advirão responsabilidades para a SDPS e como tal as provisões constituídas são suficientes para acautelar eventuais responsabilidades futuras.

## 10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

### 10.1. CLIENTES

Clientes c/c	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Clientes nacionais	91.159,86	1.095.553,69
Clientes Paíse Comunitários	0,00	0,00
Clientes Cobrança Duvidosa	799.290,56	1.236.282,68
<b>Subtotal</b>	<b>890.450,42</b>	<b>2.331.836,37</b>
Perdas por imparidade	-799.290,56	-1.236.282,68
<b>Total</b>	<b>91.159,86</b>	<b>1.095.553,69</b>

Em 31 de dezembro de 2019 as perdas por imparidade acumuladas ascendem ao montante de 799.290,56 euros, havendo uma reversão de 436.992,12€ entre o ano de 2018 e 2019.

Esta reversão refere-se à resolução do acordo / transação com o Município de Porto Santo no decurso de 2019, no qual a SDPS foi resarcida de 665 milhares de euros e procedeu à emissão de notas de crédito no montante global de 1.715.751,35€.

### 10.2. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Outras contas a receber	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	236 547,23	236 547,23
Ponta do Oeste, S.A.	7 186 659,09	7 186 659,09
Sociedade de Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	2 746 743,31	2 546 793,68
Outros	29 645,26	29 645,26
<b>Total</b>	<b>10 199 594,89</b>	<b>9 999 645,26</b>

Os saldos devedores existentes com a Sociedade Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., da Sociedade Desenvolvimento da Ponta Oeste, S.A. e a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., acima referenciadas tiveram como finalidade o pagamento dos

investimentos efetuados por essas sociedades em anos anteriores, sendo previsível a sua recuperação.

### 10.3. FORNECEDORES

Fornecedores c/c	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Fornecedores nacionais	0,00	13 374,11
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>13 374,11</b>

### 10.4. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Fornecedores de Investimentos		85,40
Credores por Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	118 198,00	99 637,83
IMT	15 083,65	15 083,65
IMI	76 000,00	75 000,00
Água & Eletricidade	15 000,00	14 380,00
Outros	700,00	620,00
Outros Credores		
Caução Fornecedor	9 650,02	9 650,02
Concessões	25 987,40	25 987,40
Caução Clientes	69 551,62	51 291,62
Outros juros a liquidar	0,00	3 406,16
Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste, SA	18 020,07	18 020,07
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA	386 823,63	386 823,63
Responsáveis por fundo de maneio	0,00	15 589,12
Império Bonança	99 249,50	99 249,50
Outros	15 585,18	48,43
Clientes c/ saldo Credor		
<b>Total</b>	<b>849 849,07</b>	<b>814 872,83</b>

Os saldos credores existentes com a Sociedade Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. acima referenciadas teve como finalidade a dotação da SDPS dos meios financeiros adequados à prossecução da sua atividade corrente, decorrentes aos constrangimentos financeiros provocados pelo Orçamento de períodos anteriores e da exiguidade das receitas próprias para fazer face aos seus gastos anuais.

### 10.5. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

Os adiantamentos registados referem-se essencialmente à venda de lotes, conforme:

Adiantamentos por conta de vendas	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Lotes PSGR - Lote 68	60.375,00	60.375,00
Lotes PSGR - Lote 67	0,00	67.500,00
<b>Total</b>	<b>60.375,00</b>	<b>127.875,00</b>

## 10.6. DESRECONHECIMENTO

No período de relato a SDPS não transferiu quaisquer ativos financeiros para outras entidades pelo que não realizou qualquer desreconhecimento.

## 11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

### 11.1. QUANTIAS ESCRITURADAS

A rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	Saldo 31.12.2019		Saldo 31.12.2018	
	Ativo Corrente	Passivo Corrente	Ativo Corrente	Passivo Corrente
IRC - Pagamento especial por conta	6.360,00		10.152,00	
IRC a Recuperar	189.973,59			
IRC - Retenções	18.517,34		18.109,54	
IRC Estimado	-3.650,45		-2.113,49	
IVA - A Pagar		17.416,54		33.262,49
IRS- Trabalho dependente				104,17
Segurança Social / ADSE / CGA				0,00
<b>Total</b>	<b>211.200,48</b>	<b>17.416,54</b>	<b>26.148,05</b>	<b>33.366,66</b>

### 11.2. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A responsabilidade referente ao Imposto sobre o rendimento reconhecida nas demonstrações financeiras relativamente a 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2019, no valor de 2.113,49 euros e 3.650,45 euros, respetivamente, respeita exclusivamente ao imposto corrente apurado relativo a tributações autónomas.

A Administração considera não existir capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, dos prejuízos fiscais apurados, como tal não foi registado qualquer imposto diferido ativo.

Os prejuízos acumulados passíveis de dedução apresentam o seguinte detalhe:

Exercício	Prejuízo Apurado	Data limite de reporte dos prejuízos
2014	3 746 974,81	2026
2015	2 998 672,91	2027
2016	2 640 415,88	2028
2017	2 538 463,48	2022
2018	1 338 601,75	2023
2019	3 167 092,57	2024
<b>Total</b>	<b>16 430 221,40</b>	

## **12. PATRIMÓNIO LÍQUIDO**

### **12.1. PATRIMÓNIO/CAPITAL**

A SDPS é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 79.518.535 euros, é composto por 15.903.707 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

A rubrica de Património/Capital, à data de relato, decompõe-se da seguinte forma:

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	98,74%	78 514 145,00	78 514 145,00
Município do Porto Santo	1,26%	1 004 390,00	1 004 390,00
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>79 518 535,00</b>	<b>79 518 535,00</b>

### **12.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO**

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

Rubrica	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Variações	Saldo Final
Patrimonio / Capital	79 518 535,00			79 518 535,00
Prémios de emissão	1,62			1,62
Resultados Transitados	-72 509 555,62	-1 344 261,38		-73 853 817,00
Outras variações no patrimonio Líquido	27 142,74		-14 362,00	12 780,74
Resultado Líquido	-1 344 261,38	1 344 261,38	-3 167 092,57	-3 167 092,57
Interesses que não controlam	0,00			0,00
<b>Total patrimonio Líquido</b>	<b>5 691 862,36</b>	<b>0,00</b>	<b>-3 181 454,57</b>	<b>2 510 407,79</b>

A rubrica de outras variações no Património Líquido refere-se aos subsídios ao investimento e registou o seguinte movimento:

Rubrica	2019	2018
Saldo inicial	27 142,74	41 504,74
Imputação subsidio ao investimento	-14 362,00	-14 362,00
<b>Saldo Final</b>	<b>12 780,74</b>	<b>27 142,74</b>

## **13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

### **13.1. GASTOS COM PESSOAL**

Os gastos com pessoal registado no corrente exercício, ascende a 873.148 euros, conforme:

Gasto com Pessoal	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Remunerações dos órgãos sociais	45.060,65	47.307,36
Remunerações do pessoal	662.314,83	610.376,39
Indemnizações	0,00	3.978,48
Encargos sobre remunerações	157.098,17	141.720,00
Seguro de acidentes de trabalho	8.190,15	4.327,21
Outros gastos com o pessoal	484,49	1.302,76
<b>Total</b>	<b>873.148,29</b>	<b>809.012,20</b>

O número de colaboradores da SDPS a 31 de dezembro de 2019 foi de 54, dos quais 5 são membros do Conselho de Administração, que desempenham funções em regime de acumulação nas 4 Sociedades – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste, S.A..

### **13.2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO**

Apresentam-se de seguida, os montantes totais das remunerações auferidas pelo conjunto dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, bem como os custos desta, associados a estas funções, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

#### **✓ ASSEMBLEIA GERAL**

O Presidente e o Secretário não auferem qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

#### **✓ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O vencimento dos membros do Conselho de Administração é repartido equitativamente pelas 4 Sociedades de Desenvolvimento, sendo que no ano de 2019 a SDPS suportou gastos com remunerações dos órgãos sociais no montante de 45.060,65 euros.

### **13.3. OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS**

Os benefícios de curto prazo estimados pela SDPS compreendem as férias e subsídio de férias cujo valor estimado ascende a 118.198,00 euros, conforme mencionado anteriormente na nota 10.4.

### **13.4. OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS**

Não existem outros benefícios a longo prazo de empregados.

A empresa não tem qualquer responsabilidade com o pagamento de complementos de reforma.

## **14. OUTRAS INFORMAÇÕES**

### **14.1. VENDAS**

Na rubrica de vendas encontram-se registadas vendas somente de mercadorias, as quais dizem respeito essencialmente a artigos de golfe.

<b>Vendas</b>	<b>Saldo 31.12.2019</b>	<b>Saldo 31.12.2018</b>
<b>Mercadorias</b>	<b>37.709,84</b>	<b>46.566,40</b>
<b>Total</b>	<b>37.709,84</b>	<b>46.566,40</b>

### **14.2. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

Os rendimentos obtidos no período em análise são essencialmente de concessões, à semelhança do exercício anterior:

<b>Vendas</b>	<b>Saldo 31.12.2019</b>	<b>Saldo 31.12.2018</b>
Concessões	1 042 558,22	1 096 420,19
Arrendamento	0,00	0,00
Outros serviços	11 270,86	9 283,27
<b>Total</b>	<b>1 053 829,08</b>	<b>1 105 703,46</b>

### 14.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no período em análise, apresentam o seguinte detalhe:

Fornecimento e Serviços Externos	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Serviços Especializados	30.531,88	19.990,64
Publicidade e propaganda	14.735,61	4.198,94
Conservação e reparação	35.986,70	38.873,28
Materiais	32.670,24	38.657,34
Electricidade	79.914,33	88.304,64
Combustíveis	9.783,01	10.355,24
Água	78.841,27	61.235,39
Deslocações, Estadas e Transportes	8.769,37	5.908,63
Comunicação	8.039,07	7.651,15
Seguros	10.192,16	6.659,40
Limpeza, higiene e conforto	17.389,95	8.400,82
Outros serviços	78.099,03	63.238,93
<b>Total</b>	<b>404.952,62</b>	<b>353.474,40</b>

### 14.4. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As depreciações e amortizações registadas no período são essencialmente referentes a ativos fixos tangíveis, conforme:

Gastos de depreciações e de amortizações	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1 210 934,75	1 202 456,84
Ativos intangíveis (Nota 4)	2 442,05	2 441,88
<b>Total</b>	<b>1 213 376,80</b>	<b>1 204 898,72</b>

### 14.5. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Ganhos em inventários	410,00	1.289,93
Correções relativas a períodos anteriores		2.216,76
Imputação de subsídios para investimentos	14.362,00	14.361,99
Comparticipação financeira	0,00	5.026,38
Outros rendimentos e ganhos	8.920,13	4.533,64
<b>Total</b>	<b>23.692,13</b>	<b>27.428,70</b>

#### 14.6. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Impostos diretos	76 196,61	75 000,00
Impostos indiretos	14 053,13	8 974,58
Taxas	6 481,99	8 361,15
Correções relativas a períodos anteriores	5 746,27	2 417,07
Quotizações	2 513,70	2 513,70
Gastos em investimentos não financeiros ( a)	1 146 842,73	0,00
Serviços bancários	213,69	2 029,70
Outros gastos e perdas (b)	943 284,15	10,55
<b>Total</b>	<b>2 195 332,27</b>	<b>99 306,75</b>

a) Menos valia realizada na alienação do Edifício dos Serviços Públicos ao Município do Porto Santo.

b) Refere-se as notas de crédito emitidas pela SDPS sobre faturação de exercícios anteriores no âmbito do acordo com o Município do Porto Santo.

#### 14.7. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de juros e gastos similares suportados, em 31 de dezembro de 2019, resume-se conforme segue:

Juros e gastos similares suportados	Saldo 31.12.2019	Saldo 31.12.2018
Juros de financiamentos obtidos	0,00	25.297,84
Outros juros e gastos financeiros	0,00	6,34
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>25.304,18</b>

### 15. PARTES RELACIONADAS

#### 15.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS

As entidades relacionadas com a SDPS são:

- Região Autónoma da Madeira..
- Município do Porto Santo
- Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
- Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
- Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

## 15.2. SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

Entidades	Clientes c/c	Clientes Cobrança Duvidosa	Empréstimos	Outras Operações
Região Autónoma da Madeira			-20 580 935,79	
Município do Porto Santo				7 168 639,02
Porto Santo Verde, E.M.		101 231,54		-150 276,40
Ponta do Oeste, S.A				2 746 743,31
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.				
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>101 231,54</b>	<b>-20 580 935,79</b>	<b>9 765 105,93</b>

## 15.3. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No período em análise as transações com as partes relacionadas resume-se ao aumento do financiamento concedido pela RAM, conforme segue:

Entidades	Clientes c/c	Clientes Cobrança Duvidosa	Empréstimos	Outras Operações
Região Autónoma da Madeira			-3 949 438,46	
Município do Porto Santo				
Porto Santo Verde, E.M.				
Ponta do Oeste, S.A				
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.				
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-3 949 438,46</b>	<b>0,00</b>

## 16. COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS

### E LETRAS DESCONTADAS

À data de 31 de dezembro de 2019 não existem quaisquer contingências ou compromissos não registados no Balanço.

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de mencionarmos os seguintes acontecimentos:

Foi dado a conhecer à SDPS, S.A. a Sentença da Arbitragem AD HOC, que homologou o acordo da transação em arbitragem voluntária celebrada entre a então Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários, Lda, a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA e a Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, através da Direção Regional do Património;

No que se refere a participada Porto Santo Verde, apesar de ter sido constituída em 2017 uma provisão para outros riscos e encargos, conforme referido na nota 9., a posição atual da SDPS,

*[Handwritten signature]*  
recentemente transmitida ao Tribunal de Contas na sequência de pedido de esclarecimentos deste Tribunal, é a seguinte:

*[Handwritten signatures]*  
A SDPS, SA não pode ser chamada a liquidar passivos, quando todo o ativo da empresa municipal em liquidação foi absorvido pelo sócio maioritário, conforme deliberado na Assembleia Geral da Porto Santo Verde realizada em 2013, e que contou com a presença dos sócios e onde foi decidida a “(...) internalização das actividades no Município do Porto Santo, por transmissão global dos activos e passivos, conforme dispõe art.º 148 do Código das sociedades Comerciais (...)”. Nesta conformidade, nos termos do n.º 1 do artigo 163.º do Código das Sociedades, os antigos sócios respondem pelo passivo social não satisfeito ou acautelado, até ao montante que receberam na partilha. Com a internalização dos serviços e a assunção do passivo e do ativo pelo Município do Porto Santo, a SDPS, S.A. não pode ser chamada a assunção de qualquer passivo porque nada recebeu na partilha. O Município do Porto Santo, desde a data daquela deliberação em 2013, fez seus todos os bens da Porto Santo Verde, Geo Turismo e Gestão Ambiental, EEM, que passou a utilizá-los em pleno. Por último, acresce dizer que a empresa Porto Santo Verde, Geo Turismo e Gestão Ambiental, encontra-se em liquidação desde 26 de fevereiro de 2013 e, desde 2016, que se encontra pendente o processo de liquidação n.º 1/2016 na Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial do Porto Santo.

A economia nacional e internacional está a ser afetada pelos efeitos provocados pelo covid-19. Nesta fase, não é possível prever os impactos que a alteração da atividade económica virá a ter nos indicadores da empresa em 2020, nomeadamente na receita do Campo de Golf do Porto Santo.

## 18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### 18.1 HONORÁRIOS FATURADOS PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam a 6.000 euros.

### 18.2 DÍVIDAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

A SDPS não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Autoridade Tributária.

### 18.3 DÍVIDAS SEGURANÇA SOCIAL

A SDPS não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Segurança Social

#### **18.4 OUTROS**

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), durante o exercício de 2019 a sociedade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o nº de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2019.

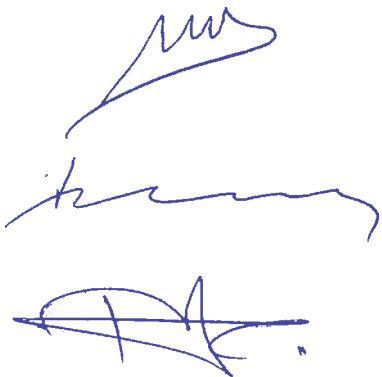
Foi realizada a operação de venda do Edifício dos Serviços Públicos ao acionista Município de Porto Santo, por 1.500 milhares de euros, a qual teve por base uma avaliação efetuada por um perito independente. Com exceção desta situação, não foram concedidas outras autorizações nos termos do artigo 397º do CSC.

#### **19. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do exercício no montante de 3.167.092,57 euros sejam objeto de transferência para resultados transitados.

Funchal, 25 de março de 2020

**A Administração**



**O Contabilista Certificado**



*an m  
f*

*anm*

### III. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., em cumprimento do disposto na NCP-26, e no que se refere às Demonstrações Orçamentais, apresenta os seguintes elementos referentes ao exercício de 2019:

## 1. Demonstração do desempenho orçamental




**Ministério do Meio Ambiente**  
 do Estado de São Paulo  
 www.mma.sp.gov.br

## **DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL**

RUB	RESERVAIS	FONTE DE FINANCIAMENTO (R\$)					RUB	PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (R\$)					RUB
		SP	RG	VE	EMAR	F. ALIMENTOS			AP	AS	VE	EMAR	F. ALIMENTOS	
Saldo inicial (R\$)	4.166.000,00	3.166.000,00				8.700.000,00	7.470.000,00	Saldo final (R\$)	1.166.000,00	8.166.000,00			8.700.000,00	7.470.000,00
Despesas de investimento						29.170,00	29.170,00						29.170,00	29.170,00
Despesas de consumo														
Salário fixo e equivalente legado														
Operações de capital (R\$)														
Operações de investimento (R\$)														
Reserva legal (R\$)														
Despesas operacionais														
Despesas correntes														
Saldo de capital														
Saldo provisório														
Reserva legal (R\$)														
Despesas totais (R\$)														

Fonte: Sindicato de Desenvolvimento de Poco Santo Antônio

Página 2 de 2



## 2. Demonstração de execução orçamental da receita


**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**  
 Rua Dr. António Gomes, 1  
 Funchal - Av. Marco Ed. Gov.  
 Regional, 3º andar  
 9604-522 Funchal  
 Tel. 291 215 740  
 Fax. 291 215 759  
 NIF. 511 121 878  
 CPCPS. 511 121 879  
 Capital Social 11 544.780€  
 email. financeira@sociedadesdesenvolvimento.com

### DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

Antes aguardamentos

#### CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA:

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNL	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANTICIPADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LIQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS					
							EMITIDOS	PAGOS	(9)	(10)	(11) *		(13)	(14)	(15)	(16)		
<b>RECEITA CORRENTE</b>							(7)	(8)	(9)	(10)	(11) *	(12) *	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	
052144 311 0791910000 122	93 728,00	64 513,74		184,00	51 282,53	5 225,18	45 954,82	0,00	0,00	45 654,82	45 694,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052144 311 0792118000 122	260 000,00	-1 377 930,00		1 383 059,21	1 278 321,82	1 624 257,34	906 068,88	0,00	0,00	1 316 321,84	-388 258,08	516 068,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052244 310 0732180000 122	710 000,00	34 186,81		138 401,77	626 699,37	121 252,11	641 847,77	0,00	0,00	132 973,87	508 987,32	641 887,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052144 310 0792390000 122	10 046,07	-153 897,91		210 426,01	19 034,72	88 018,22	14 998,89	0,00	0,00	82 341,19	-67 341,34	14 998,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052344 352 003351180000 122	580,00	464,04		0,00	5,14	0,00	5,14	0,00	0,00	0,00	5,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052344 354 003351180000 122	10 000,00	-9 999,00		0,00	15 999,00	0,00	15 999,00	0,00	0,00	15 999,00	15 999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 089 222,91	-1 438 620,07		2 333 271,89	2 003 354,43	1 816 782,64	1 626 636,96	0,00	0,00	1 521 651,90	104 981,98	1 226 636,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>																		
053144 311 1290590000 122	4 035 397,00	85 954,54		0,00	3 949 424,47	0,00	3 949 424,47	0,00	0,00	0,00	3 949 424,47	3 949 424,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052144 310 090391910000 122	1 500 000,00	0,00		0,00	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052144 321 1691919000 122	1 628 973,00	0,00		0,00	1 628 973,02	0,00	1 628 973,02	0,00	0,00	0,00	1 628 973,02	1 628 973,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7 163 311,00	15 954,72		0,00	7 079 412,73	0,00	7 079 412,73	0,00	0,00	0,00	7 079 412,73	7 079 412,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>8 246 531,00</b>	<b>-1 352 665,93</b>		<b>2 333 271,89</b>	<b>9 082 766,48</b>	<b>1 116 713,64</b>	<b>1 706 047,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 521 651,90</b>	<b>7 184 311,26</b>	<b>8 706 047,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	8 246 531,00	-1 352 665,93		2 333 271,89	9 082 766,48	1 116 713,64	1 706 047,24	0,10	0,00	1 521 651,90	7 184 311,26	8 706 047,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (11)=(9)+(10); (12)=(13)+(4)+(5)+(11)

DOCUMENTO PREPARADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMATICA SIAZ  
15.11.2010 - FSC - Rita Gonçalves

Página 1 de 1

### 3. Demonstração de execução orçamental da despesa

**ANEXO 1**  
Sociedad de Desarrollo  
De Puerto Santo S.A.  
Avda. Panamericana 1000  
C.P. 22100, Puerto Rico

## **DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA**

Armenia

Page 10

W S  
+  
Ost

Dr. M. F. M.

## **DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA**

20

**DR. BESI EGA**

---

Section 5

## **DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA**

514A

---

第六章

#### 4. Demonstração de execução do plano plurianual de investimento (PPPI)

**Fundal - Av. das Esmeraldas, 1000-1521 Lisboa**  
**E-mail: fundal@fundal.pt**

✓ Nat

## **Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos**

✓  
✓  
+  
✓

#### IV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

*M* +  
*R*  
*NB*

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, reclassificada para efeitos de contas nacionais, e é tutelada pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas. Prossegue fins de interesse público e a 31 de dezembro de 2019 a sua estrutura societária era detida em 98,74% pela Região Autónoma da Madeira e em 1,26% pelo Município do Porto Santo.

A preparação, apresentação e divulgação das contas da SDPS obedecem a diversos preceitos legais, impostos a entidades da sua natureza, nomeadamente o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Lei de Enquadramento Orçamental, as Instruções do Tribunal de Contas e o Código das Sociedades Comerciais.

O SNC-AP integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente dos anexos I a III ao Decreto Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei nº 20/2010 de 23 de agosto, pelo Decreto Lei nº 36 – A/2011, de 9 de março e pelas Leis nºs 66 – 8/2012, de 31 de dezembro, e 83 – C/2013, de 31 de dezembro, e que dele fazem parte integrante.

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela seguinte ordem:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC-AP;
- c) As normas Internacionais de Contabilidade adotadas na Unidade Europeia;
- d) As normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

A SDPS, SA encontra-se abrangida pelas normas e disposições do diploma que criou o SNC-AP, por ser considerada uma entidade pública reclassificada, pelo que as demonstrações orçamentais anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal para o setor público, em especial a NCP – 26.

*MD*

## 5. Anexo às demonstrações orçamentais:

### 5.1 Alterações orçamentais da receita

*X*


**Sociedade de Desenvolvimento  
do Porto Santo, S.A.**  
 Funchal - Av. Farco Ed. Goy.  
 Regional, 2º andar  
 9040-521 Funchal  
 Tel. 291 215 740  
 Fax. 291 215 758  
 NIF. 511 131 879  
 CRCPG. 511 131 879  
 Capital Social 11.944.780€  
 email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

*AN*

### MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31

ORÇAMENTO	COD. ORÇ. PRÁTICO	ANO
491042100	5052	2019

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
			CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
311 12	Passivos financeiros	4 035 393,00	0,00	0,00	0,00	4 035 393,00	
311 1205	Empréstimos a médio e longo prazo	4 035 393,00	0,00	0,00	0,00	4 035 393,00	
311 120505 00 00	Adm. PÚBLICAS - Adm. regional	4 035 393,00	0,00	0,00	0,00	4 035 393,00	
510 07	Vendas de bens e serviços comuns	1 079 726,00	0,00	0,00	0,00	1 079 726,00	
510 0701	Venda de bens:	98 726,00	0,00	0,00	0,00	98 726,00	
510 070108 00 00	Mercadorias	98 726,00	0,00	0,00	0,00	98 726,00	
510 0702	Serviços	983 884,00	0,00	0,00	0,00	983 884,00	
510 070201 00 00	Aluguer de espaços e equipamento.	269 000,00	0,00	0,00	0,00	269 000,00	
510 070208 00 00	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	710 000,00	0,00	0,00	0,00	710 000,00	
510 070299 00 00	Cultura	10 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	
510 08	Outras receitas comuns	10 586,00	0,00	0,00	0,00	10 586,00	
510 0801	Outras receitas comuns	10 586,00	0,00	0,00	0,00	10 586,00	
510 080101 00 00	Prémios, bonos por garantias de risco e diferenças de câmbio	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
510 080199 00 00	Outras	10 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	
510 09	Venda de bens de investimento	0,00	1 540 000,00	0,00	0,00	1 540 000,00	
510 0901	Terrenos	0,00	1 540 000,00	0,00	0,00	1 540 000,00	
510 090101 00 00	Sociedades e quotas soc. não financeiras	0,00	1 540 000,00	0,00	0,00	1 540 000,00	
520 15	Saldo da gerência anterior	0,00	1 029 972,00	0,00	0,00	1 029 972,00	
520 1501	Saldo orçamental:	0,00	1 029 972,00	0,00	0,00	1 029 972,00	

Funchal, em 20 de Março de 2020

(Assinaturas)



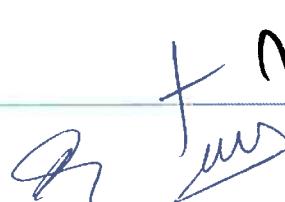
Funchal - Av. Carco Ed. Gov.  
Regional, 3º andar  
9004-527 Funchal

Tlf. 291 215 740  
Fax. 291 215 758

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.  
NIF. 511 131 879  
Capital Social 11.544.780€  
email: financeiro@sociedadedesenvolvimento.com

## MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31



CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIDAS	OBSERVAÇÕES
				CREDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
520 160101 00 00	Na posse do serviço.		0,00	1 629 972,00	0,00	0,00	1 629 972,00	
<b>TOTAL</b>			<b>5 116 618,00</b>	<b>3 129 972,00</b>			<b>8 246 591,00</b>	

Funchal, em 20 de Março de 2020

(Assinatura)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMÁTICA S.A.S  
2020-03-22 20:19:36 \* Rui Gouveia

Página 2 de 2

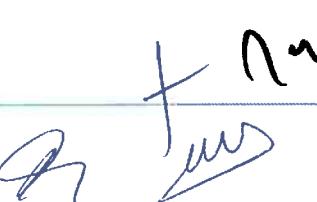
## 5.2 Alterações orçamentais da despesa

Funchal - Av. Carco Ed. Gov.  
Regional, 3º andar  
9004-527 Funchal  
Tlf. 291 215 740  
Fax. 291 215 758

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.  
NIF. 511 131 879  
CRCP5, 511 131 879  
Capital Social 11.544.780€  
email: financeiro@sociedadedesenvolvimento.com

## MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31



CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS						OBSERVAÇÕES	
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRÍCAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIDAS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES						
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	
311 01	Despesas com o pessoal	927 483,00	15 054,00	55 361,01	0,00		0,00	897 118,00		
311 0101	Remunerações certas e permanentes	733 178,00	3 790,00	30 422,01	0,00		0,00	697 955,00		
311 010102 00 00	Órgãos sociais	31 600,00	0,00	9 339,01	0,00		0,00	26 241,00		
311 010103 00 00	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	26 433,00	0,00	8 579,01	0,00		0,00	24 754,00		
311 010104 00 00	Pessoal dos quadros-Regime de contrato individual de trabalho	474 677,00	0,00	27 961,01	0,00		0,00	446 716,00		
311 010111 00 00	Representação	19 692,00	3 190,00	90 1,01	0,00		0,00	13 090,00		
311 010112 00 00	Suplementos e prémios	21 410,00	0,00	86 6,01	0,00		0,00	27 213,00		
311 010113 00 00	Subsídio de refeição	65 945,00	0,00	3 256,00	0,00		0,00	60 689,00		
311 010114	Subsídio de férias e de Natal	93 156,00	0,00	0,01	0,00		0,00	93 156,00		
311 010114 SF 00	Subsídio de férias	45 966,00	0,00	0,01	0,00		0,00	45 966,00		
311 010114 SN 00	Subsídio de Natal	45 060,00	0,00	0,00	0,00		0,00	45 060,00		
311 0102	Abonos variáveis ou eventuais	23 331,00	10 356,00	5 424,01	0,00		0,00	28 242,00		
311 010201 00 00	Gratificações variáveis ou eventuais	1 660,00	0,00	0,01	0,00		0,00	3 000,00		
311 010204 00 00	Ajudas de custo	1 000,00	0,00	0,01	0,00		0,00	3 000,00		
311 010205 00 00	Abono para faltas	1 945,00	0,00	195,01	0,00		0,00	1 750,00		
311 010206 00 00	Formação	2 500,00	0,00	0,01	0,00		0,00	2 000,00		
311 010211 00 00	Subsídio de luto	5 684,00	0,00	474,01	0,00		0,00	5 210,00		
311 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	7 200,00	10 356,00	4 755,01	0,00		0,00	12 811,00		
311 010214 AG 00	Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	0,00	0,01	0,00		0,00	1,00		
311 010214 BO 00	Outros abonos em numerário ou espécie	7 202,00	0,00	4 755,01	0,00		0,00	2 447,00		

Funchal, em 20 de Março de 2020

(Assinatura)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMÁTICA S.A.S  
2020-03-22 19:34 \* Rui Gouveia

Página 1 de 8

## MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31

CLAS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
491940100	5052	2019

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES	
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRÍCAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDAÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS			
			REFORÇOS	AVULSAÇÕES							
311 010214 00 00	Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	18 385,00	0,00	0,00		0,00	0,00	10 331,00		
311 0103	Segurança social	171 174,00	2 000,00	11 785,00	0,00		0,00	161 403,00			
311 010305	Contrições para a segurança social	164 174,00	2 000,00	10 416,00	0,00		0,00	155 760,00			
311 010305 A0 00	Caxa Geral de Aposentações	11 822,00	2 000,00	756,00	0,00		0,00	13 000,00			
311 010305 A0 20	Segurança Social	131 000,00	0,00	9 050,00	0,00		0,00	142 250,00			
311 010305 A0 C0	Segurança Social	647,00	0,00	0,00	0,00		0,00	647,00			
311 010309 00 00	Seguros	7 000,00	0,00	1 299,00	0,00		0,00	5 701,00			
311 C0	Juros e outros encargos	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 407,00			
311 C001	Juros da dívida pública	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 407,00			
311 C00103	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	2 400,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 407,00			
311 C00103 SL TT	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	2 400,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 407,00			
311 C6	Outras despesas correntes	132,00	0,00	0,00	0,00		0,00	132,00			
311 C602	Diversas	132,00	0,00	0,00	0,00		0,00	132,00			
311 C60201	Impostos e taxas	132,00	0,00	0,00	0,00		0,00	132,00			
311 C60201 SL TT	Impostos e taxas	132,00	0,00	0,00	0,00		0,00	132,00			
311 10	Passivos financeiros	3 104 166,00	38 897,00	0,00	0,00		0,00	3 144 103,00			
311 10036	Empréstimos a médio e longo prazos	3 104 166,00	38 897,00	0,00	0,00		0,00	3 144 103,00			
311 100603	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	3 104 166,00	38 897,00	0,00	0,00		0,00	3 144 103,00			
311 100603 50 00	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	2 931 160,00	0,00	6,00	0,00		0,00	2 900 021,00			

Funchal, em 29 de Março de 2020

(Assinatura)

## MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31

CLAS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
491940100	5052	2019

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS							OBSERVAÇÕES	
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRÍCAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDAÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS			
			REFORÇOS	AVULSAÇÕES							
311 100603 SL TT	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	234 166,00	38 897,00	0,00	0,00		0,00	244 103,00			
510 02	Aquisição de bens e serviços	614 000,00	218 461,00	165 282,00	0,00		0,00	649 325,00			
510 0201	Aquisição de bens	128 226,00	301 130,00	60 134,00	0,00		0,00	160 331,00			
510 020102 00 00	Combustíveis e lubrificantes	17 000,00	18 000,00	7 000,00	0,00		0,00	28 000,00			
510 020104 00 00	Limpeza e higiene	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00			
510 020107 00 00	Vestuário e artigos pessoais	3 000,00	0,00	1 049,00	0,00		0,00	1 191,00			
510 020108	Material de escritório	2 000,00	650,00	0,00	0,00		0,00	2 050,00			
510 020105 CO 00	Material de escritório	2 000,00	650,00	0,00	0,00		0,00	2 050,00			
510 020115 00 00	Prémios, condecorações e efeitos	100,00	100,00	60,00	0,00		0,00	50,00			
510 020116 00 00	Mercadorias para a venda	64 000,00	33 025,00	26 716,00	0,00		0,00	66 273,00			
510 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	13 000,00	2 000,00	2 360,00	0,00		0,00	9 700,00			
510 020118 00 00	Livros e documentação técnica	300,00	0,00	0,00	0,00		0,00	300,00			
510 020121	Outros bens	34 050,00	37 275,00	29 445,00	0,00		0,00	37 540,00			
510 020121 CO 00	Outros bens	34 050,00	7 400,00	29 445,00	0,00		0,00	37 455,00			
510 020121 50 00	Outros bens	0,00	21 065,00	0,00	0,00		0,00	29 115,00			
510 0202	Aquisição de serviços	476 316,00	361 031,00	37 060,00	0,00		0,00	450 119,00			
510 020201	Encargos das instalações	226 000,00	0,00	0 000,00	0,00		0,00	213 100,00			
510 020201 A0 00	Água	130 000,00	0,00	2 042,00	0,00		0,00	98 958,00			
510 020201 50 00	Bebida	120 000,00	0,00	4 360,00	0,00		0,00	115 112,00			

Funchal, em 29 de Março de 2020

(Assinatura)



Funchal - Av. Carco Ed. Gov.  
Regional, 2º andar  
9004-527 Funchal

Tlf. 291 215 740  
Fax. 291 215 758

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.  
NIF. 511 131 879  
CRCPS. 511 131 879  
Capital Social 11.544.780€  
email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

## + *M* +

### MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
491940100	5052	2019

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS						DOTAÇÕES CORRIDAS	OBSERVAÇÕES		
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRÍCAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS					
			REFORÇOS	ANULAÇÕES								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)			
510 02/02/02 00 00	Limpeza e higiene	18 000,00	8 500,00	3 500,00	0,00			8,00	12 000,00			
510 02/02/03 00 00	Conservação de bens	42 000,00	8 000,00	9 240,00	0,00			8,00	35 756,00			
510 02/02/09	Comunicações	18 000,00	0,00	3 500,00	0,00			8,00	14 450,00			
510 02/02/09 A0 00	Comunicações	1 000,00	0,00	2 100,00	0,00			8,00	3 900,00			
510 02/02/09 D0 00	Comunicações	1 000,00	0,00	0,00	0,00			8,00	6 000,00			
510 02/02/09 E0 00	Comunicações	8 000,00	0,00	1 500,00	0,00			8,00	4 500,00			
510 02/02/10	Transportes	1 000,00	0,00	0,00	0,00			8,00	1 000,00			
510 02/02/10 Z0 00	Transportes	1 000,00	0,00	0,00	0,00			8,00	1 000,00			
510 02/02/12	Seguros	5 150,00	8 700,00	0,00	0,00			8,00	11 940,00			
510 02/02/12 B0 00	Seguros	5 150,00	8 700,00	0,00	0,00			8,00	11 940,00			
510 02/02/13 00 00	Obras/obras e estudos	18 000,00	0,00	2 360,00	0,00			8,00	8 000,00			
510 02/02/14	Estudos pareceres projectos e consultadoria	17 102,00	0,00	0,00	0,00			8,00	17 102,00			
510 02/02/14 BS 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	17 102,00	0,00	0,00	0,00			8,00	17 102,00			
510 02/02/17	PUBLICIDADE	73 250,00	7 676,00	61 368,00	0,00			8,00	58 012,00			
510 02/02/17 AD 00	PUBLICIDADE	5 000,00	0,00	3 000,00	0,00			8,00	2 000,00			
510 02/02/17 B0 A0	PUBLICIDADE	7 220,00	0,00	7 220,00	0,00			8,00	0,00			
510 02/02/17 C0 00	PUBLICIDADE	66 000,00	7 670,00	51 638,00	0,00			8,00	16 032,00			
510 02/02/19	Assistência técnica	13 567,00	866,00	0,00	0,00			8,00	14 531,00			
510 02/02/19 A0 AS	Assistência técnica	1 448,00	866,00	0,00	0,00			8,00	2 454,00			
510 02/02/19 C0 00	Assistência técnica	8 000,00	0,00	0,00	0,00			8,00	8 000,00			

Funchal, em 29 de Março de 2020

(Assinatura)

DOCUMENTO PROCESSADO POR CONSULTOR - APURAÇÃO INFORMÁTICA S.A.S  
27-01-2020 13:34 \* Rua Gonçalves

Página 4 de 8



Funchal - Av. Carco Ed. Gov.  
Regional, 2º andar  
9004-527 Funchal

Tlf. 291 215 740  
Fax. 291 215 738

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.  
NIF. 511 131 879  
CRCPS. 511 131 879  
Capital Social 11.544.780€  
email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

## MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
491940100	5052	2019

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS						DOTAÇÕES CORRIDAS	OBSERVAÇÕES		
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRÍCAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS					
			REFORÇOS	ANULAÇÕES								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)			
510 02/02/19 CS 00	Assistência técnica	4 118,00	0,00	0,00	0,00			8,00	4 118,00			
510 02/02/20	Outros trabalhos especializados	28 367,00	45 316,00	0,00	0,00			8,00	74 263,00			
510 02/02/20 C0 00	Outros trabalhos especializados	28 000,00	48 416,00	0,00	0,00			8,00	60 416,00			
510 02/02/20 CS 00	Outros trabalhos especializados	8 347,00	4 900,00	0,00	0,00			8,00	13 847,00			
510 02/02/25	Outros serviços	46 326,00	30 380,00	9 160,00	0,00			8,00	60 099,00			
510 02/02/25 C0 00	Outros serviços	33 000,00	39 380,00	9 160,00	0,00			8,00	33 489,00			
510 02/02/25 S0 00	Outros serviços	7 320,00	0,00	0,00	0,00			8,00	7 320,00			
510 03	Juros e outros encargos	1 000,00	0,00	0,00	0,00			8,00	1 000,00			
510 03/05	Outros juros	1 000,00	0,00	0,00	0,00			8,00	1 000,00			
510 03/06/02	Outros	1 000,00	0,00	0,00	0,00			8,00	1 000,00			
510 03/05/02 J0 00	Juros de mora	1 000,00	0,00	0,00	0,00			8,00	1 000,00			
510 08	Outras despesas comidas	248 000,00	534 014,00	2 514,00	0,00			8,00	371 500,00			
510 06/02	Diversas	248 000,00	534 014,00	2 514,00	0,00			8,00	371 500,00			
510 06/02/01	Impostos e taxas	248 000,00	64 880,00	2 514,00	0,00			8,00	391 466,00			
510 06/02/01 C0 00	Impostos e taxas	344 000,00	64 880,00	2 514,00	0,00			8,00	391 466,00			
510 06/02/03 00 00	Outras	0,00	70 814,00	0,00	0,00			8,00	70 814,00			
510 07	Aquisição de bens de capital	235 000,00	24 000,00	200 750,00	1 500 000,00			8,00	1 900 961,00			
510 07/01	Investimentos	235 000,00	24 000,00	200 750,00	1 500 000,00			8,00	1 900 961,00			
510 07/01/01	Tenentes	54 773,00	0,00	54 773,00	0,00			8,00	0,00			
510 07/01/01 A0 00	Tenentes	54 773,00	0,00	54 773,00	0,00			8,00	0,00			

Funchal, em 29 de Março de 2020

(Assinatura)

DOCUMENTO PROCESSADO POR CONSULTOR - APURAÇÃO INFORMÁTICA S.A.S  
24-03-2020 13:34 \* Rua Gonçalves

Página 5 de 8



Funchal - Av. Marco Ed. Gov.  
Regional, 3º andar  
9004-527 Funchal

Tel. 291 215 740  
Fax. 291 215 798

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.  
NIF. 511 131 879  
CRCPG. 511 131 879  
Capital Social 11.344.780€  
email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

## MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31

CLASS. ORGÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
491640100	5052	2019

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES NÍCIAS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIDAS	OBSERVAÇÕES		
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRÍCAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDAÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. ADS PAGAMENTOS				
			REFORÇOS	ANULAÇÕES							
510 070104 00 00	Construções diversas	11 286,00	0,00	67 286,00	9 300 000,00		0,00	1 500 000,00			
510 070105 00 00	Material de transporte	35 000,00	12 000,00	23 000,00	0,00		0,00	13 000,00			
510 070107 C0 00	Equipamento de informática	0,00	11 000,00	0,00	0,00		0,00	11 000,00			
510 070107 C0 00	Equipamento de informática	0,00	11 000,00	0,00	0,00		0,00	11 000,00			
510 070108	Software informático	17 701,00	0,00	11 000,00	0,00		0,00	6 701,00			
510 070108 AD 00	Software informático	13 000,00	0,00	11 000,00	0,00		0,00	4 000,00			
510 070108 AS C0	Software informático	3 701,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 701,00			
510 070109	Equipamento administrativo	4 000,00	0,00	3 700,00	0,00		0,00	1 200,00			
510 070109 B0 00	Equipamento administrativo	4 000,00	0,00	3 700,00	0,00		0,00	1 200,00			
510 070110	Equipamento básico	60 000,00	0,00	33 000,00	0,00		0,00	27 000,00			
510 070110 B0 00	Equipamento básico	60 000,00	0,00	33 000,00	0,00		0,00	27 000,00			
S20 01	Despesas com a pessoal	0,00	0,00	0,00	38 927,00		0,00	30 927,00			
S20 0101	Ramunerações definitivas e permanentes	0,00	0,00	0,00	37 223,00		0,00	37 223,00			
S20 0102 00 00	Órgãos sociais	0,00	0,00	0,00	1 329,00		0,00	1 329,00			
S20 0103 00 00	Pessoal dos quadros Regime de função pública	0,00	0,00	0,00	1 079,00		0,00	1 079,00			
S20 0104 00 00	Pessoal dos quadros Regime de contrato individual de trabalho	0,00	0,00	0,00	26 762,00		0,00	26 762,00			
S20 010111 00 00	Reveresamento	0,00	0,00	0,00	891,00		0,00	891,00			
S20 010112 00 00	Suplementos e prémios	0,00	0,00	0,00	666,00		0,00	666,00			
S20 010113 00 00	Subsídio de refeição	0,00	0,00	0,00	5 896,00		0,00	5 854,00			
S20 0102	Ações variáveis ou equivalentes	0,00	0,00	0,00	669,00		0,00	669,00			

Funchal, em 26 de Março de 2020

(Assinatura)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMÁTICA S.A.S  
25-03-2020 15:34 \* Rui Gouveia

Página 6 de 8



Funchal - Av. Marco Ed. Gov.  
Regional, 3º andar  
9004-527 Funchal

Tel. 291 215 740  
Fax. 291 215 798

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.  
NIF. 511 131 879  
CRCPG. 511 131 879  
Capital Social 11.344.780€  
email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

## MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2019/01/01 A 2019/12/31

CLASS. ORGÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
491640100	5052	2019

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES NÍCIAS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIDAS	OBSERVAÇÕES		
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRÍCAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDAÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. ADS PAGAMENTOS				
			REFORÇOS	ANULAÇÕES							
S20 010205 00 00	Abono para férias	0,00	0,00	0,00	195,00		0,00	195,00			
S20 010211 00 00	Subsídio de fumo	0,00	0,00	0,00	474,00		0,00	474,00			
S20 0103	Segurança social	0,00	0,00	0,00	2 105,00		0,00	2 105,00			
S20 010305	Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	806,00		0,00	806,00			
S20 010305 AD 00	Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	736,00		0,00	736,00			
S20 010305 AD B0	Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	30,00		0,00	30,00			
S20 010309 00 00	Seguros	0,00	0,00	0,00	1 209,00		0,00	1 209,00			
S20 0102	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	13 309,00		0,00	13 309,00			
S20 0201	Aquisição de bens	0,00	0,00	0,00	517,00		0,00	517,00			
S20 020117	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	517,00		0,00	517,00			
S20 020117 00 TT	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	517,00		0,00	517,00			
S20 0202	Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	12 872,00		0,00	12 872,00			
S20 020201	Encargos das instalações	0,00	0,00	0,00	11 101,00		0,00	11 101,00			
S20 020201 AD TT	Encargos das instalações	0,00	0,00	0,00	3 045,00		0,00	3 045,00			
S20 020201 00 TT	Encargos das instalações	0,00	0,00	0,00	8 096,00		0,00	8 096,00			
S20 020209	Comunicações	0,00	0,00	0,00	310,00		0,00	310,00			
S20 020209 E0 TT	Comunicações	0,00	0,00	0,00	310,00		0,00	310,00			
S20 020220	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00			
S20 020220 C0 T0	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00			
S20 020225	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	1 461,00		0,00	1 461,00			

Funchal, em 26 de Março de 2020

(Assinatura)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMÁTICA S.A.S  
25-03-2020 15:34 \* Rui Gouveia

Página 7 de 8

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
491840100	5052	2019

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS						DOTAÇÕES CORRIDAS	OSSERVAÇÕES		
			TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE FURIÇAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA FURICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS					
			REFORÇOS	ANULAÇÕES								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)		
520 020225 50 TT	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	1 461,00			0,00	1 461,00			
520 06	Outras despesas comuns	0,00	0,00	0,00	67 500,00			0,00	67 500,00			
520 0602	Diversas	0,00	0,00	0,00	67 500,00			0,00	67 500,00			
520 060203 00 00	Outras	0,00	0,00	0,00	67 500,00			0,00	67 500,00			
520 07	Aquisição de bens de capital	0,00	967 120,00	967 120,00	1 100 000,00			0,00	1 300 000,00			
520 0701	Investimentos	0,00	967 120,00	967 120,00	1 100 000,00			0,00	1 300 000,00			
520 070101	Terrenos	0,00	967 120,00	0,00	0,00			0,00	967 120,00			
520 070101 50 A0	Terrenos	0,00	967 120,00	0,00	0,00			0,00	967 120,00			
520 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	967 120,00	1 220 343,00			0,00	612 323,00			
520 070105	Software informático	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00			
520 070108 50 TT	Software informático	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00			
520 070110 00 00	Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	68 857,00			0,00	68 857,00			
520 08	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	160 000,00			0,00	200 000,00			
520 090607 00 00	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	0,00	0,00	160 000,00			0,00	200 000,00			
TOTAL		9 176 619,00	991 046,00	991 046,00	3 129 972,00				0 246 911,00			

Funchal, em 29 de Março de 2020

(Assinuras)

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APlicaçõeS INFORMÁTICAS  
25/03/2020 19:34 - Rua Galveias

Página 8 de 8

### 5.3 Alterações ao plano plurianual de investimentos

#### Alterações ao plano plurianual de investimentos

Objetivo (1)	Número do Projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-) (13) = (7) - (6)	
					Ano t		Períodos seguintes					
			Inicio (4)	Fim (5)	Dotação Atual (6)	Dotação Corrigida (7)	Ano t+1 (8)	Ano t+2 (9)	Ano t+3 (10)	Ano t+4 (11)	Outros (12)	
												0,00 €
												0,00 €
												0,00 €
												0,00 €
												0,00 €
												0,00 €
												0,00 €
			Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

## 5.4 Operações de tesouraria



Funchal - Av. 25 de Setembro, 2º andar  
9000-527 Funchal  
Tel. 291 215 740  
Fax. 291 215 758  
NIF. 511 131 879  
C.F.C.P.S. 511 131 879  
Capital Social 11.544.780€  
email. finanças@sociedadesdesenvolvimento.com

*RJ* *+* *MW* *Ant*

### Operações de Tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Euros Saldo Final
D 120100	Receita do Estado - Fundos Alheios	30 166,62	296 631,12	296 402,12	30 395,62
D 120200	Operações de Tesouraria - Fundos Alheios	30 105,40	239 109,82	221 359,82	47 855,40
<b>Total</b>		<b>60 272,02</b>	<b>535 740,94</b>	<b>517 761,94</b>	<b>78 251,02</b>

## 5.5 Contratação Administrativa:

### 5.5.1 Situação dos contratos

✓ true not

### Situação dos contratos

## 5.5.2. Adjudicações por tipo de procedimento

**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**  
email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

Funchal - Av. Marco Ed. Gov.  
Regional, 3º andar  
9004-527 Funchal

Tlf. 291 215 740  
Fax. 291 215 758

NIF. 511 131 879  
CRCPS. 511 131 879  
Capital Social 11.544.780€

*R + MNR*

### Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Concurso público										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento por negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto			
	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Valor
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	AJD 01/2019; AJD 02/2019; AJD 03/2019 CPr 04/2019	341 dias; 341 dias; 104 dias; 271 dias	4	37 900,00
Locação ou aquisição de bens móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	AJD 03/2019; AJD 03/2019; CPr 02/2019; CPr 03/2019; CPr 01/2019; CPr 02/2019; CPr 05/2019	271 dias; 244 dias; 265 dias; 260 dias; 30 dias; 45 dias; 21 dias	7	106 612,40
Concessão de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>a) Valores s/IVA</i>												

## 5.6 Transferências e subsídios:

### 5.6.1 Transferências e subsídios – despesa


**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**  
 Funchal - Av. Zarco Ed. Gov. Regional, 3º andar  
 9004-527 Funchal  
 Tel. 291 215 740  
 Fax. 291 215 750  
 NIF. 511 131 879  
 CRCPG. 511 131 879  
 Capital Social 11.544.780€  
 email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com



#### *Transferencias e Subsidios Concedidos*

Disposições Legais	(1)	Finalidade	(2)	Entidade Beneficiária	(3)	Despesas Orçamentadas	(4)	Despesas Autorizadas	(5)	Despesas Pagas	(6)	Despesas Autorizadas e Não Pagas (7) = (5) - (6)	Euros	Devolução de transferências / Subsídios ocorrida no exercício	(8)	Observações	(9)
Transferencias correntes												0,00	0,00				
												0,00	0,00				
												0,00	0,00				
<b>Total das Transferencias Correntes</b>												<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferencias de capital												0,00	0,00				
												0,00	0,00				
												0,00	0,00				
<b>Total das Transferencias de Capital</b>												<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Subsídios												0,00	0,00				
												0,00	0,00				
<b>Total Subsídios</b>												<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

### 5.6.2 Transferências e subsídios – receita


**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**  
 Funchal - Av. Zarco Ed. Gov. Regional, 2º andar  
 9004-527 Funchal  
 Tel. 291 215 740  
 Fax. 291 215 750  
 NIF. 511 131 879  
 CRCPG. 511 131 879  
 Capital Social 11.544.780€  
 email. financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

#### *Transferências e Subsidios Recebidos*

Tipo de Receita	Disposições Legais	(1)	Finalidade	(2)	Entidade Financiadora	(3)	Receita Prevista	(4)	Receita Recebida	(5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Euros	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	(7)	Observações	(8)	
Transferências correntes																	
<b>Total das Transferências Correntes</b>								<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		
Transferências de capital												0,00					
<b>Total das Transferências de Capital</b>								<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		
Subsídios												0,00					
<b>Total Subsídios</b>								<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		

## 5.7 Outras divulgações:

### 5.7.1 Encargos contratuais

Nº Contrato	Contrato							Voto do Tribunal de Contas		Classificações orçamentais			Data do primeiro pagamento	Pagamentos previstos até final do ano (M)	Pagamentos acumulados até (M-1)	Pagamentos previstos para anos futuros						
	CPV	Nº Form.	Nº Comp.	Valor da Compr.	Data de celebração	Preço Base	Preço Contratual	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (final)	Número do registo	Data	Fonte de Finan.	Unidade	Descrição	(M+1)	(M+2)	(M+3)	(M+4)	Anos segt.			
CP/04/2018/Rui Miguel Costa	79999100-6, Serviços de arquitectura	218752393	284	2916,69	06-06-2018	48 000,00 €	2916,69 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	30-06-2018	4 306,62 €	0,00 €	3 049,98 €	3 050,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/01/2018/Henrique Ribeiro & Associados - Sociedade de Advogados, Lda.	79100000-5, Serviços Jurídicos	503009482	269	5707,20	01-06-2018	84 204,00 €	5707,20 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	30-06-2018	7 601,80 €	0,00 €	4 993,80 €	8 560,74 €	3 566,94 €	0,00 €	0,00 €
AID/11/2017 Académico Solteiros, Ed., Lda.	72416000-9, Fornecedores de Aplicacões	511135610	191	683,2	30-04-2018	10 320,00 €	683,20 €			N/A	N/A	510	070106	Software Informático	02-07-2018	980,00 €	0,00 €	427,00 €	1 671,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/02/2018/Académico Leonardo Pereira Andreu	72610000-4, Serviços de assistência informática	209912537	628	843,75	19-10-2018	27 000,00 €	843,75 €			N/A	N/A	510	020219	Assistência Técnica	08-11-2018	2 459,85 €	0,00 €	118,46 €	3 299,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/02/2017/MGJ & Associados, SNC, Lda.	79123200-6, Serviços de Revisão Legal e Contas	502666919	314	6 000,00	03-04-2017	100 500,00 €	6 000,00 €			N/A	N/A	510	020215	Outros Serviços	28-07-2017	6 000,00 €	0,00 €	7 320,00 €	3 660,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/07/2017/Optimus, Lda.	79100000-6, Serviços de contabilidade, de auditoria e fiscais	509733336	562	1 166,64	30-06-2017	28 800,00 €	1 166,64 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	19-10-2017	2 527,86 €	0,00 €	2 609,53 €	1 660,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/08/2017 Políptica Comércio de Equipamentos de Escritório, Lda.	79100000-5, Serviços de Impressão	511215282	659	296,7	01-09-2017	20 520,00 €	296,70 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	28-12-2017	1 521,36 €	0,00 €	2 427,75 €	1 383,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/07/2017/TOMAES - Serviços de Engenharia e Consultadoria, Lda, Portugal	72362000-1, Serviços de fornecimento de software	511215282	786	1170	27-10-2017	13 300,00 €	1 170,00 €			N/A	N/A	510	070108	Software Informático	16-11-2017	1 020,00 €	0,00 €	1 854,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TGCP - Sociedade de Advogados SP, NL	79100000-5, Serviços Jurídicos	511036981	340	3 050,00	01-06-2018	15 000,00 €	3 050,00 €			N/A	N/A	510	020215	Outros Serviços	12-12-2018	1 250,00 €	0,00 €	2 897,50 €	3 202,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sommerfármicas - Sociedade Montagem e Manutenção de Instalações Técnicas, Lda.	50730000-1, Serviços de reparação e manutenção de grupos de irrigação	511237570	491	6 692,60	25-07-2018	6 692,60 €	6 692,60 €			N/A	N/A	510	020203	Conservação de Bens	10-10-2018	4 281,00 €	0,00 €	8 164,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Holiday Golf, S.L.	Aquisição de Bens e Materiais para a Loja Pro-Shop do Campo de Golfe do Porto Santo	0835271873	893	24 397,60	21-12-2018	24 695,20 €	24 397,60 €			N/A	N/A	510	020116	Mercadorias para a Venda	21-02-2019	24 397,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Lote I - CAF - Cooperativa Agrícola do Funchal, Crl, Lote II - A Pereira Jardim, Lda.	Aquisição de Agentes e Produtos Químicos para o tratamento do Campo de Golfe do Porto Santo	Lote I - 511000855; Lote I - 0000407; Lote II - 500304270	Lote I - 21095,00; Lote II - 19-06-2018; Lote II - 2695,00	Lote I - 48700,00; Lote II - 6500,00€	Lote I - 42189,99; Lote II - 5389,11€					N/A	N/A	510	020121	Outros Bens	16-10-2018	22 131,18 €	0,00 €	28 215,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquaticam - Sistemas de Rega, Lda.	Aquisição de Equipamentos e Acessórios de Rega para o campo de Golfe do Porto Santo	506869709	635	9 155,71	31-08-2018	9 155,71 €	9 155,71 €			N/A	N/A	510	070110	Equipamento Básico	21-08-2018	1 597,76 €	0,00 €	11 261,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/10/2017/Dra. Liza Maria Rodrigues Cardoso	79100000-5, Serviços Jurídicos	218697732	784	937,5	18-10-2017	54 000,00 €	937,50 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	29-12-2017	3 577,87 €	0,00 €	5 490,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/12/2017/Or. Paúlo Jorge Teixeira Vieira	79412000-5, Consultoria em Gestão Financeira	196093449	874	1 462,50	21-12-2017	19 500,00 €	1 462,50 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	22-12-2017	0,00 €	0,00 €	1 220,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/01/2019/Eng.º Carlos Moreira Ribeiro Lira	71300000-1, Serviços de engenharia	236097601	6	2 850,00	25-01-2019	11 400,00 €	2 850,00 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	21-02-2019	712,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/02/2019/Dr. Fátima José Pereira Pio	79341200-5, Serviços de programação	238810445	5	3 350,00	25-01-2019	13 400,00 €	3 350,00 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	20-02-2019	825,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/03/2019/Plásticos MC Móveis, Unipessoal, Lda	39630000-0, Produtos de Imprensa	510794556	207	14 310,87	05-04-2019	14 747,53 €	14 310,87 €			N/A	N/A	510	020104	Limppeza e Higiene	25-06-2019	7 201,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/03/2019/Aquisição para os Materiais e Equipamentos do Campo de Golfe do Porto Santo	09100000-0, Combustíveis	091086032	288	11 991,87	02-05-2019	11 991,87 €	11 991,87 €			N/A	N/A	510	020102	Combustíveis e lubrificantes	16-09-2019	6 638,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP/02/2019/Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (lotes I)	30192000-1, Material de escritório	511254134	265	952,00	10-04-2019	1 378,79 €	952,00 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	15-05-2019	952,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP/03/2019/Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento	301976435 - Papel para fotocópia	511254334	286	1 697,77	16-04-2019	1 705,35 €	1 697,77 €			N/A	N/A	510	020225	Outros Serviços	00-01-1900	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP/04/2019/Aquisição de Peças para as Máquinas de Mandarina de Grelha, Fritadeira e Rangos do Campo de Golfe do Porto Santo	42670000-3 - Peças e acessórios para máquinas e ferramentas	435557 Lote II 1 - 170 Lote II - 1,07€ Lote II - 05/2019 Lote II 01	11 250,00	143,07€ Lote II 1.619,34€						N/A	N/A	510	070110	Equipamento Básico	09-07-2019	10 760,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP/04/2019/Fornecimento e instalação de Equipamentos para o Sistema de Bombeamento de Rua e Lagos do Campo de Golfe do Porto Santo	41122000-0 - Bombas (Equipamento)	001070 Lote II 5 - 1.550 Lote II - 00€ Lote II 17/08/2019 Lote II 07	22 500,00	7 500€ Lote II 14.487,88€						N/A	N/A	510	070110	Equipamento Básico	30-09-2019	21 982,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP/04/2019/Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica	79300000-5, Serviços jurídicos	504344285	632	19 200,00	18-09-2019	19 200,00 €	19 200,00 €			N/A	N/A	510	020220	Outros Trabalhos Especializados	18-12-2019	18 840,00 €	0,00 €	0,00 €	360,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CP/05/2019/Aquisição de Bens e Materiais para a loja Pro Shop - Campo de Golfe do Porto Santo	18000000-9 - Vestuário, calçado, maços e artigos de viagem, acessórios	035271873	800	0,00	28-11-2019	65 000,00 €	61 877,20 €			N/A	N/A	510	020116	Mercadorias para a Venda		0,00 €	0,00 €	0,00 €	61 877,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AID/02/2019/Aquisição de Serviços de Artilharia	79100000-5, Serviços jurídicos	116540150	41	12 500,00	02-05-2019	25 000,00 €	12 500,00 €			N/A	N/A	510	020220	Outros Trabalhos Especializados	24-07-2019	9 225,00 €	0,00 €	0,00 €	3 275,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

## 5.7.2 Dívidas por antiguidade de saldos



Funchal - Av. Carco Ed. G09,  
Regional, 3º andar  
9004-327 Funchal  
Tel. 291 215 740  
Fax: 291 215 758

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.  
NIF: 511 131 879  
C.R.C.P. 511 131 879  
Capital Social 33.344.780€  
email: financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

## DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

SNC-AF

Artes agravamento

VALORES EM EUROS

DESCRIÇÃO	DÍVIDA VENCIDA		INTERVALOS DE ANTIGUIDADE DA DÍVIDA VENCIDA (EM DIAS):					EXCEÇÕES	PAGAMENTOS EM ATRASO	TOTAL DA DÍVIDA POR NATUREZA DA DESPESA			
	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO	<90		[90 - 180]		>180 DÍAS			CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO	SOMA	
			[P]	[J]	[P]	[J]	[P]	[J]					
Despesas correntes	1 282,00										1 282,00	1 282,00	
Despesas com pessoal	1 282,00										1 282,00	1 282,00	
Reservepagamentos certos e provisórios	1 287,00										1 287,00	1 287,00	
Reserva verificada ou eventuals													
Segurança Social das quais:			15,00								15,00	15,00	
Energias e outras da AP													
Outras despesas liga da AP													
Contribuições de segurança social	15,00										15,00	15,00	
CGA													
Segurança Social - Regime geral	15,00										15,00	15,00	
Outras													
Outras													
Aquisição de bens e serviços													
Itens e outros invenários													
Transferências correntes													
Admistração pública													
Outras transacções correntes													
Bens fixos													
Outras despesas correntes													
Despesas de captação													
Aquisição bens de capital													
Transferências de capital													
Administrações públicas													
Outras transferências capital													
Aquisição de actos financeiros													
Reserveação de posse a finanças													
Outras despesas de capital													
TOTAL	1 282,00										1 282,00	1 282,00	

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - APLICAÇÃO INFORMATICA SUG  
23-3-2020 10:57 - Rég.Geral

Página 1 de 1

Funchal, 25 de março de 2020

A Administração

O Contabilista Certificado

**Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2019 (art. 15.º, n.º1, a))**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP), pelos seguintes montantes globais:

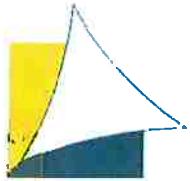
**Secretaria: 49 - SECRETARIA REGIONAL DOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS**

**Serviço: 5052 - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA**

Valores em euros	
Ano	Montante
(1)	(2)
2020	4.297.100,94
2021	4.509.848,24
2022	4.482.699,06
2023	4.457.690,06
2024	4.432.681,06
Seguintes	31.985.176,73

Funchal, 21 de Janeiro de 2020

O Presidente,



M  
R  
+

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.

### Declaração de pagamentos em atraso

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015, de 17 de Março (Quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e de pagamentos em atraso das entidades públicas), declara-se para os devidos efeitos que a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA, não possui qualquer pagamento em atraso.

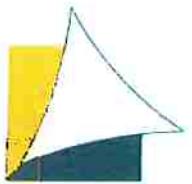
Funchal, 29 de janeiro de 2020

O Conselho de Administração

  
(Nivalda Gonçalves)

  
(Fátima Correia)

  
(Ricardo Morna)



M  
S  
+

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.

### **Declaração de recebimentos em atraso**

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015, de 17 de Março (Quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), declara-se que todos os recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2019, estão devidamente identificados no quadro anexo, sendo o seu valor global de 831.813,04€ (oitocentos e trinta e um mil, oitocentos e treze euros e quatro cêntimos).

Funchal, 31 de janeiro de 2020

O Conselho de Administração

  
(Nivalda Gonçalves)

  
(Fátima Correia)

  
(Ricardo Morna)

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2018 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)**

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Nome Cliente	Montante (Eur)
0000047	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	940,27
0000048	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	940,27
0000049	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	940,27
0000050	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	940,27
0000051	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	940,27
0000052	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	940,27
0000053	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	940,27
0000054	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	940,27
0000055	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	948,52
0000056	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	948,52
0000057	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	948,52
0000058	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	948,52
0000059	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	948,52
0000060	2012-01-01	070201	511075057	33-18-ASSISTENCIA NAUTICA, LDA	948,52
0000058	2018-03-20	070108	214560120	ANTONIO JOSE RODRIGUES ABREU psg	184,90
0000058	2014-09-01	070208	202126722	ANTONIO MIGUEL DE JESUS PEREIRA psg121	129,50
0000032	2019-04-30	070208	202126722	ANTONIO MIGUEL DE JESUS PEREIRA psg121	135,00
0000068	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000069	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000070	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000071	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000072	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000073	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000074	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	238,50
0000075	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	238,50
0000076	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	238,50
0000077	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000078	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000079	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000080	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000081	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	358,40
0000082	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	119,25
0000083	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000084	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000084	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	11,41
0000085	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	413,77
0000085	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000086	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000086	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000087	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000087	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000088	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000088	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000089	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000089	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000090	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000090	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000091	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000091	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000092	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1192,48
0000092	2012-01-01	070299	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000093	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1192,48
0000094	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1192,48
0000095	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000096	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000097	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37
0000098	2012-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	417,37





0000086	2014-04-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000087	2014-04-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000088	2014-04-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000119	2014-05-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000120	2014-05-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000121	2014-05-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000122	2014-05-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000143	2014-06-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000144	2014-06-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000145	2014-06-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000146	2014-08-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000173	2014-07-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1294,16
0000174	2014-07-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1294,16
0000175	2014-07-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000176	2014-07-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000199	2014-08-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1284,16
0000200	2014-08-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1284,16
0000201	2014-08-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000202	2014-08-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000228	2014-09-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1284,16
0000229	2014-09-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	1294,16
0000230	2014-09-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000231	2014-09-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	258,84
0000255	2014-10-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000256	2014-10-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000257	2014-10-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000258	2014-10-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000327	2014-11-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000328	2014-11-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000329	2014-11-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000330	2014-11-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000351	2014-12-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000352	2014-12-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000353	2014-12-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000354	2014-12-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000001	2015-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000002	2015-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000003	2015-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000004	2015-01-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000034	2015-02-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000035	2015-02-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000036	2015-02-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000037	2015-02-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000068	2015-03-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000069	2015-03-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000070	2015-03-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000071	2015-03-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000082	2015-04-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000083	2015-04-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	452,96
0000084	2015-04-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000085	2015-04-01	070201	216945410	ARMINDO F. GOMES DE SOUSA	129,42
0000155	2019-06-17	070201	511270232	ATEF - Associação de Teatro Experimental do Funchal	463,60
0000315	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	38,20
0000316	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	45,71
0000317	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	43,21
0000318	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	40,88
0000319	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	63,21
0000320	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	59,72
0000321	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	57,64
0000322	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	59,46
0000323	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	57,64
0000324	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	59,46
0000325	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	71,80
0000326	2014-11-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	57,64
0000349	2014-11-01	070201	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	61,00

M  
S +

0000373	2014-12-01	070201	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	61,00
0000047	2016-03-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	177,10
0000070	2016-04-01	070299	510721230	BAR SO DE VERÃO, LDA. - LUISA BERENGUER	296,68
0000062	2016-08-30	070208	209756535	BRUNO MIGUEL DA CRUZ ANDRE MARTINS psg	208,00
0000258	2018-08-26	070208	511032781	Edimade, Lda	2000,00
0000259	2018-08-26	070208	511032781	Edimade, Lda	1630,00
0000081	2019-08-19	070208	511032781	Edimade, Lda	1630,00
0000082	2019-08-19	070208	511032781	Edimade, Lda	2000,00
0000114	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2075,23
0000115	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2321,16
0000116	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2321,16
0000117	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000118	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000119	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000120	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000121	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000122	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000123	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000124	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000125	2012-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	2441,22
0000006	2013-01-03	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000048	2013-02-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000085	2013-04-01	070201	511240163	EFES, Lda	2929,46
0000118	2013-05-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000146	2013-08-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000171	2013-07-01	070201	511240163	EFES, Lda	1952,98
0000207	2013-08-01	070201	511240163	EFES, Lda	1952,98
0000232	2013-09-01	070201	511240163	EFES, Lda	1952,98
0000267	2013-10-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000305	2013-11-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000350	2013-12-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000010	2014-01-03	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000045	2014-02-03	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000070	2014-03-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000094	2014-04-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000128	2014-05-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000152	2014-06-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000182	2014-07-01	070201	511240163	EFES, Lda	1952,98
0000208	2014-08-01	070201	511240163	EFES, Lda	1952,98
0000237	2014-09-01	070201	511240163	EFES, Lda	1952,98
0000264	2014-10-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000336	2014-11-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000380	2014-12-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000010	2015-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000045	2015-02-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000077	2015-03-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000101	2015-04-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000223	2015-09-01	070201	511240163	EFES, Lda	1952,98
0000249	2015-10-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000274	2015-11-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000298	2015-12-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000014	2016-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000027	2016-02-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000049	2016-03-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000078	2016-04-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000098	2016-05-04	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000122	2016-06-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000143	2016-07-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000168	2016-08-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000191	2016-09-05	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000210	2016-10-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000232	2016-11-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000252	2016-11-28	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000254	2016-12-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73
0000001	2017-01-01	070201	511240163	EFES, Lda	1464,73

M  
S +

0000020	2012-01-01	070299	511010435	Empresa De Electricidade Da Madeira, SA	225,00
0000212	2019-08-14	070299	511045573	Figueira e Figueiras, Lda	73,55
0000213	2019-08-14	070299	511045573	Figueira e Figueiras, Lda	65,88
100017	2010-01-03	070201	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	678,44
0000139	2015-06-01	070201	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	17464,69
0000140	2015-06-01	070201	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	18224,02
0000141	2015-06-01	070201	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	18224,02
0000142	2015-06-01	070201	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	18224,02
0000143	2015-06-01	070201	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	18224,02
0000144	2015-06-01	070201	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	9112,01
0000211	2015-08-01	070299	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	1518,67
0000212	2015-08-01	070299	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	1518,67
0000215	2015-08-18	070299	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	1518,67
0000263	2015-10-01	070299	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	1518,67
0000268	2015-11-01	070299	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	1518,67
0000313	2015-12-01	070299	101436734	Francisco Henrique Mendes Rodrigues Teixeira	1518,67
0000130	2012-01-01	070201	507393899	GoldenTenis, Lda	801,12
0000014	2014-12-17	070201	510474314	INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM	-906,59
0000305	2015-12-01	070201	510474314	INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM	691,41
0000247	2018-10-01	070201	510576117	Inventamagia, Lda	305,00
0000047	2019-07-05	070208	158326652	JORGE DUARTE CHASKELMANN psg 378	360,00
0000203	2019-08-08	070201	511076967	L.D.L. - EXPLORAÇÃO DE SNACK-BAR, ESPLANADAS, LDA	225,00
0000073	2018-03-01	070201	111432324	Luis Filipe Fernandes Mendonça	8,20
0000197	2019-08-01	070201	111432324	Luis Filipe Fernandes Mendonça	134,20
0000236	2019-09-02	070201	111432324	Luis Filipe Fernandes Mendonça	134,20
0000272	2018-11-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3782,00
0000308	2018-12-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3782,00
0000001	2019-01-02	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000022	2019-02-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000051	2019-03-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000073	2019-04-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000097	2019-05-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000130	2019-06-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000158	2019-07-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000181	2019-08-01	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000219	2019-09-02	070201	511008872	M.& J.PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.	3811,56
0000202	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3526,74
0000203	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3505,58
0000204	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3505,58
0000205	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3505,58
0000206	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3505,58
0000207	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3505,58
0000208	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3505,58
0000209	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3536,33
0000210	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3536,33
0000211	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3536,33
0000212	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3536,33
0000213	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3536,33
0000214	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3536,33
0000215	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000216	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000217	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000218	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000219	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000220	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000221	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000222	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000223	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000224	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000225	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000226	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000227	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000228	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000229	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3567,08
0000230	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13

✓ ✓

0000231	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	321,03
0000232	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000233	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000234	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000235	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000236	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000237	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000238	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000239	2012-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000005	2013-01-03	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000047	2013-02-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000083	2013-04-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000084	2013-04-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000117	2013-05-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000145	2013-06-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000170	2013-07-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000193	2013-07-31	070299	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	200,00
0000211	2013-08-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000231	2013-09-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000266	2013-10-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000304	2013-11-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000349	2013-12-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000009	2014-01-03	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000044	2014-02-03	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000069	2014-03-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000093	2014-04-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000127	2014-05-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000151	2014-06-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000181	2014-07-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000207	2014-08-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000238	2014-09-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000263	2014-10-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000335	2014-11-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000359	2014-12-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000009	2015-01-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000044	2015-02-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000078	2015-03-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000100	2015-04-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000121	2015-05-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000145	2015-06-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000185	2015-08-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000196	2015-08-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000224	2015-09-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000248	2015-10-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000273	2015-11-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000297	2015-12-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000005	2016-01-01	070201	511279658	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000028	2016-02-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000054	2016-03-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000075	2016-04-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000097	2016-05-04	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000121	2016-06-01	070201	511279558	Maisousas - Restauração, Lda	3864,13
0000033	2019-04-30	070208	227240677	Maria Fatima Gomes Dias Pereira psg121c	75,00
0000187	2013-07-23	070208	511079990	MB Travel - Mestre Barbosa Viagens, Lda	126,00
0000003	2019-01-10	070208	102008450	MIGUEL LIMA PITA DA SILVA psg99	90,00
0000046	2012-01-01	070208	509421482	Os Catering Company, Lda	252,00
0000023	2012-01-01	070208	511021429	Panorama, Lda	98,00
0000024	2012-01-01	070208	511021429	Panorama, Lda	270,00
0000025	2012-01-01	070208	511021429	Panorama, Lda	84,00
0000169	2017-07-20	070201	500835012	Partido Social Democrata	244,00
0000013	2018-02-11	070208	150433590	PAULO A. V. SILVA psg61	45,00
0000129	2018-05-01	070201	199228817	PAULO AVELINO FERREIRA DA SILVA	13,94
0000164	2018-06-01	070201	199228817	PAULO AVELINO FERREIRA DA SILVA	244,00
0000188	2018-07-01	070201	199228817	PAULO AVELINO FERREIRA DA SILVA	244,00
0000215	2018-08-01	070201	199228817	PAULO AVELINO FERREIRA DA SILVA	244,00

✓ ✓

91

0000241	2018-09-01	070201	199228817	PAULO AVELINO FERREIRA DA SILVA	244,00
0000262	2018-10-01	070201	199228817	PAULO AVELINO FERREIRA DA SILVA	244,00
0000289	2018-11-01	070201	199228817	PAULO AVELINO FERREIRA DA SILVA	244,00
0000325	2018-12-01	070201	199228817	PAULO AVELINO FERREIRA DA SILVA	244,00
0000047	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	592,78
0000048	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	26099,11
0000049	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	253,75
0000050	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	332,04
0000051	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	592,78
0000052	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	450,27
0000053	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	228,00
0000054	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	228,00
0000055	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	114,00
0000056	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	114,00
0000057	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	114,00
0000058	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	114,00
0000059	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	114,00
0000060	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	114,00
0000061	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	126,77
0000061	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	212,18
0000062	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	117,19
0000062	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	911,47
0000063	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	117,19
0000063	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	1215,30
0000064	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	234,38
0000064	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	1215,30
0000065	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	234,38
0000065	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	1215,30
0000066	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	3011,81
0000068	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	234,38
0000067	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	1140,00
0000067	2012-01-01	070299	511230125	Penedo Mar, Lda	105,85
0000068	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	1368,00
0000069	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	399,00
0000070	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	399,00
0000071	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	399,00
0000072	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	399,00
0000073	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	399,00
0000074	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	399,00
0000075	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	443,69
0000076	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	410,17
0000077	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	410,17
0000078	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	1171,92
0000079	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	1171,92
0000080	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	1171,92
0000081	2012-01-01	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	370,48
0000010	2012-12-31	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	-31461,44
0000370	2012-12-31	070201	511230125	Penedo Mar, Lda	25010,44
0000019	2012-01-01	070299	511156235	Porto Santo Verde, EM	101231,54
0000072	2019-08-12	070208	515018217	PXO GOLFE CLUB	322,50
0000012	2019-02-10	070208	202790096	ROBERTO BRUNO OLIVAL DE SOUSA psg46	45,00
0000187	2015-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000188	2015-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000189	2015-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000190	2015-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000191	2015-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000192	2015-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000193	2015-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000194	2015-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000219	2015-09-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000220	2015-09-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000221	2015-09-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000222	2015-09-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000244	2015-10-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000245	2015-10-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08

MS  
SG

0000246	2015-10-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000247	2015-10-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000269	2015-11-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000270	2015-11-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000271	2015-11-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000272	2015-11-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000293	2015-12-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000294	2015-12-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000295	2015-12-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000296	2015-12-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000001	2016-01-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000002	2016-01-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000003	2016-01-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000004	2016-01-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000022	2016-02-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000023	2016-02-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000024	2016-02-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000025	2016-02-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000050	2016-03-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000051	2016-03-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000052	2016-03-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000053	2016-03-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000071	2016-04-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000072	2016-04-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000073	2016-04-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000074	2016-04-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000093	2016-05-04	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000094	2016-05-04	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000095	2016-05-04	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000096	2016-05-04	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000116	2016-06-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000117	2016-06-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	317,08
0000118	2016-06-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000120	2016-06-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	90,60
0000138	2016-07-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000139	2016-07-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000140	2016-07-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000141	2016-07-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000161	2016-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000162	2016-08-01	070201	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	1035,33
0000163	2016-08-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000164	2016-08-01	070299	216929768	Ruben Dinarte Silva Drumond (Bares nº 8 e 9)	207,07
0000003	2017-11-07	070201	511147872	Smash Tenis Club	154,00
0000028	2019-04-05	070108	511085133	Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, S.A.	240,54
0000049	2019-07-20	070108	511085133	Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, S.A.	56,00
0000049	2019-07-20	070208	511085133	Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, S.A.	22,50
0000071	2019-08-12	070108	511085133	Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, S.A.	34,00
0000071	2019-08-12	070208	511085133	Sociedade de Empreendimentos Turísticos Baleira Sol, S.A.	120,00
0000006	2012-01-01	070299	511062460	Sociedade Imobiliária e Turística do Campo de Babxo, SA	25,99
0000007	2012-01-01	070299	511062460	Sociedade Imobiliária e Turística do Campo de Babxo, SA	885,76
0000042	2012-01-01	070208	511269862	VTM- Agência de Viagens e Turismo, Lda	500,00
					831 813,04

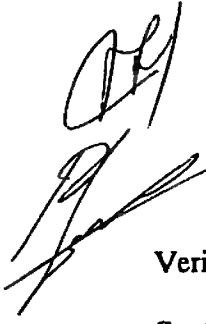


Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.

## ATA NÚMERO SETENTA

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, pelas onze horas, não obstante a Convocatória do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, datada de vinte de fevereiro de dois mil e vinte comunicar aos acionistas que a reunião de Assembleia Geral se realizaria no local habitual, presencialmente. Todavia, na sequência da Resolução número cento e vinte barra dois mil e vinte e da Resolução número cento e vinte e um barra dois mil e vinte, ambas do Conselho de Governo de dezassete e dezanove de março, respetivamente, que determinou a adoção de medidas suplementares mais restritivas para salvaguarda da Saúde Pública, de modo a responder aos novos cenários decorrentes da pandemia relacionada com a doença infeciosa provocada pelo novo Coronavírus, e da Declaração de Alerta em todo o Território da Região Autónoma da Madeira, relacionada com aquela doença infeciosa provocada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e as Declarações de Risco Elevado de disseminação do vírus e propagação da infeção COVID-19 à escala global, na qual, vem no seu ponto

5) Reduzir ao nível mínimo e indispensável o trabalho na Administração Pública, devendo todos os Organismos da Administração Direta, Indireta e do Setor Empresarial da Região, escalar ainda mais os seus Planos de Contingência e as medidas de proteção nele previstas, e ainda, reduzir a presença física de trabalhadores nos Organismos da Administração Pública ao pessoal essencial ao seu funcionamento em regime de serviços mínimos, reforçando as medidas previstas nos números um e dois da Resolução número cento e dezassete barra dois mil e vinte, de dezasseis de março, determinou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que esta Assembleia Geral fosse realizada por meios telemáticos.



Verificando-se que a Assembleia Geral da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A, será realizada através de meios telemáticos, determinou-se que fosse enviado na véspera desta Assembleia a documentação necessária à discussão da Ordem de Trabalhos - nesta se incluindo a explanação elaborada pela Presidente do Conselho de Administração relativamente aos pontos que considerou carecerem de esclarecimentos aos Sócios - a todos os intervenientes, designadamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, os Senhores Representantes dos Sócios (Região Autónoma da Madeira e Município do Porto Santo), Fiscal Único e os Membros Executivos do Conselho de Administração da Sociedade. Mais se determinou, que as considerações e votações fossem remetidas via eletrónica até hora determinada para realização desta Assembleia (onze horas) para o endereço eletrónico [franciscoactaborda@gmail.com](mailto:franciscoactaborda@gmail.com) .-----

Atendendo às restrições impostas pelo Governo Regional da Madeira, no âmbito da Pandemia Covid-19, e respeitando as normas sanitárias exigidas pelas entidades de Saúde, foi declarada aberta a Assembleia Geral da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo convocada nos termos estatutários e da Lei às 11 horas do dia 25 de Março de 2020.-----

Esta Assembleia Geral realizou-se utilizando meios telemáticos, acatando dessa forma todas as imposições legais e recomendações emitidas pelo Governo Regional e autoridades sanitárias, e em acordo com os Senhores Accionistas e com a Senhora Presidente do CA. Como meio alternativo ou complementar para qualquer contacto ou esclarecimento foram também mantidas abertas a via telemóvel em caso de necessidade. Para agilizar o andamento da AG, todos os documentos relevantes para a apreciação e votação dos pontos da ordem de trabalhos foram antecipadamente enviados aos Senhores Accionistas, tendo também sido produzida pela Senhora presidente do

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.

SEDE: VILA BALEIRA – PORTO SANTO

NIPC: 511 131 879

9400-127 PORTO SANTO

Matrícula nº 88/19990728

Conservatória do Registo Comercial do Porto Santo

Folha 3

Conselho de Administração uma Nota Justificativa, enviada igualmente aos Senhores

Accionistas, correspondente aquilo que seria a sua intervenção inicial nesta Assembleia

Geral, dando-lhe a palavra para explanar pessoalmente aos presentes e em particular aos

Senhores Accionistas os principais assuntos sobre a vida da Sociedade e, em particular,

aqueles que se prendem com os pontos da ordem e trabalhos, sobre os quais terão que se

pronunciar e decidir. -----

Pelo acionista Município do Porto Santo, foi comunicado via e-mail pela Senhora Chefe

de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Dra. Ana Bela Santos a posição que

a seguir se transcreve: -----

*Incumbe-me o Presidente em exercício, Pedro de Vasconcelos Freitas, na qualidade de*

*representante do Município nas Assembleias Gerais da SDPS, de transmitir o seguinte:*

*"No seguimento de contactos prévios, vimos por este meio manifestar a impossibilidade da Câmara Municipal do Porto Santo conseguir pronunciar-se relativamente aos documentos e pontos da Assembleia Geral da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, agendada para o dia 25 de março de 2020.-----*

*De facto, tendo sido nomeado para representar a Câmara Municipal nas Assembleias Gerais da Sociedade de Desenvolvimento, mas encontrando-se o Município em serviços mínimos, não foi possível analisar a documentação enviada, a que acresce o facto de me encontrar a assegurar o papel de autoridade máxima de proteção civil do município.-----*

*Ainda referir que qualquer alteração aos estatutos, prevista na minuta da ata, dependeria legalmente de autorização da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, não se encontrando o signatário mandatado para o efeito.".-----*

Reuniram assim, o Acionista Maioritário, os Membros que compõem a Mesa da Assembleia Geral, os Membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único, em Assembleia Geral da Sociedade Anónima denominada por «Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.», pessoa coletiva número 511 131 879,



matriculada na Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Porto Santo sob o mesmo número, capital social integralmente subscrito e realizado de setenta e nove milhões, quinhentos e dezoito mil quinhentos e trinta e cinco euros, representado por quinze milhões, novecentos e três mil setecentos e sete ações, no valor nominal de cinco euros cada, com a estrutura acionista composta pela Região Autónoma da Madeira detentora de noventa e oito vírgula setenta e quatro por cento do capital e o Município do Porto Santo detentor de um vírgula vinte e seis por cento do capital, (a “Sociedade”): Esteve presente, mediante meio de comunicação telemático, o Engenheiro João Pedro Castro Fino, Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, em representação da Acionista Região Autónoma da Madeira, detentora de noventa e oito vírgula setenta e quatro por cento do capital social, devidamente mandatado pela Resolução do Conselho do Governo Regional número noventa e três barra dois mil e vinte, aprovada em plenário de nove de março de dois mil e vinte, encontrando-se a maioria do Capital Social.

Presidiu à presente Assembleia, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Engenheiro Francisco António Caldas Taboada, o qual foi secretariado pelo Dr. Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara, Secretário da Mesa da Assembleia Geral, ambos presentes por meios virtuais de comunicação.

Estiveram ainda a par dos trabalhos desta Assembleia, sem direito de voto, todos os Membros do Conselho de Administração com Funções Executivas, encontrando-se todos em contato pelos referidos meios de comunicação telemática.

O Fiscal Único MGI & ASSOCIADOS, SROC, Lda., fez-se representar pela Dra. Maria Ema da Assunção Palma, devidamente mandatada com instrumento de representação, a qual esteve presente pelos meios de comunicação virtual no local onde se encontrava e com acesso remoto.

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.

SEDE: VILA BALEIRA – PORTO SANTO

NIPC: 511 131 879

9400-127 PORTO SANTO

Matrícula nº 88/19990728

Conservatória do Registo Comercial do Porto Santo

Os pontos da ordem de trabalhos, expostos e que foram previamente enviados a cada um dos intervenientes e mais concretamente:-----

Folha 4

**Ponto Um:** Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício do ano de 2019 e decidir sobre a aplicação dos respetivos resultados; -----

**Ponto Dois:** Deliberar sobre o plano de atividades e orçamento plurianual 2020-2022 da sociedade; -----

**Ponto Três:** Deliberar sobre a alteração do contrato social e dos Estatutos da Sociedade;

**Ponto Quatro:** Deliberar sobre a injeção de capital, sob a forma de prestações acessórias, pela acionista Região Autónoma da Madeira para cobertura previsional de prejuízos no ano de 2020 e delegação de poderes na Presidente e na Vogal do Conselho de Administração, para outorga do respetivo contrato;-----

**Ponto Cinco:** Deliberar sobre a conversão dos contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira em prestações acessórias do acionista Região Autónoma da Madeira para cobertura previsional de prejuízos nos anos de 2016 a 2019 e delegação de poderes na Presidente e na Vogal do Conselho de Administração, para outorga do respetivo contrato; -----

**Ponto Seis:** Apreciar e deliberar sobre o campo de golfe e prédios adjacentes;-----

**Ponto Sete:** Apreciar e deliberar sobre o acordo de transação entre o Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários, S.A., Região Autónoma da Madeira e a Sociedade; -----

**Ponto Oito:** Apreciar, discutir e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a sociedade. -----

Verificando estarem cumpridas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, não obstante as medidas tomadas em face das excepcionais circunstâncias supra referidas, o Presidente da Mesa informou que se encontrava devidamente representada a acionista



detentora de noventa e oito vírgula setenta e quatro por cento do capital social da Sociedade, concluindo que a presente Assembleia se encontrava em condições de reunir e deliberar nos termos do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais. Foi dado início à sessão para deliberar sobre os assuntos da Ordem de Trabalhos. -----

Não tendo sido suscitada qualquer questão prévia pelos Representantes dos Acionistas presentes, passou-se de imediato, à apreciação e votação da matéria agendada no Ponto Um da ordem de trabalhos. -----

Recebidas as mensagens eletrónicas remetidas pela Accionista, foram as mesmas remetidas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral aos demais. Da mensagem da Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, remetida em conjunto com a demais documentação na véspera desta Assembleia, e com relevância para a apreciação e votação deste Ponto Um da Ordem de Trabalhos, resultou que, esta informou a Assembleia Geral sobre os principais indicadores da atividade da empresa, plasmados no Relatório de Gestão e Contas referente ao Exercício do ano Económico de dois mil e dezanove, anexo à presente ata. Evidenciou o Interesse Público das infraestruturas e equipamentos, os quais fomentam a promoção, desenvolvimento económico, social e ambiental e contribuem para esbater a sazonalidade na ilha do Porto Santo, com especial destaque para o Campo de Golfe, eleito conjuntamente com os demais Campos de Golfe da Região Autónoma da Madeira, "*World's Best Emerging Golf Destination 2019*", atribuído pelos *World Golf Awards*. -----

Nessa mesma comunicação eletrónica, e relativamente às Contas, também devidamente explicitadas no Relatório de Gestão e Contas referentes ao ano de dois mil e dezanove, e auditadas pelo Fiscal Único, referiu que o balanço evidencia um ativo de cinquenta e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e oitenta e

**Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.**

**SEDE: VILA BALEIRA – PORTO SANTO**

**9400-127 PORTO SANTO**

**Matrícula nº 88/19990728**

**NIPC: 511 131 879**

**Conservatória do Registo Comercial do Porto Santo**

cinco cêntimos e um passivo de cinquenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e setenta e oito euros e seis cêntimos, ascendendo o Património Líquido a dois milhões, quinhentos e dez mil, quatrocentos e sete euros e setenta e nove cêntimos.-----

Folha 5

Quanto à Demonstração de Resultados, também referiu na sua comunicação que os rendimentos ascenderam a um milhão, cento e quinze mil, duzentos e trinta e um euros, e os gastos a cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e sete euros, perfazendo um resultado negativo de três milhões, cento e sessenta e sete mil e noventa e três euros. Contribuíram essencialmente para este resultado, a alienação do Edifício do Porto Santo ao Município do Porto Santo e os resultados transitados.-----

Mais informou que, o EBITDA foi de menos três milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e dois euros, o que traduz, que os rendimentos operacionais não foram suficientes para a cobertura dos gastos operacionais no ano de dois mil e dezanove.-----

Na sua comunicação eletrónica, o Representante do Fiscal Único remeteu as suas considerações, para o teor do Relatório da Certificação Legal de Contas. -----

A Presidente do Conselho de Administração informou os Acionistas, que o acumular de prejuízos ameaça o equilíbrio do Capital Próprio da Sociedade, nos termos do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo que, em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove, o Património Líquido atingiu o valor de dois milhões, quinhentos e dez mil, quatrocentos e sete euros e setenta e nove cêntimos.-----

Propõe ainda, transferir o Resultado Líquido Negativo no referido valor de três milhões, cento e sessenta e sete mil, noventa e dois euros e cinquenta e sete cêntimos, para a conta de resultados transitados. -----



Da comunicação rececionada resultou que, foi pelo Representante da Acionista Região Autónoma da Madeira comunicado que, Voto: Em Representação da Região, aprovamos o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício do ano de dois mil e dezanove, bem como a Proposta de Aplicação dos respetivos Resultados. -----

No que concerne à apreciação, discussão e votação do Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, a Presidente do Conselho de Administração apresentou na sua comunicação, o Plano de Atividades e o Orçamento Plurianual para o ano de dois mil e vinte barra dois mil e vinte e dois, referindo que os mesmos assentam nas seguintes premissas:-----

A permanência da função de Acionista Maioritária exercida pela Região Autónoma da Madeira e poderes da tutela exercidos pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, articulação que se pretende estável com a tutela, em cumprimento das orientações de Gestão e do Cumprimento do Programa do Décimo Terceiro Governo Regional, e demais documentos estratégicos para a Região Autónoma da Madeira com impacto nas atribuições e competências da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., em termos do desenvolvimento de atividades e do seu financiamento, designadamente o fixado no Orçamento da Região para o ano de dois mil e vinte. Face à Situação de Emergência resultante do COVID 19, e às restrições Orçamentais impostas pela Resolução número cento e dezasseis barra dois mil e vinte, do Conselho de Governo, reunido extraordinariamente, em plenário na tarde de treze de março de dois mil e vinte e publicada no JORAM de dezasseis de março. -----

No que se refere aos grandes objetivos para o Exercício de dois mil e vinte barra dois mil e vinte e dois, a Senhora Presidente referiu que o Conselho de Administração da Sociedade, havia definido três grandes Objetivos Estratégicos, a saber: -----

1. Contribuir para o desenvolvimento sustentado do Porto Santo, reforçando a gestão integrada de empreendimentos, envolvendo diferentes parceiros; -----

2. Promover o equilíbrio económico-financeiro da empresa, rationalizando os custos e potenciando a receita, não obstante os constrangimentos previstos por conta do novo Coronavírus (SARS- -CoV-2); -----

3. Melhoria do Modelo de Gestão, orientando a empresa para os resultados e qualidade do serviço prestado.-----

A análise Financeira e Económica previsional, não poderá neste momento ser considerada, face à enorme incerteza, e aos impactos que advirão nos Resultados Financeiros da Sociedade que com certeza se farão sentir, resultantes do encerramento das Infraestruturas da Sociedade, quer das que a Sociedade dispõe sob Gestão Direta, quer naquelas Infraestruturas que se encontram na esfera Privada sob a forma de concessão, arrendamento ou outro, impactos que se farão sentir por conta da dissimilação da doença infeciosa provocada pelo novo Coronavírus designado COVID-19 à escala global, originando Declaração de uma Emergência de Saúde Pública de âmbito Internacional, qualificada atualmente pela Organização Mundial da Saúde como pandemia.-----

O Plano de Atividades para o ano dois mil e vinte barra dois mil e vinte e dois, apresenta um esforço muito grande da empresa em promover e melhorar a eficiência, em todos os níveis dos seus negócios, com especial ênfase no Porto Santo Golfe, onde já havia atingido o *breakeven* operacional. Contudo, face ao seu encerramento preventivo desde o passado dia dezassete do corrente mês, e sem data de reabertura do mesmo, com a Operação com a Escandinavia interrompida pelos motivos conhecidos, naturalmente que se prevê uma gestão deficitária no ano de dois mil e vinte.-----

A Senhora Presidente do Conselho de Administração referiu que a acrescer, e no que concerne às Infraestruturas que a Sociedade dispõe na Ilha do Porto Santo, as que se encontram em Administração e Gestão Direta, encontram-se encerradas ou em Gestão



Mínima, somente acautelados os serviços mínimos de funcionamento e manutenção. ----

Será intenção deste Conselho de Administração, tendo em vista melhores performances de Gestão Pública, melhorar todos os processos de Controlo de Gestão Internos por forma a promover uma maior racionalização de todos os recursos da empresa, potenciando desta forma economias e melhorias nos resultados operacionais da empresa, não obstante a imprevisibilidade gerada pela doença provocada pelo COVID 19, a qual no presente, ainda não se vislumbra o seu desfecho e as consequências que advirão após o seu controle, quer do ponto de vista Social e Económico, com naturais impactos para a Gestão da Sociedade. -----

A Presidente do Conselho de Administração destacou ainda, no âmbito do Plano de Atividades da Sociedade para dois mil e vinte barra dois mil e vinte e dois, que seria uma pretensão deste Conselho de Administração, adotar uma postura ainda mais ativa, no sentido de procurar novos investidores que viessem explorar sob a forma de concessão ou alienação, os equipamentos e demais ativos da Sociedade, e neste em particular, salientou ainda que o Conselho de Administração, fruto de muito trabalho de prospecção não só a nível Nacional como a nível Internacional, esteve muito otimista para algumas negociações ocorridas no ano de dois mil e dezanove. Contudo, receia que as mesmas venham a ter um volte face devido ao impacto e à incerteza gerada pela Pandemia – COVID 19 nos Agentes Económicos. -----

Analizado e colocado à discussão, foi deliberado aprovar pelo Representante da Acionista Região Autónoma da Madeira, o Plano de Atividades e Investimentos, ficando por aprovar o Orçamento Plurianual face às diretivas emanadas pela Resolução número cento e dezasseis barra dois mil e vinte e pelo evoluir da crise e a disponibilização de financiamento para grandes investimentos. -----

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.

SEDE: VILA BALEIRA – PORTO SANTO

NIPC: 511 131 879

9400-127 PORTO SANTO

Matrícula nº 88/19990728

Conservatória do Registo Comercial do Porto Santo

Da comunicação rececionada resultou que, foi pelo Representante da Acionista Região

Folha 7

Autónoma da Madeira comunicado que, **Voto: Aprovamos o plano de atividades e orçamento plurianual 2020-2022 da Sociedade, no entanto ressalvamos, que dada a incerteza do momento, face à Pandemia pelo Covid-19, o seu cumprimento poderá estar condicionado.**-----

Relativamente ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos sobre a alteração dos Estatutos da Sociedade, foi também remetida aos Acionistas a seguinte proposta apresentada pelo Conselho de Administração:-----

Considerando a conveniência em aditar um artigo sobre prestações acessórias, propõe-se que seja deliberado alterar os Estatutos da Sociedade, aditando um artigo 5º - A, entre os atuais artigos 5º e 6º, com a seguinte redação: -----

**Artigo 5º - A**

**(PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS)**

1. A Assembleia Geral pode deliberar a realização pelos Acionistas de Prestações Acessórias de Capital, pecuniárias, até ao montante máximo de duzentas vezes o valor do Capital Social, e serão exigidas aos Acionistas de forma proporcional à participação dos Acionistas na Sociedade, mediante deliberação tomada por maioria de dois terços dos votos correspondentes ao Capital Social. -----

2. A obrigação de realizar as Prestações Acessórias de Capital vence-se trinta dias após a data da Deliberação ou em outras datas de vencimento estabelecidas ou determinadas.-----

3. As Prestações Acessórias de Capital serão gratuitas, salvo se deliberado diversamente pelo quórum previsto no número um.-----



4. As Prestações Acessórias de Capital, a realizar nos termos deste preceito, não podem ser reembolsadas à custa da situação líquida da Sociedade, formada pelo Capital Social e pelas reservas legais obrigatórias que tenham sido entretanto constituídas.--

5. Pela mesma maioria prevista no número um deste artigo, pode igualmente ser Deliberada a conversão de quaisquer Créditos em Prestações Acessórias de Capital, ficando estas sujeitas ao disposto neste preceito Estatutário e na Lei Aplicável. -----

Prestados os esclarecimentos pelo Conselho de Administração sobre o conteúdo, na comunicação da Presidente do Conselho de Administração, e submetido à votação, foi pelo Representante da Acionista Região Autónoma da Madeira, comunicado que:

**Voto:** Aprovamos a alteração do contrato social e dos estatutos da sociedade, de acordo com a redação proposta e nos termos legais. -----

No que concerne à apreciação, discussão e votação do Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, resulta da comunicação da Presidente do Conselho de Administração, que a Sociedade se deparará com dificuldades de tesouraria, para fazer face ao pagamento de salários, fornecimentos e serviços externos, pequenos investimentos e ao cumprimento das obrigações decorrentes do serviço da dívida que se vence em dois mil e vinte.-----

A Presidente do Conselho de Administração prosseguiu referindo que, por este motivo, e para evitar as custas e demais implicações inerentes ao recurso às vias Judiciais, propõe a injeção de Capital para a Cobertura de Prejuízos Acumulados, nos termos do disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, no valor de 6.921.668,00 € (seis milhões, novecentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e oito euros) no ano de dois mil e vinte, a ser entregue ao longo do corrente ano, conforme os pedidos, efetuados pela Sociedade e orientações da Vice-Presidência do Governo Regional de treze de fevereiro de dois mil e vinte.-----

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.

SEDE: VILA BALEIRA – PORTO SANTO

NIPC: 511 131 879

9400-127 PORTO SANTO

Matrícula nº 88/19990728

Conservatória do Registo Comercial do Porto Santo

Da comunicação rececionada resultou que, foi pelo Representante da Acionista Região Autónoma da Madeira comunicado que, **Voto:** Conforme deliberado no Conselho de Governo, Resolução nº 126/2020, autorizamos a injeção de capital, sob a forma de prestações acessórias, desde que respeitem a intangibilidade do capital social, e delegamos poderes na Presidente e na vogal do Conselho de Administração, para a outorga do respetivo contrato.-----

Folha 8

Autónoma da Madeira comunicado que, **Voto:** Conforme deliberado no Conselho de Governo, Resolução nº 126/2020, autorizamos a injeção de capital, sob a forma de prestações acessórias, desde que respeitem a intangibilidade do capital social, e delegamos poderes na Presidente e na vogal do Conselho de Administração, para a outorga do respetivo contrato.-----

Entrando no Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos, a Presidente do Conselho de Administração solicitou a Conversão dos Contratos de Mútuo (cujas datas para início de reembolso já se encontram vencidas) no montante de 20.580.935,79€ (vinte milhões, quinhentos e oitenta mil, novecentos e trinta e cinco euros e setenta e nove cêntimos), sejam convertidos em Prestações Acessórias, nos termos do disposto no artigo 287º do Código das Sociedades Comerciais.-----

A operação ora proposta não gera qualquer Fluxo Financeiro, porquanto o mesmo ocorreu aquando da celebração dos Contratos de Mútuo, mas o correspondente registo contabilístico, e por consequência, terá impacto no cumprimento do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.-----

Submetido à votação este Ponto da Ordem de Trabalhos, foi pelo Representante da Acionista Região Autónoma da Madeira comunicado que, **Voto:** Aprovamos a conversão dos contratos de mútuo em prestações acessórias, nos termos do disposto no artigo 235º do código das sociedades comerciais, delegando poderes na Presidente e na vogal do Conselho de Administração para a outorga do respetivo contrato.-----

Atendendo à apreciação, discussão e votação do Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, onde se pretende deliberar sobre o Campo de Golfe e prédios adjacentes, foi referido pela Presidente do Conselho de Administração na sua comunicação, que face a esta imprevisibilidade acometida pela doença causada pelo COVID 19, e pelas



consequências que previsivelmente se enunciam, tal como seja uma recessão económica com consequências naturais no turismo, é pretensão deste Conselho de Administração continuar na regularização dos prédios rústicos que se encontram por regularizar tendo em vista o procedimento.

Da comunicação rececionada resultou que, foi pelo representante da Acionista Região Autónoma da Madeira comunicado que, **Voto: Aprovamos e louvamos a iniciativa do conselho de administração da sociedade em proceder à regularização patrimonial dos prédios rústicos que se encontram por regularizar.**

Reportando-nos à apreciação, discussão e votação do Ponto Sete da Ordem de Trabalhos, onde se pretende deliberar sobre o Acordo de Transação entre o Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários, S.A., Região Autónoma da Madeira e a Sociedade, o Conselho de Governo, através da Resolução número mil cento e sessenta e oito barra dois mil e dezoito de vinte e um de dezembro de dois mil e dezoito, autorizou a Celebração da Convenção de Arbitragem, constituída pela Região Autónoma da Madeira, pela Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. e pela Sociedade Comercial por Quotas “Pico de Baixo e Penedo, Investimentos Imobiliários, Lda.” e aprovou a minuta da Convenção de Arbitragem, sendo referido pela Presidente do Conselho de Administração da Sociedade que foi homologado por Sentença. Na sequência da citada Resolução, o Conselho do Governo reunido em Plenário aos dezoito de setembro de dois mil e dezanove, aprovou a Resolução número oitocentos e vinte e três barra dois mil e dezanove, através da qual, aprovou a Minuta de Transação no âmbito do Processo de Arbitragem Voluntária, mandatando a Dra. Élia Ribeiro para, em nome e Representação da Região Autónoma da Madeira e nos termos da Resolução do Conselho do Governo número mil cento e sessenta e oito barra dois mil e dezoito, de

**Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.**

**SEDE: VILA BALEIRA – PORTO SANTO**  
**9400-127 PORTO SANTO**

**NIPC: 511 131 879**

**Matrícula nº 88/19990728**

**Conservatória do Registo Comercial do Porto Santo**

vinte de dezembro desse mesmo ano, Outorgar e Assinar o referido Documento e toda a  
Documentação necessária à sua Efetivação. -----

**Folha 9**

Analisado este Ponto, foi deliberado pelo Representante da Acionista Região Autónoma  
da Madeira, expresso na sua comunicação rececionada, comunicado que,

**Voto:** Considerando o deliberado no Conselho de Governo, resoluções nºs 1168/2018 e  
823/2019, depois de concluído o pedido de esclarecimentos e consequente fiscalização  
que decorre neste momento no Tribunal de Contas, e após a consequente validação de  
todos os procedimentos adotados, autorizamos o conselho de administração da  
sociedade em executar o acordo de transação homologado pelo tribunal Ad-Hoc. -----

No que concerne à apreciação, discussão e votação do Ponto Oito da Ordem de  
Trabalhos, onde se pretende apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para  
a Sociedade, a Presidente do Conselho de Administração, em nome do Conselho de  
Administração, gostaria de registar em Ata um voto de louvor e de agradecimento ao  
Fiscal Único MGI & ASSOCIADOS, SROC, Lda., em especial à Dra. Maria Ema da  
Assunção Palma pelo seu elevado profissionalismo, sentido de missão e pelo empenho e  
dedicação demonstrado ao longo dos vários anos que foram exercidas funções na  
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.. -----

Por lapso, na comunicação enviada pelo representante da Acionista Região Autónoma  
da Madeira, o Senhor Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas,  
Engenheiro João Pedro Castro Fino, não foi inserido o sentido de voto relativamente ao  
Ponto referido. Verificando a mencionada falta, o Senhor Presidente da Mesa da  
Assembleia Geral, Engenheiro Francisco António Caldas Taboada, contatou via  
telefone o Representante da Acionista e questionado sobre o sentido de voto referente  
ao Ponto 8, pelo mesmo foi dito aprovar o voto de louvor proposto pela Senhora  
Presidente do Conselho de Administração. -----



**Neste contexto, verifica-se que todos os Pontos da Ordem de Trabalhos foram aprovados por uma maioria de noventa e oito vírgula setenta e quatro por cento, participação detida pela Acionista maioritária, Região Autónoma da Madeira.**

Nada mais havendo a acrescentar dou por encerrada a Assembleia Geral, agradecendo a todos os presentes a sua colaboração com a Sociedade e desejando ao Conselho de Administração, o maior sucesso na prossecução dos objectivos da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, neste tempos que se adivinham deveras difíceis e que vão exigir de todos um redobrado esforço e dedicação, com enormes desafios, aos quais, estou certo, este Conselho de Administração e todos os Colaboradores da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo saberão responder.

Agradeço também e estou certo de que os Acionistas Região Autónoma da Madeira e Município do Porto Santo, e pessoalmente, o Senhor Secretário da Tutela Engenheiro João Pedro Castro Fino e o Senhor Vereador Pedro de Vasconcelos Freitas, não deixarão de apoiar a Sociedade, como aliás têm feito até agora, neste futuro que se adivinha incerto e exigente.

Obrigado a todos e em particular à Senhora Dra. Nivalda Gonçalves, ao Senhor Dr. Pedro Câmara e aos Colaboradores da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, pela colaboração prestada na elaboração dos documentos e informações que permitiram que esta Assembleia Geral se realizasse, na data marcada, apesar das contingências a que todos estamos sujeitos.

O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Geral tratará de elaborar a lista de presenças e a Ata desta Assembleia.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão da Assembleia Geral da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo dada por encerrada às doze horas, tendo sido lavrada a

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A.

SEDE: VILA BALEIRA – PORTO SANTO

NIPC: 511 131 879

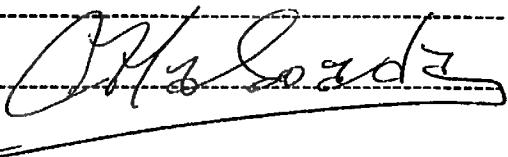
9400-127 PORTO SANTO

Matrícula nº 88/19990728

Conservatória do Registo Comercial do Porto Santo

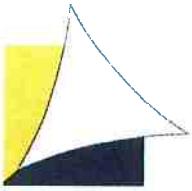
presente ata que, depois de lida e aprovada, é firmada pelo Presidente e Secretário da  
Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral-----



O Secretário da Mesa da Assembleia Geral-----





MW  
+  
SH

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.

**Declaração do Órgão de Gestão**

25 de março de 2020

À atenção de

**MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA**

Rua Augusto Macedo, 10 C, Escritório 1  
1600-794 LISBOA

Exmos. Senhores,

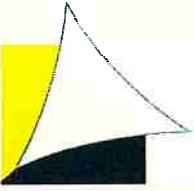
A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A., (a Entidade)**, relativas a 31 de dezembro de 2019, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materiais, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP).

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa da Entidade, as demonstrações orçamentais, que apresentam a demonstração do desempenho orçamental, e a demonstração da execução da receita e da despesa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno adequado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

**1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS**

- 1.1.** Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e adequada de acordo com essas normas.
- 1.2.** Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- 1.3.** As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras do período do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação adequada, tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.4.** Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.



**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.**

**1.5. Não existem:**

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
- Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;

**1.6. A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.**

**1.7. Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.**

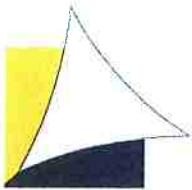
**1.8. Demos-vos conhecimento dos critérios estabelecidos para levar a cabo testes de imparidade e, se necessário, para quantificar e reconhecer eventuais perdas por imparidade que sejam necessárias para reduzir ativos, em particular, os ativos fixos tangíveis, as contas a receber e os inventários às quantias recuperáveis. Entendemos que os referidos critérios são adequados e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são completas, verdadeiras e apropriadas.**

**1.9. Confirmamos que não foram reconhecidas despesas que devam ser consideradas confidenciais ou não devidamente documentadas.**

**1.10. A Entidade não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas, e apenas, as transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Entidade, em 31 de dezembro de 2019.**

**1.11. Para além do descrito nas notas 9 do relatório de gestão e 17 do anexo, não se verificaram outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2019, e até à data de aprovação das demonstrações financeiras, que requeiram ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.**

**1.12. Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras, e até à data desta Declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas, para além dos ajustados ou divulgados, que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.**



MW  
AF

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.

- 1.13.** Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
- 1.14.** Tomámos conhecimento da minuta da vossa Certificação Legal das Contas, que inclui uma opinião com reservas, Incerteza material relacionada com a continuidade, Outras Matérias e relato das demonstrações orçamentais como segue:

**Bases para a opinião com reservas**

"1. Os ativos fixos tangíveis no montante de cerca de 37.567 milhares de euros (líquidos de amortizações), referem-se essencialmente a terrenos e edifícios, afetos a empreendimentos de "interesse público para a região", cuja rentabilização e/ou recuperação não é suscetível de ser garantida uma vez que os seus resultados de exploração são deficitários. Na ausência de avaliações financeiras, não nos é possível aferir qual o montante de perdas por imparidade eventualmente necessárias.

2. Em inventários estão registados os terrenos e construção do denominado "Projeto Porto Santo Golf Resort 1<sup>a</sup> fase", cujo montante ascende a cerca de 5.533 milhares de euros. Uma vez que ainda não estão disponíveis projeções de resultados do modelo da exploração futura, não nos é possível concluir pela sustentabilidade deste projeto e consequentemente qual o montante de perdas por imparidade eventualmente necessárias caso as projeções venham a revelar-se deficitárias.

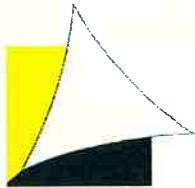
3. Em outras contas a receber estão registados saldos a recuperar de entidades relacionadas (Sociedade de Desenvolvimento Ponta do Oeste e Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento) no montante global aproximado de 9.915 milhares de euros, que dada a sua antiguidade, e a situação económico financeira dessas entidades, desconhecemos a forma e prazo de realização dos mesmos.

4. Em janeiro de 2020, a SDPS submeteu a fiscalização prévia do Tribunal de Contas o acordo denominado "Transação Arbitragem Voluntária" assinado em outubro de 2019 entre a SDPS, a RAM e um terceiro, o qual prevê a aquisição pela SDPS de um terreno pelo montante global de 5.670 milhares de euros. Este acordo foi outorgado após decisão proferida em tribunal arbitral que envolvia o referido terreno e uma indemnização por lucros cessantes onde se previa um valor superior ao fixado no acordo. Dadas as dúvidas levantadas, o Presidente do tribunal arbitral, veio esclarecer que o montante acordado de 5.670 milhares de euros compreende 806 milhares de euros como valor atribuído ao terreno e 4.864 milhares de euros a título de indemnização por danos causados e pelos lucros cessantes derivados da ocupação do terreno pela SDPS durante 15 anos.

Não obstante os termos da operação terem sofrido alterações de natureza quantitativa e qualitativa, e não obstante o Tribunal de Contas ainda não se ter pronunciado, consideramos que as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2019 deveriam espelhar a responsabilidade da SDPS, pelo que, com base na última decisão conhecida, consideramos que o ativo está subavaliado em 806 milhares de euros, que o passivo está subavaliado em 5.670 milhares de euros e que o resultado do exercício está subavaliado em 4.864 milhares de euros.

**Incerteza material relacionada com a continuidade**

*mz  
gr*



## SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

Continuam em curso as diligências legais e demais procedimentos, nomeadamente no que respeita a aspectos relacionados com questões patrimoniais e a autorização previa das instituições de crédito, com vista à concretização da operação de fusão das quatro sociedades de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira. Adicionalmente, e conforme mencionado no relatório de gestão, a natureza da atividade da sociedade, assente na gestão direta e indireta dos seus empreendimentos construídos, numa missão de interesse público na Região tem conduzido sistematicamente a uma exploração deficitária desses equipamentos e por isso não satisfaz, nem poderia satisfazer, um eventual compromisso de autofinanciamento. Assim, em 31 de dezembro de 2019, a sociedade encontra-se abrangida pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, na medida em que se encontra perdida mais de metade do capital social. O acionista Região Autónoma da Madeira (RAM) celebrou com a Sociedade contratos de mútuo, já vencidos, no montante de 20.581 milhares de euros, os quais com base em orientações do Governo Regional serão convolados, em 2020, em prestações acessórias de capital para cobertura de prejuízos acumulados. Desta forma, a continuidade das operações da sociedade depende do continuado apoio financeiro do acionista RAM, bem como do modelo de fusão que vier a ser adotado.

### Outras Matérias

A Certificação Legal das contas do exercício anterior continha uma reserva por limitação de âmbito, relativa à dúvida sobre a suficiência do montante de perdas por imparidade, registado aquela data, relativamente aos saldos a receber do Município do Porto Santo, face às negociações que existiam tendentes à celebração de um acordo de pagamento. Em 2019 esta reserva deixou de se aplicar na medida em que, com base no acordo firmado, a SDPS recebeu cerca de 665 milhares de euros, e procedeu à emissão de notas de crédito no montante global de 1.406 milhares de euros, registadas em outros gastos e perdas (943 milhares de euros); em redução de prestações de serviços (463 milhares de euros), com a consequente, reversão das perdas por imparidade registadas no montante de 437 milhares de euros.”

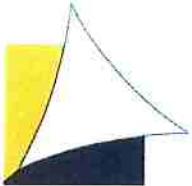
**1.15** As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação e divulgação das demonstrações financeiras não se alteram pelo facto de estas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma verdadeira e apropriada a informação financeira e a certificação legal das contas.

## 2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

### 2.1. Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

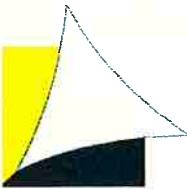
**2.2.** Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.



M  
S  
F

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.

- 2.3.** Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.
- 2.4.** Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os membros do órgão de gestão, diretores ou empregados.
- 2.5.** Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.
- 2.6.** Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas, reais ou potenciais, cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.
- 2.7.** Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.8.** Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.9.** Tomámos em consideração, entre outros aspetos, as informações prestadas pelos advogados com quem a Entidade tem relações (dentro e fora do território nacional), pelo que confirmamos que é completa a lista destes advogados que vos foi fornecida, a saber: Abreu & Advogados; Dr. David Gomes Nunes e Tranquada Gomes, Sociedade de Advogados e Sérvulo Correia.
- 2.10.** Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais as quais evidenciam os resumos de todas as deliberações tomadas por esse órgão nas reuniões realizadas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pela Assembleia Geral de dia 30 de dezembro de 2019 correspondente à ata nº 69 e a reunião do Conselho de administração do dia 25 de março de 2020, correspondente ao nº 18.



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO  
DO PORTO SANTO, S.A.

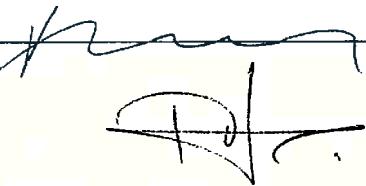
- 2.11.** Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.12.** Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- 2.13.** Não temos projetos ou intenções:
- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
  - que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
  - de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções, dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.
- 2.14.** Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.
- 2.15.** Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.
- 2.16.** A Entidade cumpriu as obrigações derivadas de acordos, contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
- 2.17.** Confirmamos que a Entidade não detém quaisquer outras contas bancárias para além das evidenciadas nos registo contabilísticos.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

**Pelo Órgão de Gestão:**

Assinatura de um titular do órgão de gestão com poderes de representação da Entidade

Nicaric Gonçalves



Exmo. Conselho de Administração da  
**SOCIEDADES DE DESENVOLVIMENTO DA MADEIRA**  
Av Zarco – Edifício do Governo Regional – 3º andar  
9004-527 FUNCHAL

### **CARTA DE COMPROMISSO DE AUDITORIA**

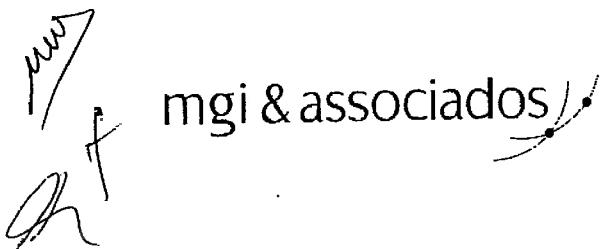
Lisboa, 17 de dezembro de 2019

No âmbito do contrato em vigor, propomo-nos continuar o trabalho de Revisão Legal das contas que temos vindo a desenvolver, na **PONTA DO OESTE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA, S.A.**, bem como da **SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**; da **SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, S.A.** e da **SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA NORTE DA MADEIRA**, em referência a 31 de dezembro de 2019.

Esta carta de compromisso, visa confirmar o nosso entendimento sobre a preparação da auditoria às demonstrações financeiras conducente à emissão da nossa Certificação Legal das Contas, bem como dos relatórios trimestrais nos termos da legislação em vigor.

Iremos proceder à auditoria do balanço da sociedade em referência a 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa, anexo e relatório de gestão com o objectivo de expressar uma opinião sobre as peças em questão. É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

O exame a que procederemos será efectuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que determinam que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Desta forma a nossa auditoria incluirá também a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas,



MGI & Associados, SROC, Lda  
Rua Augusto Macedo nº 10 C esc 1  
1600-794 Lisboa, Portugal  
Tel.: +351 21 194 11 12  
geral@mgi.pt  
[www.mgi.pt](http://www.mgi.pt)

baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão de Gestão, utilizadas na sua preparação assim como a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Irá ser efectuada a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

O nosso exame abrangerá ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

Os nossos procedimentos incluirão testes sobre a evidência documental suportando as transacções registadas nas contas e confirmação directa por carta (ou equivalente) dos valores a receber e a pagar e de eventuais responsabilidades, para uma amostra a seleccionar de terceiros, incluindo advogados, bancos e seguradoras. Iremos verificar a questão da continuidade das operações e os eventos subsequentes entre a data do Balanço e a data do nosso relatório de auditoria. Na conclusão do nosso trabalho iremos solicitar um conjunto de representações por escrito da vossa parte a respeito das demonstrações financeiras e certos aspectos relacionados com as mesmas, consubstanciada numa Declaração do Órgão de Gestão, que incluirá um quadro anexo com os ajustamentos relevantes e não efetuados, se aplicável.

A nossa auditoria está sujeita ao risco de que erros e distorções materialmente relevantes, incluindo fraude, possam ocorrer e não venham a ser detectados, embora os nossos procedimentos procurem controlar estes riscos. Iremos informar-vos de quaisquer irregularidades ou situações anómalas que detetemos, a menos que as mesmas não sejam materialmente relevantes.

A nossa auditoria será conduzida na base de que o Órgão de Gestão reconhece e comprehende que tem a responsabilidade pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e, como referido acima, pelo controlo interno que assume ser necessário para preparar demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro e de nos proporcionar acesso a toda a informação relevante de que tenha conhecimento para a preparação das demonstrações financeiras, como regtos, documentos e outros itens relevantes, incluindo o acesso irrestrito a pessoas que dentro da entidade determinemos ser necessário contactar para ter prova de auditoria e aos sistemas de controlo de dados da empresa (SI), processamentos de salários e outra informação considerada relevante por nós.

O nosso relatório de auditoria utilizará, conforme aplicável, os modelos previstos nos apêndices da ISA 700 (Revista) – Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras, ISA 701 – Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente, ISA 705 (Revista) – Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente ou ISA 706 (Revista) – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outras Matérias no Relatório do Auditor Independente, em sintonia com as Guias de aplicação técnica nº 1 e nº 6 emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Caso a opinião não seja modificada relataremos que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira das

**Sociedades de Desenvolvimento** atras enumeradas, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. No entanto, a forma e conteúdo do nosso relatório poderão de ter de ser alterados em função das conclusões de auditoria.

A nossa auditoria está programada para incluir cerca de duas semanas em Dezembro e duas semanas entre Fevereiro e março de 2020, incidindo sobre o planeamento da auditoria, controlo interno, circularizações e trabalho do encerramento das contas. Estas datas serão confirmadas e ajustados convosco antecipadamente.

O interlocutor indicado pela vossa parte para os contactos no âmbito do nosso trabalho é a Dra Fátima Carvalho e Dra Rita Gouveia sendo através desta pessoa que trataremos do enquadramento das questões da auditoria.

Estaremos ao vosso dispor ao longo do exercício para discutir questões contabilísticas, fiscais ou económicas que sejam relevantes para as empresas e com reflexo na nossa análise das demonstrações financeiras.

A nossa firma assegura regras e procedimentos ao nível da independência e confidencialidade da auditoria e dos assuntos tratados no âmbito do trabalho efetuado.

Os nossos honorários para o exercício de 2019 relativos aos serviços de auditoria, serão globalmente de 24.000€ (6.000€ por cada sociedade), faturados nos termos do contrato, a que acrescerá IVA à taxa legal.

Esperamos que os serviços de auditoria que iremos prestar correspondam às vossas melhores expectativas.

Se esta carta não expressar correctamente o vosso entendimento dos trabalhos a realizar ou se tiverem algumas dúvidas que queiram ver esclarecidas, estamos inteiramente à vossa disposição para prestar esclarecimentos. Agradecemos que, caso estejam de acordo nomeadamente com as nossas e vossas responsabilidades respectivas, nos devolvam esta carta assinada pelo Órgão de Gestão.

Atenciosamente,

---

Maria Ema de Assunção Palma, em representação de:  
**MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA**

Tomámos conhecimento e estamos integralmente de acordo com o conteúdo desta carta

*NiJaéla gomeaevs*  
X *[Signature]* *[Signature]*  
Pelo Órgão de Gestão

*FCCP*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 57.332.585,85 euros e um total de património líquido de 2.510.407,79 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.167.092,57 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 3 e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas no parágrafo 4, na seção "Bases para opinião com reservas", abalxo, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**, em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Os ativos fixos tangíveis no montante de cerca de 37.507 milhares de euros (líquidos de amortizações), referem-se essencialmente a terrenos e edifícios, afetos a empreendimentos de "interesse público para a região", cuja rentabilização e/ou recuperação não é suscetível de ser garantida uma vez que os seus resultados de exploração são deficitários. Na ausência de avaliações financeiras, não nos é possível aferir qual o montante de perdas por imparidade eventualmente necessárias.

2. Em inventários estão registados os terrenos e construção do denominado "Projeto Porto Santo Golf Resort 1<sup>a</sup> fase", cujo montante ascende a cerca de 5.533 milhares de euros. Uma vez que ainda não estão disponíveis projeções de resultados do modelo da exploração futura, não nos é possível concluir pela sustentabilidade deste projeto e consequentemente qual o montante de perdas por imparidade eventualmente necessárias caso as projeções venham a revelar-se deficitárias.

3. Em outras contas a receber estão registados saldos a recuperar de entidades relacionadas (Sociedade de Desenvolvimento Ponta do Oeste e Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento) no montante global aproximado de 9.915 milhares de euros, que dada a sua antiguidade, e a situação económico financeira dessas entidades, desconhecemos a forma e prazo de realização dos mesmos.

4. Em janeiro de 2020, a SDPS submeteu a fiscalização prévia do Tribunal de Contas o acordo denominado "Transação Arbitragem Voluntária" assinado em outubro de 2019 entre a SDPS, a RAM e um terceiro, o qual prevê a aquisição pela SDPS de um terreno pelo montante global de 5.670 milhares de euros. Este acordo foi outorgado após decisão proferida em tribunal arbitral que envolvia o referido terreno e uma indemnização por lucros cessantes onde se previa um valor superior ao fixado no acordo. Dadas as dúvidas levantadas, o Presidente do tribunal arbitral, veio esclarecer que o montante acordado de 5.670 milhares de euros compreende 806 milhares de euros como valor atribuído ao terreno e 4.864 milhares de euros a título de indemnização por danos causados e pelos lucros cessantes derivados da ocupação do terreno pela SDPS durante 15 anos.

Não obstante os termos da operação terem sofrido alterações de natureza quantitativa e qualitativa, e não obstante o Tribunal de Contas ainda não se ter pronunciado, consideramos que as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2019 deveriam espelhar a responsabilidade da SDPS, pelo que, com base na última decisão conhecida, consideramos que o ativo está subavaliado em 806 milhares de euros, que o passivo está subavaliado em 5.670 milhares de euros e que o resultado do exercício está subavaliado em 4.864 milhares de euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

Continuam em curso as diligências legais e demais procedimentos, nomeadamente no que respeita a aspectos relacionados com questões patrimoniais e a autorização previa das Instituições de crédito, com vista à concretização da operação de fusão das quatro sociedades de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira. Adicionalmente, e conforme mencionado no relatório de gestão, a natureza da atividade da sociedade, assente na gestão direta e indireta dos seus empreendimentos construídos, numa missão de interesse público na Região tem conduzido sistematicamente a uma exploração deficitária desses equipamentos e por isso não satisfaz, nem poderia satisfazer, um eventual compromisso de autofinanciamento. Assim, em 31 de dezembro de 2019, a sociedade encontra-se abrangida pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, na medida em que se encontra perdida mais de metade do capital social. O acionista Região Autónoma da Madeira (RAM) celebrou com a

Sociedade contratos de mútuo, já vencidos, no montante de 20.581 milhares de euros, os quais com base em orientações do Governo Regional serão convolados, em 2020, em prestações acessórias de capital para cobertura de prejuízos acumulados. Desta forma, a continuidade das operações da sociedade depende do continuado apoio financeiro do acionista RAM, bem como do modelo de fusão que vier a ser adotado.

## Outras Matérias

A Certificação Legal das contas do exercício anterior continha uma reserva por limitação de âmbito, relativa à dúvida sobre a suficiência do montante de perdas por imparidade, registada aquela data, relativamente aos saldos a receber do Município do Porto Santo, face às negociações que existiam tendentes à celebração de um acordo de pagamento. Em 2019 esta reserva deixou de se aplicar na medida em que, com base no acordo firmado, a SDPS recebeu cerca de 665 milhares de euros, e procedeu à emissão de notas de crédito no montante global de 1.406 milhares de euros, registadas em outros gastos e perdas (943 milhares de euros); em redução de prestações de serviços (463 milhares de euros), com a consequente, reversão das perdas por imparidade registadas no montante de 437 milhares de euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a este assunto.

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC – AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando existe. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

*gslap*

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas de **SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 8.706.047, 24 euros), e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposição de 5.094.860,96 euros).

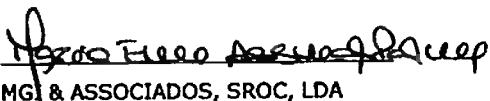
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, exceto quanto à não apresentação da demonstração da execução do plano plurianual de investimentos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2020

  
MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

Maria Ema de Assunção Palma

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento da lei e dos estatutos, o Fiscal Único da **SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.**, vem apresentar o relatório da sua atividade e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2019 apresentados pela Administração.

No decurso do período em apreço, acompanhámos a evolução dos negócios sociais, tendo para o efeito reunido com a Administração e obtido as informações e esclarecimentos que entendemos convenientes.

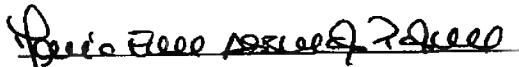
Verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte. Analisámos as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados.

Examinámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas, concluindo que os mesmos respeitam as normas em vigor.

Em face do exposto, e considerando as qualificações expressas na "seção base para a opinião com reservas", bem como o parágrafo da Incerteza material relacionada com a continuidade; Outras Matérias e o relato sobre as demonstrações Orçamentais, na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de opinião que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do exercício, apresentados pela Administração, estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias e merecem a nossa concordância.

Lisboa, 25 de março de 2020

O Fiscal Único

  
Maria Ema de Assunção Palma, em representação de

MGI & Associados, SROC, Lda.